



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE**

EMANUELA DE SOUSA VALENTIM

**AS MUDANÇAS TERRITORIAIS E DA PAISAGEM NA COMUNIDADE DE BOA
ESPERANÇA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM - PA A PARTIR DA INSERÇÃO DA
ATIVIDADE ECONÔMICA DO AGRONEGÓCIO DA SOJA**

**SANTARÉM – PA
2020**

EMANUELA DE SOUSA VALENTIM

**AS MUDANÇAS TERRITORIAIS E DA PAISAGEM NA COMUNIDADE DE BOA
ESPERANÇA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM - PA A PARTIR DA INSERÇÃO DA
ATIVIDADE ECONÔMICA DO AGRONEGÓCIO DA SOJA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências da Sociedade.

Linha de pesquisa: Estratégia de políticas públicas e desenvolvimento regional.

Orientador: Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida
Co-orientadora: Ednea Nascimento Carvalho

**SANTARÉM – PA
2020**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

V155m Valentim, Emanuela de Sousa
As mudanças territoriais e da paisagem na comunidade de Boa Esperança no município de Santarém – PA a partir da inserção da atividade econômica do agronegócio da soja./ Emanuela de Sousa Valentim. – Santarém, 2021.

152 p. : il.
Inclui bibliografias.

Orientador: Rodolfo Maduro de Almeida
Coorientadora: Ednea Nascimento Carvalho
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade.

1. Território. 2. Paisagem. 3. Dinheiro. I. Almeida, Rodolfo Maduro de, *orient.*
II. Carvalho, Ednea Nascimento, *coorient.* III. Título.

CDD: 23 ed. 338.17334098115

Bibliotecária - Documentalista: Renata Ferreira – CRB/2 1440




Universidade Federal do Oeste do Pará
Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica
Instituto de Ciências da Sociedade
Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade
Mestrado Acadêmico em Ciências da Sociedade




ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ao décimo sétimo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, às 09h00min, na sala virtual Jitsi Meet <<https://meet.jit.si/BancaEmanuelaValentimPPGCSUFOPA>>, instalou-se a banca examinadora de dissertação de mestrado da discente EMANUELA DE SOUSA VALENTIM. A banca examinadora foi composta pelos docentes, Prof. Dr. Jose Camilo Ramos de Souza, UEA, na condição de examinador externo, Prof. Dr. Marcio Junior Benassuly Barros, UFOPA, na condição de avaliador interno, Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida, UFOPA, na condição de orientador e presidente da banca, e Profa. Dra. Ednea do Nascimento Carvalho, UFOPA, na condição de coorientadora. Deu-se início da defesa, por parte do orientador, que, após apresentar os membros da banca examinadora e esclarecer a tramitação da defesa, passou de imediato a mestranda para que iniciasse a apresentação da dissertação, intitulada “AS MUDANÇAS TERRITORIAIS E DA PAISAGEM NA COMUNIDADE DE BOA ESPERANÇA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM - PA A PARTIR DA INSERÇÃO DA ATIVIDADE ECÔNOMICA DO AGRONEGÓCIO DA SOJA”, marcando um tempo de 20 a 30 minutos para a apresentação. Concluída a apresentação, o presidente, passou a palavra aos examinadores, para argüem o candidato. Após as considerações sobre o trabalho em julgamento, a banca se reuniu por vídeo chamada e deliberou que a discente foi APROVADA na sua defesa de dissertação de mestrado, conforme as normas vigentes na Universidade Federal do Oeste do Pará. A versão final da dissertação deverá ser concluída no prazo de trinta dias, contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora e constante na folha de correção anexa, sob pena de a candidata não obter o título se não cumprir as exigências acima. Para efeito legal segue a presente ata assinada pelo orientador, pela coorientadora, pelos docentes avaliadores e pela mestranda.

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida  -UFOPA – Orientador

Profa. Dra. Ednea do Nascimento Carvalho  -UFOPA -

Coorientadora

Prof. Dr. Marcio Junior Benassuly Barros  -UFOPA –

Avaliador interno

Prof. Dr. Jose Camilo Ramos de Souza  -UEA – Avaliador

externo

Emanuela de Sousa Valentim  - mestranda

PPGCS/ICS/UFOPA Campus Tapajós Rua Vera Paz, s/n (Unidade Tapajós) Bairro Salé | CEP 68040-255

E-mail: ppgcs.secretaria@ufopa.edu.br



Universidade Federal do Oeste do Pará
Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica
Instituto de Ciências da Sociedade
Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade
Mestrado Acadêmico em Ciências da Sociedade





FOLHA DE CORREÇÕES


Autor: EMANUELA DE SOUSA VALENTIM

Título: AS MUDANÇAS TERRITORIAIS E DA PAISAGEM NA COMUNIDADE DE BOA ESPERANÇA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM - PA A PARTIR DA INSERÇÃO DA ATIVIDADE ECÔNOMICA DO AGRONEGÓCIO DA SOJA.

Banca examinadora:

Prof(a). José Camilo Ramos de Souza: UEA 

Prof. Dr. Marcio Junior Benassyly Barros: UFOPA 

Prof(a). Ednea do Nascimento Carvalho: UFOPA 

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida – UFOPA – - Presidente 

Os itens abaixo deverão ser modificados, conforme sugestão da banca

1. INTRODUÇÃO
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
3. METODOLOGIA
4. RESULTADOS OBTIDOS
5. CONCLUSÕES

COMENTÁRIOS GERAIS:

A banca deliberou que a presente pesquisa possui grande relevância científica, acadêmica, social, econômica e ambiental. Durante a arguição considerou todas as observações pertinentes a correções no texto referentes a aspectos textuais e teóricos que precisam ser avaliados e discutidos com os orientadores.

Declaro, para fins de homologação, que as modificações, sugeridas pela banca examinadora, acima mencionada, serão cumpridas integralmente.

Prof(a). 
Orientador(a)

Dedico este trabalho ao meu anjinho da guarda, que está no céu, Carlos Eduardo de Sousa Valentim (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter guiado meus caminhos até a realização de mais esse objetivo de vida, por todas as portas abertas e pessoas que Ele colocou no meu percurso.

Agradeço imensamente a minha família, em especial a minha Mãe Diana, que esteve comigo durante toda a minha formação me dando suporte e amor, a minha irmã Aguida e ao meu pai Emanuel.

Agradeço aos meus amigos Hugo, Regiane e Irlanildes, que me apoiaram incondicionalmente em cada fase desse mestrado.

Agradeço a comunidade Boa Esperança, por ter me permitido fazer dela meu campo de estudo, em especial agradeço a Dona Lucélia e Joyce que me receberam com muito carinho e foram essenciais para a construção deste trabalho.

Não posso esquecer dos meus queridos professores, Rodolfo Maduro, Ednéia Carvalho e Sandro Leão, que acreditaram em mim e me auxiliaram com toda dedicação durante a minha formação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) e também com o apoio da Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa (Fapespa).

“A gratidão de quem recebe um benefício é sempre menor que o prazer daquele de quem o faz” Machado de Assis.

“As memórias não são apenas sobre passado, elas determinam nosso futuro”.
Lois Lower (O Doador de Memórias)

“De primeiro quando a gente ia pro roçado, cedo né porque o papai sempre ia cedo pro roçado, aquela coisinha que ficava em cima das plantas, a relva, molhava tudinho a gente, hoje a gente não vê mais isso, será que é por causa do desmatamento? É o mato mermo que tá sumindo, ai as coisas aquece mesmo”.
(COMUNITÁRIA 8, 47 anos, dezembro de 2019).

RESUMO

O Brasil se destaca mundialmente na produção de soja, isto vem como resultado de um processo de promoção desta atividade no país, com a expansão para as demais regiões brasileiras, a busca constante pela mais-valia e o dinheiro global em conjunto com políticas públicas acabaram por transformar territórios e paisagens, visto que, se ditou um novo sistema produtivo para as regiões. Este trabalho busca, de maneira geral, analisar as mudanças territoriais e da paisagem na comunidade de Boa Esperança no município de Santarém – Pa, a partir da inserção do agronegócio da soja sob a visão dos comunitários, percorreu-se o caminho da expansão do agronegócio da soja no Brasil até chegar na Amazônia Legal e ao corredor logístico ao Norte do país, caracterizou-se o planalto santareno por meio de mapas de agricultura anual e desmatamento e, por fim, se discutiu as transformações territoriais e da paisagem na comunidade Boa Esperança sob a visão dos comunitários. Para isso utilizou-se o método de análise do materialismo histórico dialético e se registrou a visão dos comunitários a partir da metodologia de histórias orais, que são capazes de resgatar o que era antes e o que se tornou a partir da experiência subjetiva de cada um, as categorias território e paisagem analisadas aqui, estão baseados no entendimento de Milton Santos. Dentre os principais resultados encontrados estão uma desvalorização do modo de produção da comunidade, mudanças nos costumes, degradação do meio ambiente e uma brusca alteração na paisagem de Boa Esperança.

Palavras-chave: Território. Paisagem. Dinheiro. Soja. Boa Esperança.

ABSTRACT

Brazil stands out worldwide in the production of soybeans, this comes as a result of a process of promotion of this activity in the country, with the expansion to the other Brazilian regions, the constant search for added value and the global money together with public policies ended for transforming territories and landscapes, since a new productive system was dictated to the regions. This work seeks, in general, to discuss the territorial and landscape changes in the community of Boa Esperança in the municipality of Santarém - Pa, from the insertion of soy agribusiness under the view of the community, the path of expansion of agribusiness was followed from soy in Brazil to the Legal Amazon and the logistics corridor to the north of the country, the santareno plateau was characterized by maps of annual agriculture and deforestation and, finally, the territorial and landscape transformations in the Boa Esperança community were discussed under the view of community members. For this, the method of analysis of dialectical historical materialism was used and the vision of community members was recorded based on the methodology of oral histories, which is able to rescue what was before and what became from the subjective experience of each one, the territory and landscape categories analyzed here, are based on the understanding of Milton Santos. Among the main results found are a devaluation of the community's mode of production, changes in customs, degradation of the environment and a sudden change in the landscape of Boa Esperança.

Keywords: Territory. Landscape. Money. Soybeans. Boa Esperança.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<u>Figura 1 - Mapa de Localização da Comunidade Boa Esperança, Santarém (PA).</u>	32
<u>Figura 2 - Fluxograma das Etapas da metodologia.</u>	33
<u>Figura 3 - Fluxograma cadeia produtiva da mandioca da COOPBOA.</u>	99
<u>Figura 4 – Letra da música Dança da Tapioca</u>	113
<u>Mosaico 1 – Principais etapas da produção tradicional de farinha de tapioca.</u>	95
<u>Mosaico 2 - Cooperativa dos produtores da agricultura familiar de Boa Esperança.</u>	98
<u>Mosaico 3 – Produção de farinha de tapioca por meio da fécula de mandioca</u>	102
<u>Mosaico 4 – Infraestrutura da escola municipal de Boa Esperança</u>	107
<u>Mosaico 5 - Fotografias do Festival da Tapioca.</u>	117
<u>Mosaico 6 – Situação da PA 370 antes e depois do asfaltamento.</u>	120
<u>Mosaico 7 - Paisagens habituais das plantações de soja na comunidade Boa Esperança em 2019.</u>	122
<u>Mosaico 8 – Oficina de Corte e Costura</u>	127

LISTA DE GRÁFICOS

<u>Gráfico 1 - Produção e Área Plantada de Soja no Brasil.</u>	38
<u>Gráfico 2 - Produção e Área Plantada de Soja na Amazônia Legal.</u>	52
<u>Gráfico 3 - Transporte de soja e milho em grãos pelos portos nacionais entre 2010 e 2016.</u>	55
<u>Gráfico 4 - Produção e área plantada de soja no Estado do Pará.</u>	58
<u>Gráfico 5 – Produção e Área Plantada de Soja em Santarém Pará.</u>	62
<u>Gráfico 6 - Trajetória do volume exportado de soja entre 2013 e 2018 pelo porto da Cargill, em Santarém.</u>	64
<u>Gráfico 7 – Agricultura Anual do Planalto Santareno.</u>	67
<u>Gráfico 8 - Desmatamento acumulado no Planalto Santareno 2001 – 2017.</u>	71

LISTA DE MAPAS

<u>Mapa 1 - Localização do Planalto santareno.</u>	66
<u>Mapa 2- Evolução da área de agricultura anual no Planalto santareno em 2004.</u>	68
<u>Mapa 3 - Concentração de agricultura anual no Planalto santareno em 2004 – 2014.</u>	70
<u>Mapa 4 - Evolução do desmatamento acumulado no Planalto santareno 2001- 2017.</u>	72
<u>Mapa 5 - Concentração de desmatamento acumulado no Planalto santareno em 2001 – 2017.</u>	73
<u>Mapa 6 - Comunidade de Boa Esperança e seu entorno 2018.</u>	90

LISTA DE IMAGENS

<u>Imagem 1 - Entrada da Comunidade Boa Esperança na PA 370.</u>	75
<u>Imagem 2 - Agricultor em sua roça de Mandioca.</u>	77
<u>Imagem 3 - Plantação de cominho em contraste com a plantação de soja na comunidade Boa Esperança 2019.</u>	79
<u>Imagem 4 - Área de plantação de soja na Comunidade Boa Esperança.</u>	81
<u>Imagem 5 - Colheita mecanizada da soja na comunidade Boa Esperança 2019.</u>	82
<u>Imagem 6 - Plantação de Soja.</u>	86
<u>Imagem 7 - Plantação de Soja localizada ao lado de residências</u>	89
<u>Imagem 8 - Casa de farinha tradicional em Boa Esperança</u>	94
<u>Imagem 9 - Entrada que dava acesso ao Igarapé da Bica.</u>	109
<u>Imagem 10 - Plantação de Soja</u>	111
<u>Imagem 11 - Cartaz convite para o festival da tapioca 2019.</u>	116
<u>Imagem 12 - Vista aérea da vila de Boa Esperança em 2017.</u>	121
<u>Imagem 13 - Imagem de divulgação do projeto costurando oportunidades</u>	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Movimentação de grãos pelos portos paraenses, de 2010 a 2016, em toneladas.

59

LISTA DE SIGLAS

ABIOVE	Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
AMUVE	Associação de Mães Unidas para Vencer
AMBDE	Associação de Moradores e do Distrito de Boa Esperança
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ASSECOR	Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento
CDP	Companhia de Docas do Pará
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPBOA	Cooperativa da Comunidade de Boa Esperança
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
STTRS	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
USDA	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

SUMÁRIO

<u>1</u>	<u>INTRODUÇÃO</u>	17
<u>2</u>	<u>EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO DA SOJA</u>	37
<u>2.1</u>	<u>Produção e Cultivo de Soja no Brasil</u>	37
<u>2.2</u>	<u>Amazônia e seus ciclos econômicos</u>	43
<u>2.2.1</u>	<u>Drogas do Sertão</u>	44
<u>2.2.2</u>	<u>O ciclo do cacau</u>	45
<u>2.2.3</u>	<u>O ciclo da seringueira</u>	45
<u>2.2.4</u>	<u>O ciclo do pau-rosa e da castanha-do-pará</u>	46
<u>2.2.5</u>	<u>O ciclo da juta e da pimenta-do-reino</u>	47
<u>2.2.6</u>	<u>O ciclo pecuário e madeireiro</u>	48
<u>2.2.7</u>	<u>O ciclo mineral</u>	49
<u>2.3</u>	<u>Amazônia Legal e o ciclo da soja</u>	50
<u>2.4</u>	<u>A Soja no Norte</u>	54
<u>2.5</u>	<u>A soja no Pará</u>	57
<u>3</u>	<u>PROCESSOS DE OCUPAÇÃO E DINÂMICAS TERRITORIAIS EM SANTARÉM E NO PLANALTO SANTARENO</u>	61
<u>3.1</u>	<u>A soja em Santarém e no Planalto santareno</u>	61
<u>3.2</u>	<u>Expansão Da Agricultura No Planalto Santareno</u>	67
<u>3.3</u>	<u>Efeitos do desmatamento no planalto santareno</u>	70
<u>4</u>	<u>A COMUNIDADE BOA ESPERANÇA</u>	75
<u>4.1</u>	<u>Formação histórica</u>	75
<u>4.2</u>	<u>Mudanças territoriais sob a visão dos comunitários</u>	83
<u>4.2.1</u>	<u>Produção e economia</u>	84
<u>4.2.2</u>	<u>Relações de poder</u>	104
<u>4.2.3</u>	<u>Meio ambiente</u>	108
<u>4.2.4</u>	<u>Relações de pertencimento, identidade e cultura</u>	112
<u>4.3</u>	<u>Mudanças paisagísticas</u>	118
<u>5</u>	<u>RESULTADOS PRELIMINARES</u>	125
<u>6</u>	<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	128
	<u>BIBLIOGRAFIA</u>	132

<u>GLOSSÁRIO</u>	142
<u>APÊNDICES</u>	143
<u>Apêndice 1 – Roteiro da Entrevista</u>	143
<u>Apêndice 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido</u>	145
<u>Apêndice 3 – Termo de autorização para uso de imagem</u>	147
<u>Apêndice 4 – Cartaz de divulgação do projeto</u>	148
<u>Apêndice 5 – Projeto</u>	149
<u>ANEXOS</u>	151

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é o segundo maior exportador de soja do mundo de acordo com Conab (2019), ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Tal posição, segundo Brum et al (2005), se deu em função da grande evolução da atividade da sojicultura e pelo grande volume físico e financeiro que esta movimentou, o que exigiu uma necessidade maior de terra e recursos para a manutenção do nível de produção, bem como a expansão para localidades que representassem maiores vantagens logísticas.

As *commodities* são vistas como um símbolo de desenvolvimento que o Estado e setores empresariais do agronegócio estimulam, além de verem uma imprescindibilidade na exportação de *commodities*, com crescimento médio do PIB, de cerca de 4% a.a. até o ano de 2035, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento (Assecor) (IPEA; ASSECOR, 2017).

A soja em grãos é o principal produto da agropecuária brasileira, que corresponde aproximadamente R\$1,00 de cada R\$4,00 da produção do setor. Por isso o agronegócio tem sido destaque e visto como um vetor crucial do crescimento econômico brasileiro, a soma de bens e serviços gerados no agronegócio chegou a R\$ 1,55 trilhão o que corresponde a 21,4% do PIB brasileiro em 2019, de acordo com Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2020)

A soja, portanto, é um grão muito apreciado no comércio internacional e no Brasil é dado como sinônimo de desenvolvimento, porém, os dados acima de produção e PIB são dados centrais da chamada contabilidade dos países, que de acordo com Santos (1999) nesse mundo de enganos, é, na realidade, um nome fantasia para a contabilidade global que escolhe, entre as categorias utilizadas, aquelas que privilegiam os interesses de um certo tipo de agente, e excluem todas as categorias de outra índole.

Toda essa produção está a serviço de agentes e capitais globalizados e a desserviço de outros, como aqueles em um cenário mais local que são os pequenos agricultores, que acabam por ver seus modos de produção excluídos ou marginalizados. Nessa contabilidade global o que rege os territórios é o dinheiro, antes o território continha o dinheiro, hoje, ele está sob a influência do dinheiro, o conteúdo do território escapa a toda e qualquer regulação interna (SANTOS, 1999).

Na história da humanidade, nunca houve um tirano tão duro, tão implacável quanto esse dinheiro global. “É esse dinheiro global fluido, invisível, abstrato, mas também despótico, que tem um papel na produção atual da história, impondo caminhos às nações. O equivalente geral torna-se afinal o equivalente realmente universal”. Esse dinheiro está sustentado por um sistema ideológico, é o equivalente geral dele próprio, permitindo funcionar de forma autônoma e a partir de normas, “esse dinheiro autonomizado e em estado puro não existiria assim, se as condições técnicas utilizadas pelas condições políticas que dominam o período histórico não contassem com a possibilidade de enviesar a informação” (SANTOS, 1999, p. 10).

No território nacional, o dinheiro possibilitou a expansão por outras regiões, seja por estratégias logísticas ou como forma de expansão da área de produção. Na região Centro-Oeste e na Amazônia se dá uma ocupação periférica, onde o uso intensivo do território é moderno, nas áreas da Amazônia ocorre um aumento respectivo na quantidade de terra destinada a uma cultura antes pouco expressiva, ou de orientação quase exclusiva para o mercado interno e que hoje está aberta para atender o mercado globalizado (SANTOS e SILVEIRA, 2011).

Historicamente a Amazônia brasileira foi submetida a políticas públicas, planos nacionais e ferramentas de planejamento macrorregional que fomentaram sua ocupação e o desenvolvimento de atividades produtivas na região, um exemplo disso, são os ciclos econômicos como o das drogas do sertão, da borracha, pau rosa e um dos mais recentes deles é o agronegócio da soja, como resultado também da expansão da fronteira agrícola na região, o que tem ocasionado uma negligência a territorialidade das populações locais e desordens nos sistemas ambientais.

Neste sentido, a nível nacional Becker (2010), sinaliza que houve uma intervenção econômica e territorial no Brasil, e mais regionalmente na Amazônia, essa atuação do Estado ocorreu principalmente nos anos 1965-1985 com as políticas de integração nacional. Para Becker (2010), novas formas de territorialidades vêm emergindo na Amazônia e indo de encontro com as políticas macrorregionais.

Para Castells (2002), isto se caracteriza como uma nova forma de organização social, configurando espacialmente a divisão internacional do trabalho, operações e a produção de alto nível, que exigem trabalho altamente qualificado que entram em contraste com a vida local. Portanto, as nações deixam de ser unidades

econômicas da nova realidade histórica, como é comum nos países subdesenvolvidos que perdem o controle sobre o conjunto do processo produtivo.

Junto ao processo de expansão do agronegócio para a Amazônia, houve um fluxo migratório de produtores capitalizados, se deslocando do Estado do Mato Grosso, e trazendo consigo empresas exportadoras de produtos agrícolas transnacionais, e firmas de logística para atender o crescente fluxo de grãos que se convencionou a transportar pelo sistema multimodal pelo Norte brasileiro, dado a redução de custo que este proporciona.

O estabelecimento de empresas globais no território, como as de logística, por exemplo, promove desorganização e desagregação, pois impõe indiscriminadamente uma vastidão de nexos que são de puro interesse próprio, refletindo sob as áreas as suas necessidades individualistas e particularistas. Dado que o território é o lugar de todos os homens, de todas as empresas e de todas as instituições, o território brasileiro tornou-se, então, ingovernável como nação, como Estado e como município (SANTOS, 1999).

Fluxos migratórios ordenados pelo dinheiro vão bater de frente com uma população mais antiga que já tinham se estabelecido nessas áreas em outras correntes migratórias, inevitavelmente gerando conflitos de diversas ordens, com intensas disputas pelo território de acordo com Leão (2017). O efeito de dominação do dinheiro sob o território traz aos componentes daquela realidade um sentimento de instabilidade, como um principal resultado da globalização perversa na qual se vive, gerando um medo que paralisa e faz apoiar aquilo em que não se acredita pelo receio de perder cada vez mais (SANTOS, 1999).

Esse período da história está marcado especialmente pela ditadura do dinheiro, que sustentado por este formidável sistema ideológico acaba por determinar a materialidade e a conformação da existência das pessoas. Nesta fase da ditadura do dinheiro em estado puro, fica evidente a dificuldade de regulação interna e externa dos territórios, visto que cada empresa instalada tem objetivos que apenas se concretizam a partir da desregulação dos objetivos dos sistemas locais, a organização e o funcionamento das empresas em questão desorganiza tudo mais para a sua manutenção, causando destruição nos modos de vida e de produção (SANTOS, 1999).

O Oeste do Pará, e especialmente o Planalto santareno, é um lugar que se desorganizou para que se pudesse reorganizar esse sistema de produção e

apropriação, ele se destaca neste cenário, pois viabiliza o transbordo de cargas do modal rodoviário para o hidroviário por meio de instalações portuárias de capital privado. De acordo com o EIA RIMA da Cargill de 2013, realizar o transbordo do fluxo vindo do Mato Grosso, utilizando a Estação de Transbordo de Cargas Cargill em Miritituba e a multimodalidade da integração hidroviária com o terminal de Santarém aumenta as exportações via marítima.

Neste sentido, o planalto santareno reconfigurou-se de tal forma que enfraqueceu a sua principal atividade produtiva, a de farinha de tapioca, e começou a ganhar espaço como uma fronteira de expansão agrícola da soja e por isso tem se tornado uma área de disputa por terras. Desde a instalação da Companhia Cargill em 2003, houve na cidade de Santarém e em suas comunidades ao redor uma série de mudanças territoriais e de paisagem, haja vista que a pequena produção passou a perder terras para as grandes plantações de soja.

Para as empresas globais a lógica do dinheiro é a lógica da competitividade, pois elas buscam sempre expandir sua zona de influência e ação, assim por menor que seja um mercado ou por mais pequeno ou insignificante que pareça um local, eles são fundamentais porque pequenas contribuições podem cooperar competitivamente para manter o seu poder, que se preocupa com objetivos precisos, individualistas, egoísticos, pragmáticos, que não olha ao redor, mas que são eficientes em escolher lugares e determinar seu tempo de uso enquanto possam oferecer respostas competitivas (SANTOS, 1999).

A comunidade de Boa Esperança é um lugar que se tornou uma área de produção de soja, está localizada no Planalto santareno e recebeu todas as influências com a chegada da soja que aconteceu na área rural da cidade de Santarém. Esta comunidade é conhecida na região pela qualidade da sua farinha de tapioca, que abastece as feiras da cidade de Santarém e é enviada para outras regiões, mas que desde a inserção da soja na comunidade tem sofrido profundas transformações ambientais, econômicas e sociais que tem promovido mudanças no seu aspecto territorial e paisagístico.

É importante verificar que a plantação de soja é pouco praticada por produtores locais, estes se dedicam majoritariamente a agricultura familiar a qual têm recebido fortes pressões do agronegócio em larga escala, e também das influências da produção de tapioca a partir da fécula industrializada que vem do Paraná. A comunidade de Boa Esperança, localizada a 37 km de Santarém, foi

formada por imigrantes de todas as regiões do país, com destaque aos nordestinos e que se iniciou em paralelo com o ciclo de exploração do pau rosa na região. Mais recentemente, recebeu inúmeros migrantes capitalizados que investiram na plantação de soja, o que resultou na transformação de suas atividades econômicas e também do seu território.

O resultado da alocação do dinheiro em estado puro sobre o território é o de transformações profundas “A finança tornada internacional como norma contraria as estruturas vigentes e impõe outras. E quando tem uma existência autônoma, isto é, não necessita consultar a ninguém para se instalar, ela funciona a despeito dos outros atores, e acarreta para o lugar uma existência sem autonomia” (SANTOS, 1999, p. 13). De fato, impulsionado pela globalização, o conteúdo do território mudou rapidamente, seja o conteúdo demográfico, o econômico, o fiscal, o financeiro e o político, causando uma instabilidade e nervosismo nos territórios.

A busca incessante a nível global pela mais-valia, torna a produção apátrida, extraterritorial, indiferente às realidades locais e às realidades ambientais, resultando na chamada crise ambiental, que é bem característica deste período histórico, onde se perdeu a capacidade de controle das forças desencadeadas pela dominação pelo dinheiro, de acordo com Santos (1999). Apesar do discurso positivo sobre a produção da soja, propagandeado pelo Estado brasileiro, e dos efeitos positivos que se tem sob a economia, pouco essa atividade promove o desenvolvimento das regiões como propõe o IPEA, na realidade, percebe-se um desenvolvimento nas formas de dominação e acumulação capitalista dos recursos produtivos das regiões.

Além dos indicadores nacionais de desmatamento e de produção, é importante verificar como de fato essas transformações são sentidas pelos principais afetados, e uma das formas de medir e perceber isso é verificando as transformações no território e na paisagem causadas pelo dinheiro global. Neste trabalho, dinheiro e capital são usados como sinônimos, e se tem as definições tanto do dinheiro, como do território e da paisagem baseadas nas teorias de Milton Santos, pois a partir de sua visão materialista conseguimos enquadrar a realidade vivida pelos comunitários de Boa Esperança no que diz respeito as transformações causadas pela atividade da soja, dita como precursora de desenvolvimento.

A partir de 1980, Claude Raffestin, geógrafo francês, define que o território consiste no espaço onde o poder está relacionado aos aspectos sociais em

diferentes níveis, a formação do território tem origem no espaço pela ação do homem e, portanto, é determinado pelas relações de poder econômicas, políticas e culturais. Raffestin acredita que para compreender o território é necessário entender o poder desempenhado pelas pessoas de maneira individual ou em grupo (RAFFESTIN, 1993).

Uma aproximação com a história é feita por Abrão (2010), relacionando-a com a concepção de espaço geográfico e território, com o intuito de identificar que o tempo é fundamental para compreensão das formas de ocupação humana no espaço terrestre. Para ele, território é constituído por uma relação espaço/tempo que ao se apropriar de um espaço, em determinado tempo, a sociedade o territorializa. Quando o homem utiliza o território cria o espaço, projetado pelo trabalho. Neste sentido, se faz necessário compreender a história, numa relação dialética, envolvendo o tempo curto, o médio, a longa duração (ABRÃO, 2010).

Uma área pode ser utilizada como um território em um determinado período e perder esta característica em outro, assim, uma área para ser território precisa de uma constante manutenção das estratégias para influenciar e controlar o acesso por meio de seus limites, e este quando se rompe o atributo territorial também é rompido (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2006).

A visão sobre o território como meio de interação humana, onde são estabelecidas transformações no espaço, relações de poder através do uso e apropriação, construindo e reconstruindo novas organizações econômicas e sociais, pode ser apreciada em autores como Milton Santos, David Harvey, entre outros, que apontam que o uso e apropriação do espaço nas sociedades modernas se dão pela constituição de mecanismos de poder e de intervenções na natureza (LIMA et al, 2014).

O território no contexto econômico e geográfico está relacionado à região, de acordo com Lima et al (2014), onde são evidenciados caminhos e meios utilizados pelas sociedades no desenvolvimento das economias locais/regionais, baseados numa relação entre espaço-território- desenvolvimento. Assim Schneider (2009), diz que a articulação, do tecido produtivo local com o ambiente socioeconômico, levou à crescente utilização, do conceito de território, que passou a ser entendido pelos economistas como uma variável a ser levada em consideração no estudo dos processos de desenvolvimento (SCHNEIDER, 2009, p. 8).

A discussão sobre território no Brasil perpassa por abordagens baseadas na dimensão local, que relaciona os aspectos sociais, ambientais e econômicos, com abordagens no âmbito regional e mundial, no qual o território está à mercê de fatores externos como capitalismo, globalização e Estado. Nas análises sobre território, está cada vez mais presente o viés local do que dimensões maiores. Como um resultado da globalização, as nações menos desenvolvidas estão a margem e enfrentam o desafio de fortalecer suas culturas resistindo às imposições de outras culturas consideradas avançadas.

A definição de território pode ter múltiplas abordagens a maioria delas, faz referência a relação que o indivíduo tem com natureza, pois dela tira os recursos da sua subsistência, está vinculado também a conexão simbólica e emocional que ele tem ao lugar e as relações sociais, e neste trabalho utilizaremos o entendimento de Milton Santos (1985), que afirma que o território se constitui como o palco onde se realizam as atividades que são criadas a partir da herança cultural do povo que o ocupa, além disso, o território é também uma fração do espaço local articulada ao mundial.

Aqui se fala em território para além da sua capacidade de produção de bens, de geração de riqueza para a nação, de mero provedor de recursos, mas sim em concordância com o entendimento de Santos (1999), o território guarda uma relação de identidade e pertencimento, onde o território usado é o chão mais a identidade, para ele a identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. Assim sendo um lugar singular, carregado de significados subjetivos ou coletivos, mas que depende da sobrevivência daquele contexto.

O território aqui, corresponde ao que Santos (1999) compreende como lugar onde recaem todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, as relações de forças e fraquezas, sendo, portanto, o lugar onde o homem constrói a sua história, e se realiza através das manifestações de sua existência. Assim, o sentido de território ultrapassa o estado físico, e engloba também um aspecto abstrato.

Pode-se compreender, portanto, a relação do território com o simbólico, na proposição de Santos (1999, p. 1): “o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si”, Santos vai além, diz que o território está relacionado a identidade e ao pertencimento. Portanto, o território se

apresenta como o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Desta forma, a categoria de análise em questão é o território usado, carregado de significado e de usos, ainda sobre as forças que interagem no território, Santos (1999) aponta os dois polos da vida contemporânea, um deles, o dinheiro que tem a capacidade de tudo desmanchar, e o território que por outro lado mostra que existem coisas que não se podem ser desmanchadas. O dinheiro é proveniente de uma complexidade no estilo de vida econômico, onde o escambo não é mais suficiente, e ao longo do tempo, o dinheiro se impõe como um equivalente geral de todas as coisas que existem e são, ou serão, ou poderão ser, objeto de comércio. Portanto, o dinheiro pretende ser a medida do valor que é atribuído ao trabalho e aos seus resultados.

Para Milton Santos o território usado se dá pela dinâmica dos lugares, é o espaço do acontecer das solidariedades que por sua vez definem usos e geram valores culturais, antropológicos, econômicos e sociais, financeiros. O território é compreendido como uma conjunção entre o mundo e a sociedade nacional e local. Porém, há a necessidade de distinguir aquele território de todos, abrigo de todos, e daqueles de dominação das empresas, sendo o primeiro um território normado que é o território nacional e o segundo é o espaço internacional, visto como território de recurso, território como norma ou território das empresas (SANTOS, 2005).

A partir do território usado emerge o Grito do Território, que Milton Santos define como um processo de resistência dos lugares às perversidades impostas a ele pelo mundo pois existe uma contradição vivida entre o mundo e o lugar, visto que o território é apropriado pelos agentes do capital, e torna-se palco de proliferação do capitalismo internacional enquanto o Estado empobrece, perdendo sua capacidade de criar serviços sociais. Ocorre a apropriação da mais-valia, desvalorização dos recursos controlados pelo Estado e supervalorização dos recursos destinados às grandes empresas, principalmente nos países periféricos (SANTOS, 2005).

O dinheiro produz profundas transformações na realidade dos territórios, reconfigurando modos de vida, de produção, e também impacta as paisagens. No enfoque cultural, a paisagem é percebida como mediação entre o mundo das coisas e o da subjetividade humana, segundo esta caracterização surge vinculada à percepção do espaço. Portanto, a paisagem é uma maneira de ver, compor e

harmonizar o mundo externo em uma “cena”, isto é, em uma unidade visual (COSGROVE, 1998).

A paisagem é a uma porção do espaço apreendida com o olhar, para Ferreira (1984), este processo perceptivo não se limita a apenas receber de forma passiva os dados sensoriais, mas organizá-los de forma a atribuir-lhes sentidos. Desta forma, pode-se dizer que a paisagem percebida é também significada e construída.

A paisagem tem uma estrutura e dinâmica, estas são acessíveis ao homem e servem como guias para suas atitudes e condutas. Neste sentido, Berque (1998, p. 84-85) clarifica que: “A paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação — ou seja, da cultura — que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza”. Diante disso, percebe-se que a paisagem tem uma multiplicidade de interpretações, podendo ser apreciada e interpretada pelos olhos de quem vê, no entanto, neste trabalho será utilizado a definição de Milton Santos sobre essa categoria.

Em sua obra, *a Natureza do Espaço*, Santos (2002) faz a distinção entre espaço e paisagem, nela faz uma crítica ao autor sueco Hägerstrand, que acredita que a ação é uma ação na paisagem, sendo a paisagem que dá forma a ação. A respeito desta afirmação, Santos diz que onde ele escreve paisagem teria escrito espaço, ele reforça dizendo que paisagem e espaço não são sinônimos. E caracteriza a paisagem em um conjunto de formas, que num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são as formas mais a vida que as anima (SANTOS 2002).

Segundo Milton Santos, geógrafo, “Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem [...]. Não apenas formada de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.” (SANTOS, 1998, p. 61). Abarca além daquilo que a visão alcança, é formada também por atrativos que despertam outros sentidos humanos, como por exemplo, as cores das plantações na área rural, o aroma do café sendo preparado na hora, os sons que são percebidos nestes lugares.

A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, que chega aos sentidos que relacionado a cognição assume importância crucial nessa apreensão.

Assim, a percepção que se obtém das paisagens é resultado de um processo de seleção do que se apreende por meio dos sentidos. O contexto de cada sociedade, de cada pessoa, determina a forma de perceber a paisagem de maneira diferente da outra, pessoas diferentes apresentam diferentes versões do mesmo fato (SANTOS, 1997).

Conforme Santos (1997, p. 66), “a paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições [...]. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, [...] é uma herança de muitos diferentes momentos”. Portanto, a paisagem não é definida de forma definitiva, pois é objeto de mudança constante, onde há adições e subtrações sucessivas. A paisagem é “[...] uma espécie de palimpsesto onde, mediante acumulações e substituições, a ação das diferentes gerações se superpõe” (SANTOS, 1996, p. 84).

Ao longo do tempo a paisagem também está passível a mudanças irregulares, percebe-se, portanto, que “[...] a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal” Santos (1996, p. 83). As velhas formas, são chamadas de rugosidades, que compõem e dividem o espaço com novos objetos, alterando suas antigas funções e adaptando-se às necessidades da atualidade.

Existem dois tipos de paisagens, a paisagem artificial a que já foi transformada pelo homem por meio das técnicas e a paisagem natural que, grosso modo, é aquelas raras áreas que ainda não houve intervenção humana, assim, a diferença entre os dois tipos de paisagens é cada vez menor. “Quanto mais complexa a vida social, tanto mais nos distanciamos de um mundo natural e nos endereçamos a um mundo artificial” Santos (1997, p. 65). A paisagem é sempre heterogênea, com fragmentos naturais e artificiais, que também podem ser consideradas como culturais e a diferencia de acordo com as suas características, segundo Santos (1997).

Portanto, tanto a paisagem quanto o território podem ser resgatados, a partir das percepções de quem o vê e cria sua realidade nele, trata-se de uma maneira de registrar aquilo que foi e o que se tornou mostrando o caráter mutável que o território que pode ser relatado pelos atores, principalmente em tempos de globalização, onde uma construção paisagística e social se modificam em grande velocidade as regiões a partir da hegemonia que o dinheiro internacional exerce sobre elas.

Esta pesquisa se pauta em uma relevância científica e social, visto que, discute uma comunidade tradicional inserida na produção de soja em umas das últimas fronteiras de expansão disponível no mundo, a Amazônia. Além do mais, a soja é um dos principais grãos da economia brasileira e que cada vez mais vem se inserindo na realidade amazônica. Assim, discutir e pesquisar sobre as comunidades que ainda resistem dentro desse sistema, trazem grandes contribuições para a sociedade e para a discussão acadêmica.

Trazer esse resgate a partir da memória das pessoas envolvidas, ajuda a manter vivo por meio das histórias aquilo que já não existe mais, a territorialidade de um momento da história da comunidade é preservada a partir do relato da sua experiência de vida, isso é relevante para uma sociedade na qual o capital se insere rapidamente em contextos, promove choques e mudanças profundas, destruindo territorialidades estruturas sociais e ambientais, o que acontece em uma frequência cada vez maior, sendo custeada ou incentivada muitas vezes pelo próprio Estado e por investimentos estrangeiros.

Acredita-se que os comunitários têm percebido seus territórios e paisagens alteradas com o advento da soja na Comunidade Boa Esperança, no que diz respeito a sua cultura, bem como a sua identificação com o território, a diminuição do seu espaço de produção, dos seus modos de produção, da sua produção afetada pelos fertilizantes, dentre outras. Por isso nos questionamos até que ponto a inserção da cultura do agronegócio da soja tem alterado o território e a paisagem da comunidade de Boa Esperança no planalto santareno?

Este trabalho busca de maneira geral analisar as mudanças territoriais e da paisagem na comunidade de boa esperança no município de Santarém – Pa, a partir da inserção do agronegócio da soja sob a visão dos comunitários. Para isso, mais especificamente buscou-se compreender o contexto histórico da produção do agronegócio no Brasil e como se deu a expansão do cultivo da oleaginosa para região amazônica até chegar ao planalto santareno, caracterizou-se o planalto por meio de mapas de vegetação e desmatamento a fim de perceber transformações na paisagem. Por fim, discutiu-se as transformações territoriais e da paisagem na comunidade Boa Esperança sob a visão dos comunitários.

Para isso, este estudo faz uso do método de análise do materialismo histórico dialético, visto que, este atua na busca das explicações lógicas coerentes e racionais para os fenômenos naturais, sociais e do pensamento. Assim, a realidade

humana é enriquecida pela prática social da humanidade que tem seu pensamento evoluído pela história (TRIVIÑOS, 1987).

A verdade para este método se encontra na prática social e busca estabelecer o relativismo, uma vez que as verdades científicas não são definidas e sim graus do conhecimento que por sua vez, são limitados pela história (TRIVIÑOS, 1987). Este método pode ser definido como:

O materialismo histórico dialético é o método que permite a passagem da imagem caótica do real para uma estrutura racional, organizada e operacionalizada em um sistema de pensamento. A primeira etapa deste método é, pois, a busca dos elementos essenciais comuns que estruturam o real: "o leitor que quiser me seguir deverá se decidir a elevar-se do singular ao geral [...]" (GOMES, 1996, p. 281).

Um aspecto importante dessa corrente de pensamento é a discussão levantada em relação a realidade estabelecida pelo modo de produção capitalista, que estimula a compreensão da produção, da distribuição, do consumo, da troca, do Estado, das propriedades e, não menos importante, das classes sociais, pois se devem entender as essências que se camuflam nas aparências (GOMES, 1996). Logo, existem três leis que constituem esse método, a superioridade e imposição de uma ideia sobre o outro; a negação ou oposição de pensamentos e, por fim, a negação da negação onde as ideias são confrontadas entre os contrários.

A primeira lei se refere ao fato de que, ao mudarem, as coisas não mudam sempre no mesmo ritmo; o processo de transformação por meio do qual elas existem passa por períodos lentos (nos quais se sucedem pequenas alterações quantitativas) e por períodos de aceleração (que precipitam alterações qualitativas, isto é, "saltos", modificações radicais) [...] A segunda lei é aquela que nos lembra que tudo tem a ver com tudo, os diversos aspectos da realidade se entrelaçam e, em diferentes níveis, dependem uns dos outros, de modo que as coisas não podem ser compreendidas isoladamente, uma por uma, sem levarmos em conta a conexão que cada uma delas mantém com coisas diferentes. Conforme as conexões (quer dizer, conforme o contexto em que ela esteja situada), prevalece, 'na coisa, um lado ou o outro da sua realidade (que é intrinsecamente contraditória). Os dois lados se opõem e, no entanto, constituem uma unidade (e por isso esta lei já foi também chamada de unidade e luta dos contrários) [...] A terceira lei dá conta do fato de que o movimento geral da realidade faz sentido, quer dizer, não é absurdo, não se esgota em contradições irracionais, ininteligíveis, nem se perde na eterna repetição do conflito entre teses e antíteses, entre afirmações e negações. A afirmação engendra necessariamente a sua negação, porém a negação não prevalece como tal: tanto a afirmação como a negação são superadas e o que acaba' por prevalecer é uma síntese, é a negação da negação (KONDER, 1998, p. 56).

Isto nos mostra que esta totalidade exposta pelo materialismo histórico dialético está fundamentada em pensamentos desiguais e contrários, que materializam e reproduzem os conflitos de ideias, pensamentos, ideologias e desiguais concepções de mundo. Desta forma, pode-se analisar como os fatores econômicos interagem com a sociedade, e com todos os fatores integrantes da dela ao longo da história.

Em relação aos conceitos, métodos e práticas da pesquisa social e suas contribuições para a produção do conhecimento acadêmico-científico, Meksenas (2011) ressalta que em Marx concebe a ciência e a tecnologia como produtos da originados da história, não havendo para Marx uma “ciência pura” que e não estivesse pautada nas relações sociais, e desvinculada da política e da economia que fosse capaz de orientar o desenvolvimento da sociedade. Portanto a ciência é, produto da história e o será enquanto houver relações dos indivíduos entre si e com a natureza.

Portanto, como método de análise que possa captar essas construções por meio da história, faz-se uso das histórias orais que busca resgatar a memória utilizando a narrativa, contando sobre lugares, comunidades ou etapas da vida de uma pessoa ou episódios que ela participou, costumam ser lembranças de época já distante, porém não são uma biografia por não se preocupar em narrar uma vida inteira (BOSI, 2003).

A memória coletiva se apresenta como um tipo de registro que busca resgatar determinados acontecimentos marcantes da história de um povo, que por alguma razão não puderam ser registrados em sua história de maneira escrita, portanto, a memória tem a capacidade de resgatar tais episódios marcantes em relação ao objeto estudado e registrá-los, (HALBWACHS, 2006).

De maneira bem clara Le Goff (2003), caracteriza a memória a seguir:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 2003 p. 419).

Isto apresenta a memória como uma construção de informações passadas guardadas no psicológico do indivíduo. Há uma outra característica da memória que, além de trabalhar com situações já vividas, para Montenegro (1994) é

possível ainda trabalhar com o que ainda está presente no grupo. Assim, a história trabalha e constrói uma representação de fatos distantes das lembranças e também as vivências que estão voltadas em laços afetivos.

A técnica da história oral de acordo com Le Goff (2003), se fundamenta na colheita de depoimentos orais, pelo ato da entrevista fazendo uso do gravador, considerando as estratégias e questões práticas e éticas deste método. No uso dessa ferramenta, segundo Thompson (2002), o pesquisador busca formas de entender não apenas o relato, mas o visualiza como um objeto de pesquisa que vai além de relatos de fatos, mas sim como forma de chegar a conhecimentos de fatos vivenciados.

A percepção de Voldman (1996) nos faz entender a natureza do depoimento oral, no qual a testemunha oral age como fonte, tendo a principal preocupação é reconstruir o fato histórico através do que o entrevistado testemunhou de forma prática sobre o material coletado, que pode ser por instrumento de gravação com fita de vídeo, áudio ou outro recurso para coleta de dados.

Há um caráter subjetivo nesta forma de coleta de dados enfatizado por Le Goff (2003) o qual toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, onde apenas a fonte oral possibilita desafiar essa subjetividade, aprofundando as camadas de memória, cavando fundo em suas sombras, a fim de chegar à verdade oculta. Portanto, história oral é composta de significações que as narrativas foram construindo durante existência do depoente, assim, a subjetividade traz uma riqueza proveniente da oralidade transcrita do fato estudado.

A memória e a história oral são verdadeiras ferramentas de reconstrução de fatores do cotidiano de pessoas em comum, lugares e fontes anônimas, ilustres ou esquecidos em seu próprio grupo, o entrevistado pode ser visto como guardiões de muitas memórias com grande potencial de rememoração de acordo com Bosi (2003).

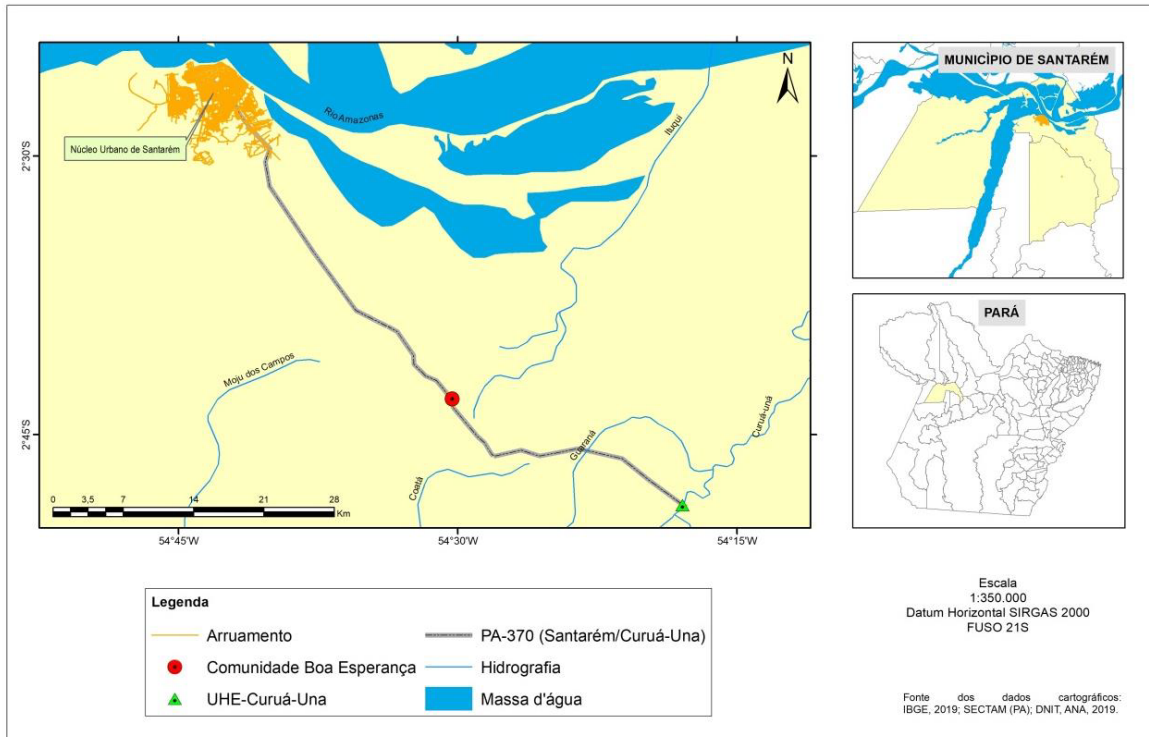
Por resgatar histórias reais este estudo é qualitativo pois busca entender as mudanças ocorridas em seu território e paisagem na Comunidade Boa Esperança sob a visão dos comunitários de uma maneira subjetiva a partir de suas práticas sociais e vivências ao longo do tempo. Tal pesquisa também se caracteriza como quantitativa, pois são utilizados dados de processamento remoto para observar as transformações físicas através de mapas na região do planalto santareno, além

disso, são levantadas estatísticas a partir de dados secundários de produções anuais e áreas de produção e desmatamento.

O recorte espacial compreende o planalto santareno nos seus âmbitos políticos e geográficos. Este se localiza a margem direita do Rio Tapajós, abrangendo a área de influência da rodovia Santarém Cuiabá (BR 163) e rodovia Santarém Curuá-Una (PA 370), especificamente a região que envolve a confluência dos três municípios Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, como mostra a Figura (XX). É uma área colonizada inicialmente por migrantes nordestinos e mais recentemente pelo capital privado proveniente de migrantes sulistas e do Centro Oeste do Brasil que passam a produzir grãos, além disso, a esta área se destaca pelo seu potencial logístico exportador e sua proximidade aos mercados importadores.

Mais especificamente focaliza-se os estudos em umas das comunidades que compõe o planalto santareno, a comunidade Boa Esperança Esta se localiza no quilômetro 37 da Rodovia Santarém Curuá-Una (PA 370) conforme demonstrado na figura 1, tem 470 famílias e uma população de 1.558 habitantes em 2019, de acordo com a Associação de Moradores e do Distrito de Boa Esperança (AMBDE, 2019). É uma das comunidades que tem percebido transformações em seu território e paisagem a partir da introdução da atividade econômica da soja, o que vem alterando suas territorialidades, mas que figuram ainda como resistentes no que tange a manutenção dos seus modos de vida e cultura tradicionais.

Figura 1 - Mapa de Localização da Comunidade Boa Esperança, Santarém (PA).

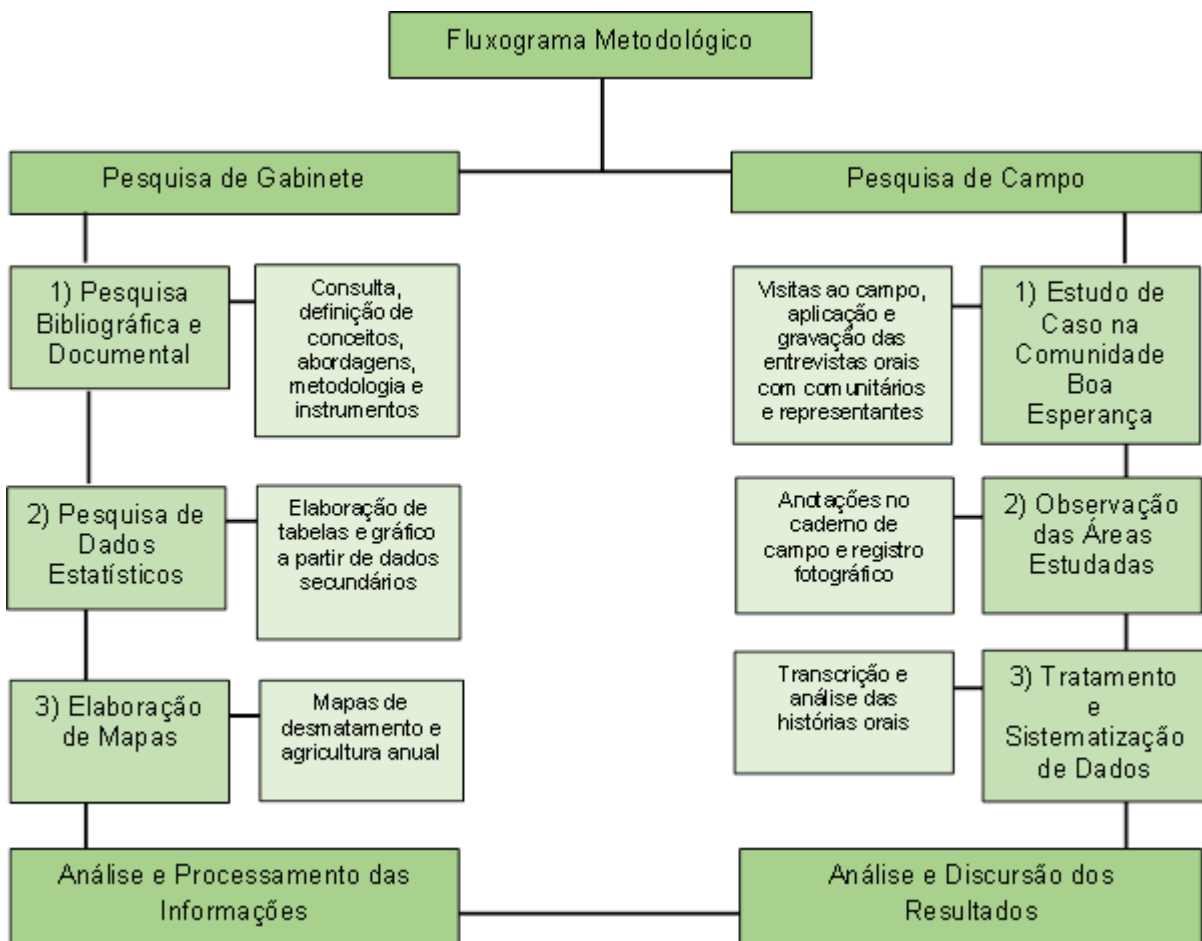


Para fins de denominação, será utilizado no trabalho o termo “Comunidade de Boa Esperança” como é convencionalmente chamada pelos moradores, pois apesar da lei municipal nº 13433 de 11 de março de 1991, da câmara municipal de Santarém ter sancionado a criação do distrito de Boa Esperança, este nunca se tornou de fato distrito, no que diz respeito a efetividade de ações da prefeitura local, não se seguiu o que regulamenta a lei nº 5.584, de 18 de janeiro de 1990, que discorre sobre as características e funções dos distritos, nem mesmo delimitou-se a área que compõe o distrito (SANTOS 2020).

A delimitação temporal adotada se inicia em 1994, que foi quando foram iniciados os primeiros testes para o plantio de soja na região, bem como da intensificação de políticas públicas para o uso produtivo do planalto santareno no agronegócio da soja, a análise segue este percurso até chegar ao ano de 2019, levando em conta as alterações que ocorreram em um plano macro no planalto santareno e em um plano micro na Comunidade de Boa Esperança, a partir da visão dos comunitários.

O estudo se divide em duas etapas, a pesquisa de gabinete e a de campo, conforme desenhado no fluxograma metodológico na Figura (2), e a seguir se descreve detalhadamente em que consiste cada etapa da pesquisa:

Figura 2 - Fluxograma das Etapas da metodologia.



Fonte: Elaborado por Valentim (2020).

A seguir serão apresentadas as etapas da pesquisa e sua descrição detalhada, iniciando pela pesquisa de gabinete, que é o trabalho pré-campo:

Etapa 1) Pesquisa Bibliográfica e Documental: que busca apresentar as principais bibliografias, sobre território e paisagem. Para isso são abordados os principais autores e Milton Santos, o qual será usado como base para as conceituações das categorias em questão. Também são apresentadas as mudanças territoriais e de paisagem, através de estudos já desenvolvidos no Planalto

Santareno e Boa Esperança de Márcio Barros; André Santos; Paixão Júnior; Nahum & Paixão Jr.; Trindade e Sandro Leão.

Etapa 2) Pesquisa de Dados Estatísticos: para uma melhor caracterização do crescimento da produção e área plantada de soja no Brasil, utilizou-se dados secundários da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), e a partir disso, elaborou-se gráficos que mostraram a evolução da produção pelo país, foram utilizados os dados do período de 2010/11 a 2019/20, onde os valores para 2020 são uma estimativa, além disso para caracterização da evolução da produção em Santarém, utilizou-se os dados do IBGE (SIDRA).

Etapa 3) Elaboração de Mapas: caracteriza-se as mudanças territoriais e de paisagem, através do mapeamento do desmatamento e agricultura anual no Planalto Santareno, verificando as transformações ocorridas no período de 2003 a 2017 (período de tempo que se encontram dados disponíveis) em virtude da expansão do agronegócio da soja nesta área.

As informações foram obtidas no banco de dados Terra Class, e por fim seu tratamento e produção de mapas foram realizados através da ferramenta QGIS, por Almeida (2018), que orienta este trabalho. Partiu-se dos polígonos de desmatamento e de agricultura anual e realizou-se uma análise de densidade para quantificar a concentração nesses polígonos, usando a análise de concentração por Kernel.

A Pesquisa de campo faz parte da segunda etapa do estudo e está composta pelas etapas a seguir:

Etapa 1) Estudo de Caso na Comunidade Boa Esperança: A primeira visita de reconhecimento a comunidade se deu no dia 12 de dezembro de 2019, para estabelecimento das estratégias que seriam adotadas para a aplicação das entrevistas. As entrevistas foram aplicadas do dia 17 a 19 de dezembro de 2019, antes da pesquisa os participantes foram informados e contextualizados com a temática da pesquisa e dos seus aspectos éticos, sendo convidados a participar e alertados sobre o sigilo de sua imagem, bem como aos riscos em participar. Ao final da entrevista os participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, autorizando o uso de imagens fotos de sua propriedade, mostrando sua casa de farinha ou instrumentos de produção.

O questionário foi aplicado aos comunitários de acordo com os critérios de inclusão (moradores mais antigos e que se fixaram na comunidade até 2000) e

de exclusão (moradores que se fixaram na comunidade após 2000), a partir do ano 2000 se intensificou a produção de soja na região, bem como seus efeitos sobre as comunidades, território e paisagem. Foram entrevistados 09 comunitários, visto que se buscava pelos moradores mais antigos e ainda aqueles que possuíam maior conhecimento sobre a área, pois a comunidade é resultado de grandes fluxos migratórios, além disso, a metodologia de histórias orais demanda um maior tempo para realização das entrevistas que buscam recuperar memórias.

Foram identificados os moradores mais antigos da comunidade, que em sequência indicaram os demais entrevistados dentro dos critérios de inclusão, as entrevistas foram realizadas de casa em casa durante os três dias de pesquisa. Foi entrevistada também a presidente da Associação de Moradores do Distrito de Boa Esperança (AMDBE), a Diretora da Escola Municipal da comunidade e o Presidente da Cooperativa da Comunidade de Boa Esperança (Coopboa).

Etapa 2) Observação das Áreas Estudadas: neste momento ocorreu a observação da comunidade pela pesquisadora em relação as características da comunidade no presente momento, a infraestrutura, o comércio do local, o oferecimento de serviços públicos, as relações territoriais, a paisagem, utilizou-se o registro fotográfico e o registro no caderno de campo para o colhimento das informações.

Etapa 3) Tratamento e Sistematização de Dados: se deu primeiramente com a transcrição dos áudios das entrevistas orais, seguido da análise e construção de resultados, onde buscou-se transcrever essas histórias orais ordenando a sequência de eventos e os temas em comum, sendo eles: produção e economia; mudanças territoriais, cultura, meio ambiente, relações com a terra, relações de poder, pertencimento; mudanças paisagísticas, caracterização de como era antes e como se tornou hoje.

Esta dissertação divide-se em seis capítulos: a introdução, onde são apresentados os conceitos basilares sobre territorialidades e paisagem sob a visão de Milton Santos, que norteiam as interpretações desse estudo. O capítulo dois, que versa sobre a expansão do agronegócio da soja no Brasil e os fatores que fomentaram essa atividade, se faz também um percurso sobre os ciclos econômicos da Amazônia e a transição deles até chegar a vez da produção da soja, que se estende pelo Norte, pelo Pará e por Santarém, tanto com atividades logísticas de escoamento, quanto com plantações.

O capítulo três, mostra como a soja foi inserida na cidade de Santarém, o que motivou e como se deu o processo de migração de produtores principalmente mato-grossenses para essa área. Como resultado desse processo de expansão de fronteira agrícola, houve a substituição da vegetação natural e ou cultivos ligados a subsistência, por isso se faz um mapeamento sobre a agricultura anual no planalto santareno, bem como se revela a evolução do desmatamento, causados pelas vastas plantações da oleaginosa.

No capítulo quatro, é apresentado o contexto real e mais específico de como foi na prática a inserção deste grão na comunidade Boa Esperança, e principalmente se faz isso a partir da visão dos comunitários sobre os processos vividos para identificar em detalhes como era a territorialidade e paisagem antes e depois do advento da soja. O capítulo cinco, versa sobre um resultado da pesquisa a comunidade, um trabalho social foi desenvolvido com uma das partes afetadas, as mulheres, que tiveram sua fonte de renda perdida com a redução dos cultivos de mandioca. Por fim, no capítulo seis se refaz o caminho percorrido e se apresenta as considerações finais do estudo.

2 EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO DA SOJA

Neste capítulo, busca-se percorrer os principais momentos da propagação da soja pelo território nacional até a sua regionalização, trata a atividade produtiva da soja como um marco para o Brasil em termos de crescimento econômico, que em contrapartida traz inúmeras externalidades socioambientais para os territórios, discute-se a tendência histórica deste país ao agronegócio e exploração extrativista, tendo a globalização contribuído para consolidação do papel agroexportador que o país exerce nos mercados internacionais, incentivado ainda mais pelo processo de primarização da economia que acelerou a desindustrialização do país e especialização em *commodities*.

Aponta-se também que a Amazônia recebeu a estratégia de produção da soja, como resultado de uma tendência histórica de exploração extrativista que se manteve durante os ciclos econômicos e que se fortificou com a chegada da soja, inserindo seus territórios em mercados de decisões globalizadas, e a serviço da acumulação capitalista de capital. Como resultado, o estado do Mato Grosso na Amazônia Legal, liderou por muitos anos a produção da oleaginosa, em seguida, uma série de medidas, políticas públicas e investimentos privados propagaram a produção pelo Estado do Pará, por Santarém com plantações nas áreas de planalto.

2.1 Produção e Cultivo de Soja no Brasil

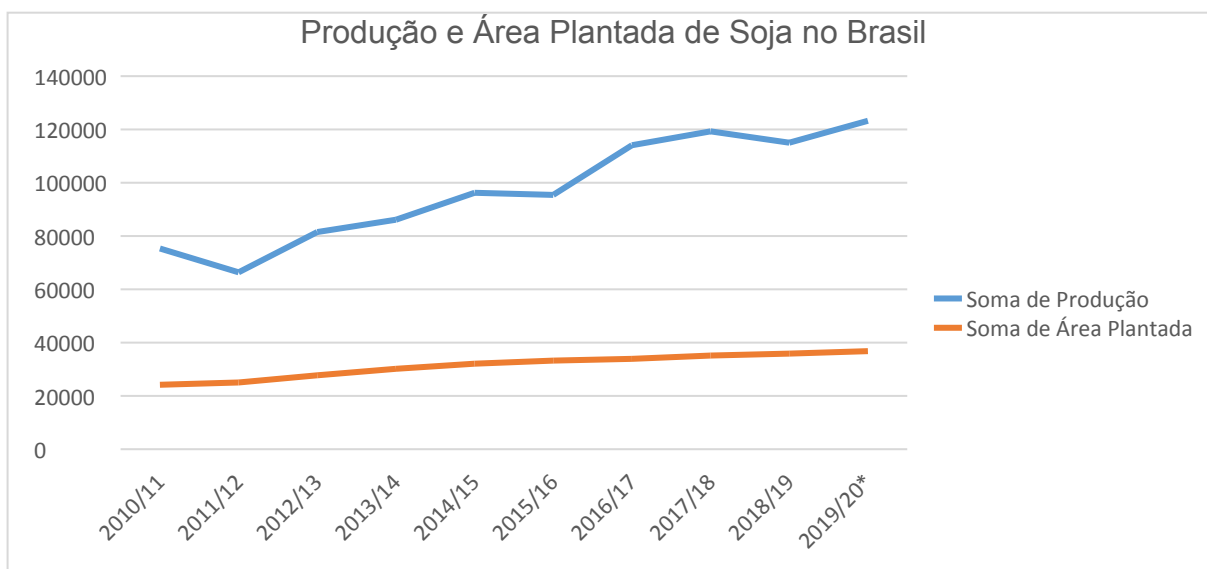
No Brasil, o cultivo da soja foi introduzido pela colônia japonesa em meados do século XX e adaptou-se melhor no sul do país, uma vez que se plantava em rotação com outros grãos como o arroz, o milho, o tabaco e o algodão (MADALENO, 2011). Em 1914, Santa Rosa - RS foi o primeiro município que introduziu o cultivo de soja no Brasil, marcando o primeiro registro estatístico nacional apenas em 1941, no Anuário Agrícola do RS com a área cultivada de 640 alqueires. Nesta mesma localidade, em 1919, instalou-se a primeira indústria processadora de soja do País, ganhando espaço como produtor de soja no patamar internacional (EMBRAPA, 2004).

Somente a partir do ano de 1960, Frederico (2013) relata que a soja tornou-se cultura economicamente significativa para o Brasil em virtude da política de

subsídios ao trigo. Inicialmente, 98% desse volume se concentrava em três estados da região Sul, que até então era o único espaço possível para o plantio de soja no país até os anos de 1970, por se tratar de um cultivo de climas temperados e subtropicais.

De acordo com Dall'agnol (2000), as tecnologias empregadas no cultivo da soja incitaram o agronegócio brasileiro, determinando seu lugar no comércio internacional por meio de melhoramentos na mecanização das lavouras e modernizações no sistema de transporte. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2018), a área plantada da soja no Brasil entre 1998 e 2009, cresceu de 8,75 milhões de ha, para 21,74 milhões de hectares. Ampliou-se a atividade a regiões de fronteira agrícola, por meio do domínio de tecnologias de produção, pela disponibilização do crédito para a compra de maquinários e pela inserção do crédito privado para investir na produção.

Gráfico 1 - Produção e Área Plantada de Soja no Brasil.



Fonte: Elaborado por Valentim (2020), a partir de CONAB (2020).

Produção em mil toneladas e Área plantada em mil hectares

* Estimativa em fevereiro/2020.

Com a importância que a oleaginosa vem exercendo para a economia brasileira, a sua produção tem aumentado como mostra o gráfico 1, no período de 2010 a 2019 alavancou de 75.324,3 para 123.249,9 mil toneladas, enquanto que área plantada saiu de 24.181,0 para 36.803,1 mil hectares. A produção cresce em proporções maiores que a área plantada, e isto, pode estar relacionado ao uso de fertilizantes, maquinários, tecnologias e expansão para áreas de terras mais

produtivas, além de poder ser explicado também com o aumento da produtividade que cresceu de 2.927 para 3.349 no mesmo período (CONAB, 2020).

A soja, portanto foi criando raízes em outras regiões do Brasil por meio de uma combinação de expansão de fronteira em regiões onde ainda há terras disponíveis, ocupação de terras de pastagens e pela substituição de lavouras onde não há terras disponíveis para serem incorporadas. Mas a grande tendência no Brasil é que a expansão ocorra principalmente sobre terras de pastagens naturais (CONAB, 2014). Assim, em detrimento das territorialidades e do meio ambiente o país tem se tornado dominante na produção do grão.

Segundo estimativa do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda), em sua última divulgação do quadro de oferta e demanda mundial, referente ao mês de julho/2018, foi estimado para a safra mundial de soja em grãos 2018/19 que Brasil (33,52%), EUA (32,63%) e Argentina (15,86%), são responsáveis por 82,01% de toda a produção mundial de soja em grãos, do lado da demanda a China importa 61,54% de toda produção mundial (CONAB 2018). Isto mostra a postura dominante do Brasil na atividade da soja e o quanto sua economia está sustentada em um produto primário.

Ao passo que acontecia a modernização da agricultura no Brasil, na segunda metade do século XX, transformações no sistema agroalimentar no plano internacional aconteceram em paralelo, com uma reestruturação que atingiu as trocas comerciais globais e principalmente o padrão de consumo, distribuição e as políticas de fomento à produção agropecuária, isto colaborou para a estruturação e consolidação do agronegócio da soja brasileiro frente ao mercado global (LEÃO 2017).

A soja é uma cultura que partiu da China e se popularizou em outras áreas do planeta, na China é usada principalmente para a produção de temperos asiáticos, óleo, ração proteica para animais e proteína para dieta alimentar humana segundo Leão (2017). O fato da china ter se tornado o principal consumidor de soja brasileira está vinculado ao seu crescimento econômico e populacional nas últimas décadas, que aumentou a demanda por ração animal para suprimento da cadeia alimentar de acordo com Schlesinger (2013).

A China e a Índia ganham destaque na quantidade demandada em virtude do crescimento populacional que populações que passam a demandar alimentos em larga escala, favorecendo mercados produtores de grãos como o

Brasil. Até o início dos anos 1990 a Europa era o principal consumidor da soja em grão do país, e importava mais de 55% da produção. A começar dos anos 2000 a Ásia alarga a sua demanda de forma cada vez mais intensa e chega a corresponder a três quartos da produção em 2011, tais proporções se devem, fundamentalmente, a aquisição de dois terços das importações mundiais feitas pela China (SCHLESINGER, 2013).

Nas últimas décadas o Brasil tem diversificado seu parque industrial e com isso se inserido mais no mercado mundial, no entanto, isto não lhe retira essência de ser um país produtor e exportador de *commodities* de acordo com Castro (2012). Esta é uma tendência que historicamente o Brasil vem seguindo, baseando sua economia em alguns principais produtos primários de baixo valor agregado que muitas vezes retornam ao país em forma de produtos finais e com um valor agregado maior.

Em função disso, os recentes superávits na balança comercial brasileira estão ligados principalmente a essa tendência histórica ao agronegócio, por meio da promoção de políticas internas que se intensificaram a partir de 1999 em virtude da crise de desvalorização do real. Tais medidas objetivavam, de acordo com Santos (2014), alargar as exportações, promovendo saldos positivos para o pagamento dos serviços da dívida externa e conseqüentemente provocar o aumento das reservas internacionais.

A crise econômica mundial de 2008 mostrou que apesar da predisposição de retração do mercado internacional o Brasil continuou tendo uma balança comercial positiva graças ao papel dos produtos primários na economia brasileira. Enquanto que ao longo do século XX diversificou-se o parque industrial nacional permitindo a inserção dos manufaturados na economia mundo, nas décadas mais recentes privilegiou-se as políticas de fomento à produção e à exportação de *commodities*, bem como, o crescimento do agrobusiness e do mercado exportador de alimentos (SALAMA, 2016).

Possuir *commodities* agrícolas como item principal na sua pauta de exportações, é uma característica comum entre muitos países em desenvolvimento. Por outro lado, aqueles países que se percebe uma progressiva “descommoditização” no ramo do comércio de alimentos são os países desenvolvido visto que possuem e estruturas industriais semelhantes, enquanto que os países

menos desenvolvidos ainda se mantêm presos à preponderância de *commodities* em suas exportações (MACIEL DE PAULA et al 2009).

De acordo com Frederico (2013), o Estado instaurou o agronegócio no Brasil como uma medida salvadora da política macroeconômica externa brasileira, desencadeando alterações na organização e no uso do território das áreas de agricultura. Foi estabelecido então, baseado no agronegócio, um “pacto de economia política do território”, que além de ganhos positivos para a economia brasileira, tratou de integrar espaços, substituindo a floresta nativa pela criação de áreas produtivas, para a implantação de infraestrutura de transporte, divisões territoriais do trabalho e novos arranjos institucionais (FREDERICO, 2014).

Logo, caracterizou-se como estratégia de apropriação do excedente de capital, objetivada pelos agentes envolvidos na produção agrícola globalizada, sendo eles: as empresas agrícolas, investidores, grandes produtores, proprietários de terra e o Estado. Assim, o uso do potencial do território brasileiro foi submetido às estratégias e decisões políticas destes agentes (FREDERICO, 2014).

Os objetivos destes agentes configuraram uma nova economia política do território brasileiro. Para Coutinho e Ferraz (1994), a presença sistêmica em mercados internacionais representa um estímulo à produtividade. Segundo Delgado (2012), o reestabelecimento do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1999 viabilizou um aumento na produtividade, permitindo investimento em maquinário, silos e demais infraestruturas, além do custeio da comercialização das safras.

A implementação desses incentivos fomentou à exportação de *commodities* gerando a reprimarização da exportação brasileira, a qual desestimulou a produção de manufaturados, intensivos em tecnologia e cadeias produtivas industriais já estabilizadas. Ocorreu portanto, o processo de desindustrialização em curso que é uma característica importante dessa tendência de reprimarização da economia (SALAMA, 2016).

A soja ganhou destaque no comércio externo e grandes extensões de lavouras no país, a inserção da Lei Kandir (LC nº 87/1996) impulsionou esta expansão. O cenário anterior à lei era predominantemente de exportação de produtos processados, no caso da soja, óleo e farelo até 1995. A partir de 1996, esta lei incentivou as exportações de produtos primários, pois se isentou a cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sob os produtos primários e manteve a cobrança sobre os produtos industrializados, tornando mais

vantajoso exportar o grão ao invés de processá-lo e exportá-lo (WESZ JUNIOR, 2011).

De fato, a promulgação da Lei Kandir afetou diretamente os bens básicos no Brasil, é possível identificar a perda de valor agregado do produto brasileiro com a exportação de produtos não processados e, por outro lado, nota-se maior competitividade nas exportações das *commodities* agrícolas do Brasil no mercado mundial. De acordo com Wesz Junior (2011), os resultados da Lei Kandir foram imediatos. A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), valida esta informação quando mostra que o volume de soja *in natura* exportada aumentou em dez vezes desde sua implantação, indo de 3,5 milhões para 33,8 milhões de toneladas (ABIOVE, 2014).

A pauta agrária exportadora da economia brasileira atravessou vários ciclos econômicos, e aos poucos substituiu os processos industriais voltado para o mercado interno, assim, as *commodities* e mantiveram constantes ao longo das décadas, revelando que essa dinâmica estrutural de relativa dependência da exportação de *commodities* se apresenta ainda muito presente e difícil de ser exaurida da nossa economia de acordo com Leão (2017)

O poder central promoveu assentamentos no estado do Mato Grosso ao longo da década de 1970. Em 1988 a soja foi introduzida em Roraima; em 1989 no estado do Tocantins; em 1998 no Pará e, mais recentemente, em 2001, expandiu-se pelo estado de Rondônia (MADALENO, 2011). O progresso do agronegócio teve um aspecto determinante na expansão da produção ao longo de Estados da região Norte e Nordeste do país, a evolução tecnológica foi crucial nesse processo, contribuiu em especial para o aumento da produção de soja, conforme afirma Frederico (2014).

A soja se propagou por diferentes regiões brasileiras, chegando até a Amazônia, onde as empresas nacionais e internacionais difundiram-se pelos territórios e reforçando suas estratégias de apropriação de terras e de recursos, para usos imediatos ou reserva de valor de segundo Salama (2016). Os produtores e empresas migraram principalmente para regiões de fronteiras, na qual as atividades agrícolas, os índices de desmatamento, e as poluições de rios impactaram diretamente a fauna, obrigando obrigam os órgãos públicos reguladores a se atentarem aos riscos ambientais (LEÃO 2017).

Impactos socioeconômicos também se instalaram junto com a soja na Amazônia que é um território tão singular e de população de realidades diversas, recebendo um modo produção padrão em função das demandas internacionais. Tais implicações decorrem de um processo dinâmico que ocorre quase continuamente na estrutura produtiva desses locais, atingindo as técnicas produtivas e causando efeitos na base econômica e social dessas áreas de fronteiras agropecuárias (LEÃO 2017).

Pode-se observar que muitas das políticas públicas e infraestruturas foram criadas para dar suporte a projetos determinados de acordo com seus ciclos econômicos. Isto pode ser visto no decorrer de cada ciclo, a economia brasileira esteve majoritariamente ancorada em um produto primário, e essa tendência se regionalizou, chegou nas cidades, comunidades e povoados, e acabou por ordenar territórios.

A estratégia econômica nacional, que prioriza uma economia baseada em uma produção de baixo valor agregado para o atendimento da demanda internacional torna a economia cada vez mais vulnerável às flutuações do mercado e externo, além de extinguir singularidades regionais, desgastar o uso dos seus recursos naturais e modos de vida das populações. A seguir discute-se sobre os ciclos econômicos na Amazônia a transição de um para o outro e seus pontos em comum.

2.2 Amazônia e seus ciclos econômicos

Os ciclos econômicos, de maneira geral, têm base em um produto fundamental, de acordo com Costa (2012) ou também de um conjunto de produtos relacionados entre si, e na sua respectiva relação com o mercado internacional, apresentando em seu desenvolvimento fases, iniciando por aquela que experimenta uma fase de expansão e em seguida este passa por um processo de rejeição ou submetido a um plano secundário, e por último podendo até mesmo desaparecer completamente.

Assim se visualiza no processo histórico econômico da região amazônica, o qual foi marcado por momentos de intensa exploração e seguidos de decadência das atividades relacionadas ao recurso natural a que estavam baseadas, por diversas motivações, entre limitações de mão de obra, esgotamento dos recursos

explorados, logística de infraestrutura e distância dos mercados, além disso, o direcionamento de plantações em outras regiões de acordo com Homma (1993).

A população indígena na bacia amazônica, antes do descobrimento era aproximadamente 2 milhões de habitantes, tanto nas áreas de várzeas como de terras firmes, de grande destaque são as civilizações indígenas que se estabeleceram na ilha do Marajó (Ananatuba, Mangueira, Formiga, Marajoara e Aruã), que se estendeu de 1000 a.C. até 1820. Em termos de produção, o cultivo da mandioca se deu por volta de 3.500 anos atrás, evoluindo em termos de organização de atividades agrícolas sendo um sistema de alta sustentabilidade e estabilidade baseado no conhecimento dos recursos naturais e no desenvolvimento de artefatos (HOMMA, 2001)

Esta realidade foi alterada a partir da ocupação portuguesa da Amazônia, um marco importante deste acontecimento foi à fundação da cidade de Belém, em 1616, tal ocupação tinha um sentido militar, visto que navegadores ingleses, franceses, holandeses e irlandeses vinham contrabandear drogas do sertão com os indígenas e possibilitar também o cultivo de cana-de-açúcar. Os portugueses se concentram-se às margens dos rios navegáveis e ao longo da costa Atlântica pelos Estados do Amapá, Pará e Maranhão, e ainda procurou-se edificar fortes em locais estratégicos em Rondônia, Pará, Amazonas, Amapá e Roraima, o que deu origem a povoações (HOMMA, 2001).

2.2.1 Drogas do Sertão

A região amazônica começou a abastecer o mercado europeu com as denominadas drogas do sertão, que eram produtos florestais do interior da região, e que de acordo com Daniel (1976) se caracteriza como a primeira iniciativa no período colonial para extrair as especiarias lucrativas da floresta amazônica, entre as principais foram cravo, salsaparrilha, cacau e outras com menos notoriedade como urucum e copaíba.

Tanto em terra firme como em várzea se encontravam drogas do sertão, porém, com o avanço da extração, os exploradores precisavam ir a áreas cada vez mais remotas para encontrá-las, pois as de fácil acesso se exauriram rapidamente. Além disso a economia das drogas do sertão enfrentou problemas relacionados a realidade socioeconômica da colônia, a comercialização estava limitada pelas

condições de produção, que variavam de quantidades extraídas de um ano para o outro (GOMES, 2018).

Outro fator que contribuiu a decadência desse ciclo era que o comércio acontecia inteiramente em longo prazo, visto que os produtores dificilmente estocavam estes produtos, pois se tratavam de produtos perecíveis e, de coleta rarefeita. A produção extrativista, naquele momento era a mais importante ou única fonte de renda governamental na colônia, por isso aumentou-se os impostos e as taxas de licenciamento das expedições para a coleta das drogas do sertão, além disso as expedições coletoras eram longas, custosas e de alto risco, contribuindo para o colapso da extração e do comércio destes produtos (GOMES, 2018).

2.2.2 O ciclo do cacau

A extração do cacau foi a primeira atividade de grande significância econômica na região, liderando as exportações da Amazônia durante o período colonial e até a entrada do século XIX. Antes mesmo do gosto pelo café, o hábito de beber chocolate, foi considerado por mais de um século na Europa, como um aparato de luxo (SMITH, 1999).

O extrativismo do cacau de várzea foi considerado como *staple economy* que denomina o setor dominante nas exportações, visto que, respondia a mais da metade do valor das exportações do Estado do Maranhão e Grão-Pará, sendo exportados pelo porto de Belém e chegou a ser 90,48% do valor das exportações de 1730 a 1740, e o excedente econômico proporcionou a construção de igrejas e palácios em Belém. No entanto, em 1746 perdeu-se a competitividade para os plantios que se iniciaram na Bahia quando Frederico Warneaux levou as sementes de cacau para o município de Canavieiras, determinando a decadência do ciclo (HOMMA, 2001).

2.2.3 O ciclo da seringueira

A transformação da borracha por processo de vulcanização e a invenção do pneumático para bicicletas em 1888, influenciou o início da extração de *latex* na região, promovendo fluxos migratórios vindos do nordeste agravados pela grande seca de 1877, estabeleceram-se ocupações em as áreas de várzeas nas cabeceiras

de rios como no Estado do Acre, e as áreas de várzeas e de terra firme no nordeste paraense, para a produção de gêneros de primeira necessidade para exportação para os seringais (HOMMA, 2001).

A borracha no período de 1887-1917 chegou ser o terceiro produto na pauta das exportações brasileiras, perdendo apenas para o café e açúcar de acordo Homma (2001). A demanda internacional já não era mais por produtos clandestinos manufaturados do Brasil, mas sim pela borracha silvestre como matéria-prima, “Onde existia árvore produtora de látex registrou-se a aventura”, isto causou uma corrida à exploração do ouro negro (REIS, 1997).

No entanto, foram levadas 70 mil sementes de seringueiras para o sudeste asiático, promovendo grande competição, e o maior caos econômico, social e político, para a região e para o país, quatro décadas depois. Em 1927, Henry Ford iniciou a domesticação da seringueira as margens do rio Tapajós, que fracassou por falta de tecnologia para as especificidades da floresta. Porém, durante a II Guerra Mundial os seringais do sudeste asiático foram invadidos pelas tropas japonesas, colocando mais uma vez a Região Norte no cenário de exportações que atingiu 65,91% do valor das exportações em 1945, para entrar em declínio e novamente em 1951 (HOMMA, 2001).

Por um lado esta forma de extração vegetal foi desumana do ponto de vista social e humano, pela escravatura econômica onde os seringueiros tinham um árduo trabalho à medida que suas despesas aumentavam baseado no sistema de aviamento que criou grandes fortunas e enormes desigualdades sociais. Por outro lado, era uma extração ambientalmente sustentável, pois os seringueiros tinham o cuidado de não eliminar nem afetar as árvores-da-borracha e a floresta em geral, restringindo-se a extrair apenas o essencial à sua sobrevivência (CASTRO, 1976).

2.2.4 O ciclo do pau-rosa e da castanha-do-pará

Com a queda da economia da borracha, a migração dos nordestinos para a Amazônia diminuiu, logo a economia passou a dedicar-se a subsistência, principalmente ao longo das margens dos rios. Assim, iniciou-se a extração de pau-rosa em função da exaustão das reservas da Guiana Francesa, a extração passa a direcionar-se para a Amazônia brasileira a partir de 1927 (HOMMA, 2001).

Este produto marcou como o primeiro ciclo econômico do país que durou por mais de três séculos de acordo com Homma (1996), tendo atingindo seu máximo nas participações das exportações em 1955, com 16,61% do valor das exportações da Região Norte. A decadência do pau rosa iniciou-se com o esgotamento das reservas naturais da espécie, configurando também como uma grande perda para o ambiente e também coincidiu com uma intervenção tecnológica com a descoberta da anilina pelos químicos da Bayer, em 1876 na Alemanha.

A ampliação da produção e da comercialização da castanha-do-pará para o exterior se deu em 1866 com a abertura dos portos da Amazônia ao comércio exterior. Assim, a extração de castanha assumiu grande importância nos anos subsequentes da economia amazônica, principalmente nas regiões de Manaus e Belém (WADL e KAINER, 2009).

A extração de castanha-do-pará teve seu período auge em 1956, com 70,57% do valor das exportações do produto na Região Norte de acordo com Homma (2001). Esta atividade passou por uma fase de decadência na produção nacional a partir da década de 90, sendo que a principal razão está relacionada a essa queda é o desmatamento de castanhais, principalmente no sudeste do Pará, bem como, a não domesticação da espécie (HOMMA 2000).

2.2.5 O ciclo da juta e da pimenta-do-reino

Na década de 1940, o Brasil já produzia pimenta-do-reino, porém costumava importar parte do que consumia, apenas em 1950, tornou-se autossuficiente e passou a exportar seu excedente de acordo com Deser (2008). Na Amazônia o cultivo da pimenta-do-reino iniciou a partir da década de 1950 em Tomé-Açu, incentivado pela imigração japonesa na Amazônia que deu início a agricultura intensiva na Amazônia deste produto em áreas de terra firme (HOMMA 2001)

O auge da produção nacional de pimenta-do-reino deu-se nos anos de 1981 a 1982 e 1984 e caracterizou o país como maior exportador, segundo Homma (2001). Em 1975, as exportações de pimenta-do-reino representavam de 35,02% do valor das exportações do Estado do Pará e, em 1999, representava apenas 3,60%. Apesar da crise, a produção de pimenta-do-reino atingiu novo recorde mundial de 1990 a 1991 semelhante aquele observado em 1982 (HOMMA, 2008).

Em relação à formação e consolidação da produção de juta esta se dá a partir da segunda metade da década de 1930, a qual passou por um processo de aclimatação e adaptação da espécie para a introdução de cultivares de juta por colonos japoneses em Vila Amazônia no município de Parintins de acordo com Pinto (2010). Esta cultura atinge seu apogeu durante a década de 1960, quando mais de 34% do PIB do Estado do Amazonas era decorrente dessa atividade.

O país torna-se autossuficiente em fibra de juta em 1953 e, iniciando novamente a importação a partir de 1970 e o seu gradativo desaparecimento. A cultura da juta valorizou o extrativismo da malva no nordeste paraense, a sua posterior domesticação e a substituição da cultura da juta nas várzeas do Estado do Amazonas a partir de 1971 e, posteriormente, o seu desaparecimento conjunto, por razão do envolvimento do Japão na II Guerra mundial e também pela substituição da juta por outra matéria prima para produção de sacolas (HOMMA 2001).

2.2.6 O ciclo pecuário e madeireiro

Uma série de fatores contribuíram para o desenvolvimento do ciclo pecuário e madeireiro, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) possibilitou a construção da rodovia Belém-Brasília, em 1960, isto promoveu a mudança da civilização de várzeas para a civilização de terra firme nos anos seguintes. Nas décadas posteriores, seguiu-se o modelo de ocupação das laterais da rodovia, com o deslocamento de frentes pioneiras e da violência no campo, aumentando a massa de marginalizados no seu rastro (HOMMA 2001).

A criação de incentivos fiscais principalmente após 1966 estimulou a expansão da pecuária, combinando fatores como escassez de mão-de-obra e a abundância de terra, sob a égide da segurança nacional. As reservas florestais do Sul do país começaram a se esgotar e as muitas madeireiras se deslocaram rumo à Amazônia, se localizando primeiramente, ao longo do curso dos rios e depois se concentraram na extração ao longo das rodovias abertas, dando início a morte de recursos florestais na Amazônia, em grandes áreas principalmente no norte do Mato Grosso e sul do Pará (HOMMA 2001).

Estudos demonstraram que o desmatamento no Brasil, tem sido causado principalmente pela conversão de floresta para pecuária, agricultura de corte e queima ou associada à exploração madeireira (ARIMA ET AL, 2005; VERÍSSIMO ET

AL, 1996; FERREIRA ET AL, 2005). Os custos socioambientais foram altíssimos para dar sustentação ao ciclo pecuário, da madeira e do fluxo migratório. O INPE divulgou que a área desmatada na Amazônia Legal no ano de 1975, que era pouco mais de 15 milhões de hectares, chegando a 41 milhões de hectares em 1990 e 57 milhões de hectares em 1999, o que equivale a área dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (HOMMA 2001).

2.2.7 O ciclo mineral

A exportação de manganês no Amapá, foi o ponto de partida do novo ciclo em 1957, trazendo a pauta do extrativismo mineral para a região e também uma postura de modernização tecnológica na Amazônia, vinculados a capitais internacionais, para a viabilização da extração e o transporte de matéria-prima para centros industrializados até esgota-se em 1997. Outros eventos marcaram o ciclo mineral como: a atividade em Serra Pelada com quase 100 mil pessoas em seu auge em 1983; a ocupação do sul do Pará com a descoberta da pepita Canã, de mais de 62 kg; e a inauguração da Usina Hidrelétrica de Tucuruí em 1984 (HOMMA, 2001).

Um evento mais recente baseado no extrativismo mineral é o Programa Grande Carajás com o beneficiamento da bauxita para a produção de alumínio, desenvolvido a partir da década de 1980, em conjunto com investimentos na infraestrutura, um deles é a Estrada de Ferro Carajás em 1985. Isto induziu a necessidade de instalação da Hidrelétrica de Tucuruí, pois 79% do custo final para produzir alumínio é de energia elétrica, servindo então como suporte a exploração de bauxita. Toda uma instalação é criada para explorar e exportar recursos minerais a baixo custo para as economias centrais, sob custos ambientais e sociais (HOMMA, 2001).

Esta estrutura proporcionada pelo setor mineral, traz como benefício a criação de infraestrutura que possibilita novas oportunidades para os setores agrícola e pecuário, pois encontra-se um cenário de menos rígido em relação às normas de poluição ambiental, e as chances de sua ampliação pela Amazônia são amplas. No entanto, as pressões internacionais contra os desmatamentos e queimadas passaram a ser mais fortes e a influenciar as diretrizes do governo com

relação a Amazônia. O argumento do vazio a ocupar que se manteve nos governos militares, muda para o conceito do vazio a se preservar (HOMMA, 2001).

Mais uma vez as propostas para a Amazônia a encaminha a mercados mundiais, as infraestruturas criadas como hidrovias, ferrovias, hidrelétricas e asfaltamento de rodovias privilegiam os produtores incentivando cada vez mais a proliferação de atividades como a mineral, pecuária, agropecuária. A integração do espaço amazônico ao resto do país, nas últimas décadas se dá com o papel de produção, expandindo a capacidade de exportação o país, o tornando mais competitivo Brasil em mercados internacionais e elevando indicadores econômicos.

São pontos comuns entre os ciclos a exploração de produtos até a sua exaustão ou até o prejuízo da biodiversidade e dos arranjos sociais, acompanhado de remanejamento de populações de seus lugares tradicionais e provocando a destruição de modos de vida e de modos produções tradicionais. Isto se mantém também no ciclo da soja, que veremos a seguir.

2.3 Amazônia Legal e o ciclo da soja

Os desencadeamentos gerados pelas ações do Governo Federal que fomentavam a ocupação de terras na Amazônia como se fez através da Marcha para o Oeste e o Plano de Valorização da Amazônia que acabaram por estimular a implantação de grandes empresas agropecuárias e projetos de colonização, de acordo com Gayoso Costa (2011).

Além disso, a Legitimação de Posses, Regularização sem Concorrência, a Regularização e com Direito de Preferência, a Ultimação de Processos Precedentes a Retificação de Permuta e Limites, legalizaram segundo Castrillon Fernández (2007), a ocupação das terras públicas amazônicas no período de 1970 a 1980 por domínio privado. Como resultado disso os trabalhadores rurais da Amazônia, a partir da década de 1990, experimentassem uma nova fase do sistema capitalista de produção, caracterizada pela expansão contínua e acelerada do capital financeiro em todos os quadrantes do planeta.

A revolução que a globalização do capitalismo está provocando no mundo agrário transfigura o modo de vida no campo, em suas formas de organização do trabalho e produção, em seus padrões e ideais socioculturais, em seus significados políticos. Tudo que é agrário dissolve-se no mercado, no jogo das forças produtivas operando no âmbito da

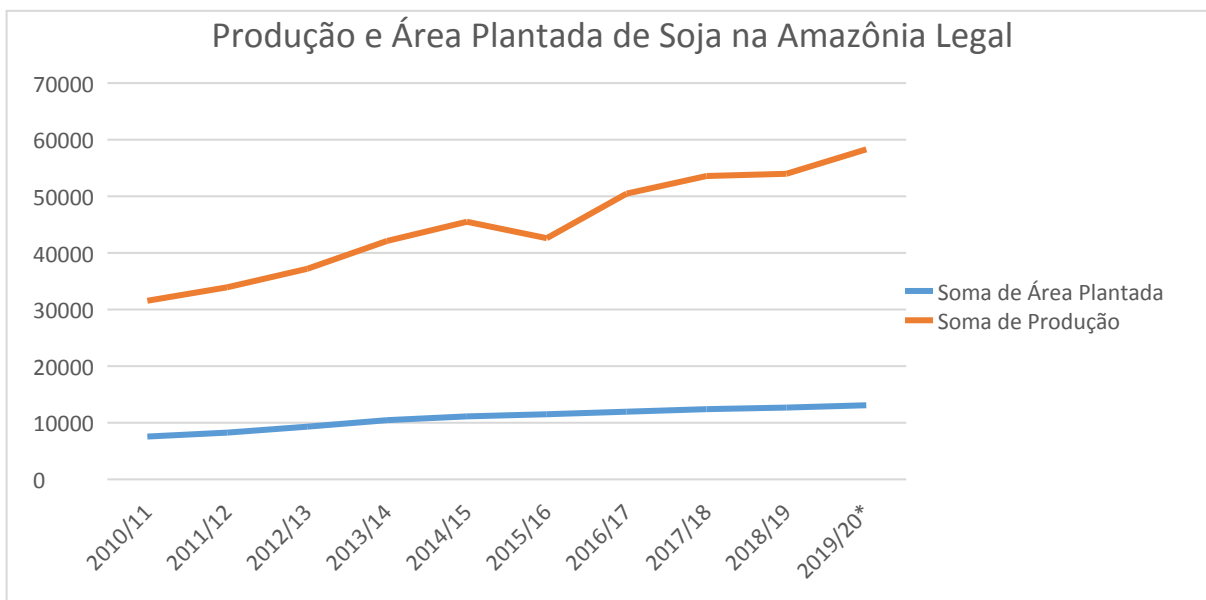
economia, na reprodução ampliada do capital, na dinâmica do capitalismo global (IANNI, 1999, p. 42).

A inserção dessa lógica capitalista e global fez com que a Amazônia se tornasse uma fronteira de *commodities*. A ampliação dos plantios de grãos (arroz, milho e soja) e a exploração de madeira empurraram as fronteiras até os seus limites nacionais, enquanto que a expansão da pecuária brasileira ocorre na sua fronteira, com frentes peruanas, bolivianas e colombianas. Além disso, há um grande interesse pela mineração pois boa parte da Amazônia existem jazidas minerais. A Amazônia tornou-se fornecedora de produtos e insumos, atendendo a redes internacionais altamente sofisticadas e a grandes empresas (CASTRO 2012).

É necessário ressaltar que a produção primária da Amazônia foi estimulada em função desses mercados externos, no qual as relações de troca acontecem constantemente, indicando que a economia dessa região é fortemente mercantil. Cidades como Belém e Manaus se consolidaram em seu papel de intermédio das operações mercantis, fazendo as trocas entre mercadorias do interior e do exterior de acordo com Reis (1967).

Apesar da tendência sempre crescente de expansão, houve uma estagnação tanto em termos de produção como em área plantada, na década de 1980, em virtude de uma crise fiscal do Estado Nacional, vinculadas a altas taxas de inflação. Assim, grande parte da produção de soja se deslocou dos estados do Sul para o Centro Oeste, e encontrou um ambiente promissor para sua expansão nos cerrados do estado do Mato Grosso, o que fez com que essa região registrasse alta produção por um longo período, tornando mais possível a propagação da soja pelos demais estados da Amazônia Legal, como ocorreu mais tarde (LEÃO 2017).

Gráfico 2 - Produção e Área Plantada de Soja na Amazônia Legal.



Fonte: Elaborado por Valentim (2020), a partir de CONAB (2020).

Produção em mil toneladas e Área plantada em mil hectares

* Estimativa em fevereiro/2020.

O crescimento da produção de soja pode ser visto no gráfico 2, que mostra que no intervalo de 2010 a 2019 a produção se expandiu de 23.989,1 para 45.206,6 mil toneladas, ao passo que a área plantada saiu de 7.562,5 para 13.090,5 mil hectares. A produção tem proporções maiores que a área plantada, e isto se deve também ao aumento de 9.340,0 para 9.876,4 em produtividade, que entre outros motivos cresceu com o uso de fertilizantes, maquinários, tecnologias e expansão para áreas de terras mais produtivas (CONAB, 2020).

O Estado do Mato Grosso é a região de maior sucesso em termos de produtividade no plantio de soja no Brasil e no mundo, e para dar suporte necessitou-se novos canais de escoamento, além dos portos do Sul do país. Então, para atender a necessidade e até mesmo diminuir custos logísticos, estruturas modais de transporte foram criadas no Oeste do Pará, articuladas entre empresas e produtores com sede no Mato Grosso, alargando a fronteira agrícola para outros estados não tradicionais do Norte e também do Nordeste (LEÃO 2017).

As atividades da agricultura que requerem mão-de-obra e terra em abundância tiveram suas vantagens comparativas aumentadas, pois ficou bem mais atrativo produzir na Amazônia, isto, por outro lado desencadeou uma destruição humanizada com a formação de uma Segunda Natureza. Pelo fluxo no qual o desmatamento vem se comportando, espera-se que aumente em níveis cada vez

mais altos, podendo até ser duplicados ou triplicados, até sua estabilização (HOMMA, 2001).

Do grupo de produtos destaques exportados pelo país em 2010 (soja, carne, minérios, suco de laranja, petróleo e celulose) eram majoritariamente produzidos e retirados da Amazônia o minério, a carne e a soja. E os principais problemas ambientais e sociais da Amazônia na atualidade se devem, em grande parte, a atuação dessas atividades que trazem como externalidade a concentração fundiária, grilagem, pistolagem e conflitos em torno da terra, além do desmatamento acumulado (CASTRO 2017).

Embora recebam pressões em relação ao desmatamento, os governos federais e estaduais, avançam em suas estratégias de grandes propostas para a Amazônia que atendem os interesses das grandes multinacionais. Portanto, esse gama de megaprojetos, projetos minerais, exportação de grãos (soja), produção de hidroeletricidade, petróleo e gás natural, redesenham um novo mapa geopolítico-econômico, com a criação de eixos de desenvolvimento (ferrovias, hidrovias, rodovias) para conectar-se os mercados internacionais mais do que a integração regional (HOMMA, 2011).

Percebe-se que entre os ciclos econômicos na Amazônia, muito preocupou-se com os mercados globais, grande parte das infraestruturas criadas foram para dar subsídio a continuação da produção, enquanto que o interesses regionais, foram transformados também em objetivos globais de acumulação capitalista, pouco preocupou-se em criar um sistema de fortalecimento das potencialidades regionais, pelo contrário, fortaleceu-se o papel de produtor de insumos que a séculos a Amazônia vem seguindo.

Os ciclos tiveram o seu início e auge trazendo crescimento econômico para o país, porém, em detrimento dos recursos naturais e das territorialidades das regiões que se dizimaram, o desfecho de cada ciclo geralmente é acompanhado da exaustão dos recursos, e o abandono das áreas, onde as populações que resistiram tem que lidar com as externalidades. Com a realidade da soja na Amazônia, os grandes produtores são privilegiados já que são eles que alimentam os indicadores econômicos nacionais, enquanto que o pequeno produtor que tem sua função na produção regional, em alguns casos foram dizimados, são marginalizados e pouco lembrado ou estimulado para continuar a abastecer os mercados.

2.4 A Soja no Norte

Na região Norte, assim como em toda região da Amazônia Legal, pequenos produtores rurais já estavam estabelecidos, como resultado de correntes migratórias do passado como as incentivadas no período militar, esses fluxos acabaram por gerar em vários momentos conflitos, principalmente disputas pelo território. No século XXI, houve um fluxo migratório diferente vindo do Estado do Mato Grosso, produtores capitalizados destinaram os territórios a expansão do agronegócio, trazendo consigo uma cadeia de empresas exportadoras de produtos agrícolas transnacionais, além de firmas de logística multimodal para atender o crescente fluxo de grãos, através do promissor corredor de transporte do Norte brasileiro que opera também via portos (LEÃO 2017).

A expansão ao Norte se dá principalmente como estratégia dos sojicultores em incorporar áreas nos limites das suas, ou de outras regiões com terras mais baratas e promissoras como ocorre nos Estados mais ao Norte como Rondônia e Pará. Essas áreas passaram a abrigar sob um mesmo território, lavouras de soja, pequenos produtores, assentados, posseiros e trabalhadores rurais, além de indígenas. No Mato Grosso, por exemplo, grupos étnicos foram dizimados pela expansão da fronteira agrícola e a abertura de estradas, resultando em conflitos sociais frequentes, especialmente nas regiões mais ao Norte (LEÃO 2017).

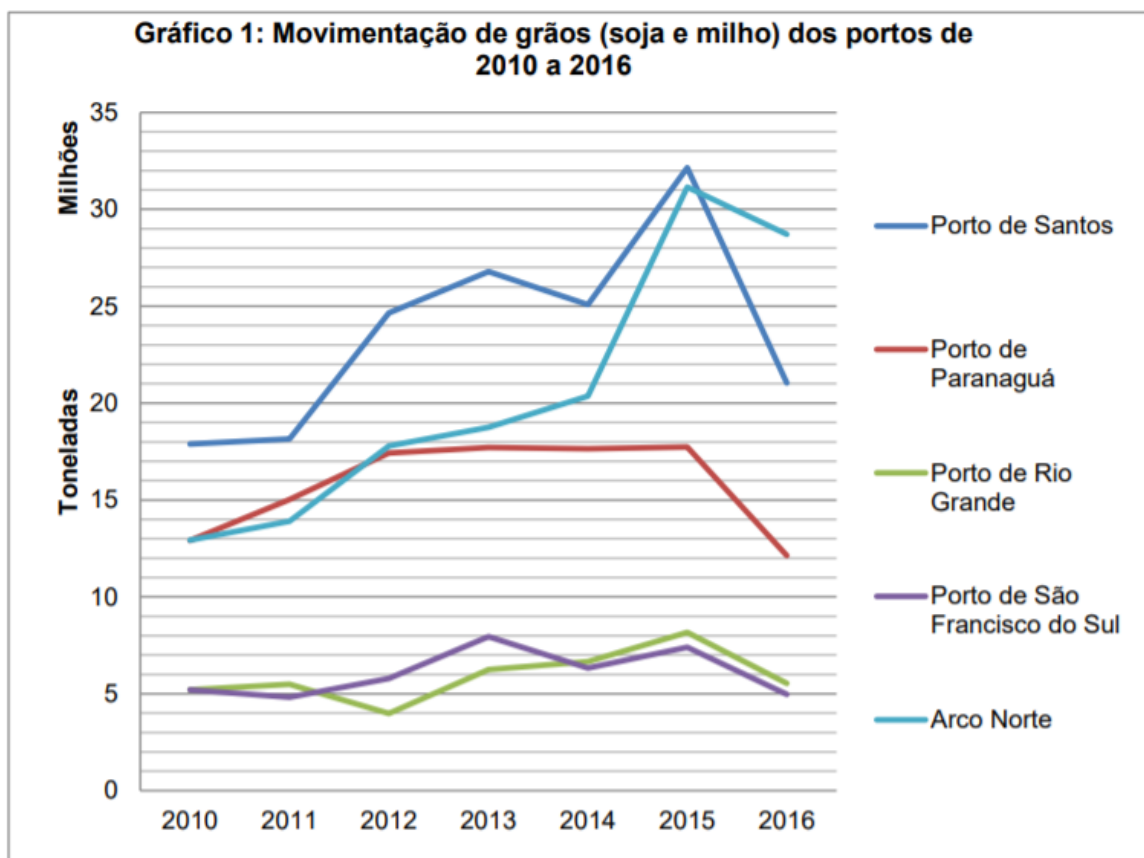
Mesmo com os conflitos socioambientais, a produção de soja do Mato Grosso se expandia por novas rotas, e os eixos modais do Norte do país foram percebidos como uma alternativa de aproximação aos importadores e uma relativa redução de custos de transporte, por meio de um sistema multi-modal que combina a pavimentação de estradas e o uso de hidrovias naturais para a escoamento da produção. Assim, a primeira década do século XXI, é marcada por políticas que fomentam à logística de transporte do agronegócio e estratégias empresariais mais eficientes ao buscar novos canais para escoar a produção (LEÃO 2017).

A principal motivação para a utilização dos portos do Norte do País é o menor tempo de viagem entre as áreas produtoras e os portos, isso justifica os investimentos no projeto modal e corredor logístico, de acordo com Leão (2017). Mais uma vez, infraestruturas complexas são criadas na região, não para oferecer a população maior acessibilidade aos transportes ou proporcionar melhores condições

de vida, mas sim para criar condições de exploração máxima por parte do grande capital. Assim nasce o Arco Norte, moldando territórios com a sua proposta de utilização dos recursos hídricos e terrestres para sustentar a sua postura de dominante exportador.

O projeto “Arco Norte” vem com o objetivo de reduzir a pressão sobre os portos da Região Sudeste a partir de uma logística intermodal de transporte para escoar os grãos que vêm do Centro Oeste. Assim diminuir custos logísticos e ter um preço mais competitivo de exportação, acercando os produtores nacionais dos mercados ao redor do globo. Esse sistema de transportes, por meio de corredores, rodovias, hidrovias e ferrovias, portos graneleiros ou de transbordo escoam cargas e insumos pelos portos do norte do Brasil, desde Porto Velho, em Rondônia, passando pelos Estados do Amazonas, Amapá e Pará, até o sistema portuário de São Luís, no Maranhão (LEÃO 2017).

Gráfico 3 - Transporte de soja e milho em grãos pelos portos nacionais entre 2010 e 2016.



Fonte: Elaborado por (RODRIGUES 2018) a partir de ANTAQ (2018).

Essa viabilidade logística fez o Arco Norte liderar em exportações em um curto espaço de tempo, desafogando os demais portos brasileiros com os grãos produzidos no Centro Oeste. Tais portos se consolidaram como um grande ponto de saída dos produtos brasileiros e se mostraram destaque na exportação da soja em grão, transportando 8,7 milhões de toneladas sendo 19% do total em 2014 e 12,6 milhões de toneladas que corresponde a 23% do total em 2015, de acordo com a Secretaria Nacional de Portos (2016).

Do ponto de vista econômico são ótimas estimativas, porém não se pode esquecer que ao passo que crescem os números de exportação, se cravam profundas transformações nas áreas e regiões afetadas pelos novos empreendimentos logísticos, com a destruição em massa de sistemas sociais e ambientais. Por um golpe de sorte ou azar, a localização privilegiada e a dominação do capital, subjuga o meio ambiente e a sociedade aos seus meros interesses.

A ferrovia planejada no Arco Norte corta 23 municípios, se localizando entre a região de Santana do Araguaia e o Porto de Vila do Conde, em Barcarena, com dois ramais ferroviários para Paragominas e para Rondônia do Pará, com capacidade de transportar cerca de 80 milhões de toneladas de minérios e produtos do agronegócio, planeja também expulsar para a sua instalação mais de 1,2 mil pessoas, sobretudo, povos tradicionais, de acordo com Rodrigues (2018). E por mais que essa população pressione, seria bem difícil lidar contra um sistema internacional de exploração financiado por gigantescas empresas, bem como com o capital dos produtores endossado por subsídios do Estado.

O Arco Norte é uma compactuação com o agronegócio como forma de jogar segundo os ditames da globalização/mundialização de trocas, financeirização econômica, do Efeito China e dos Blocos Econômicos, principalmente os BRICS; ao custo do bem-estar das populações locais que já carregam um grande passivo social histórico, produzido, de inúmeras empresas que profetizaram apoiar o desenvolvimento local, com geração de emprego, renda e inclusão social, da região amazônica, como a Vale, a Albrás/Alunorte, hoje Norsk Hydro, a Biopalma/Vale, a Agropalma, a Alcoa, a Imerys, a Mineração Rio do Norte, a Cargill, a Bunge (RODRIGUES, P 23, 2018).

Na realidade, tais arranjos estenderam as desigualdades sociais, conflitos fundiários, trabalho escravo, superexploração do trabalhador, etnocídio e degradação ambiental, principalmente nas cidades de Barcarena, Santarém, Oriximiná, Ipixuna do Pará, Ourilândia do Norte, Tomé Açu, Moju, Acará,

Paragominas, Parauapebas e Canãa dos Carajás. As riquezas são escoadas, enquanto que ocorrem violências e degradação socioambiental, em Itaituba e Rurópolis, e por áreas do Oeste do Pará (RODRIGUES 2018)

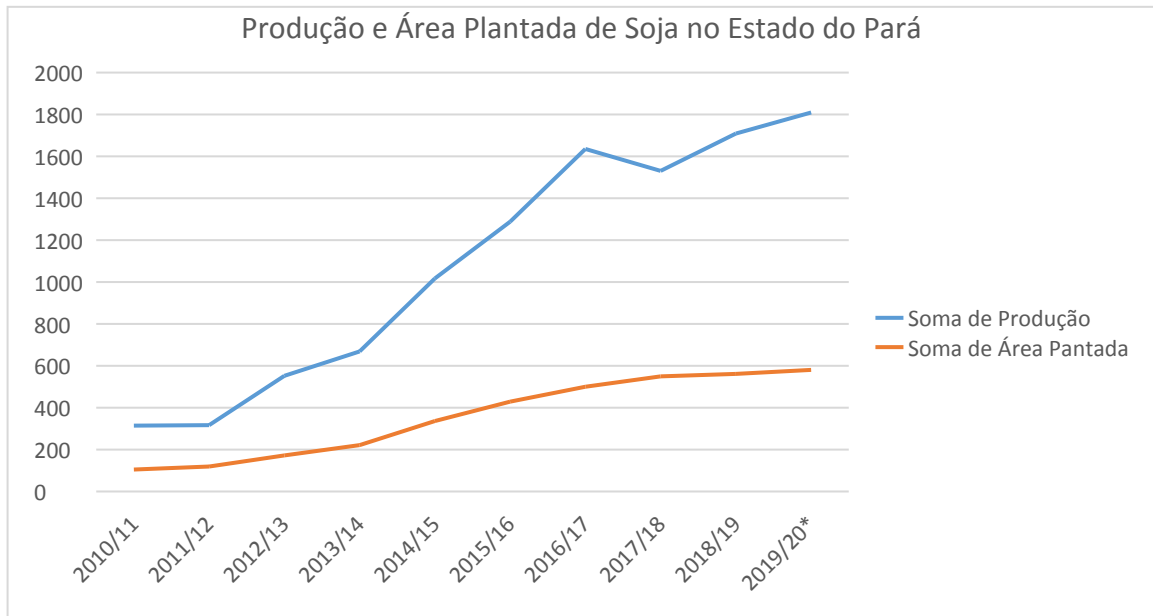
É importante lembrar, que tais projetos vêm em grande parte, acompanhados de um discurso de desenvolvimento que partem de uma estratégia nacional para consolidar sua vocação agroexportadora e muitas vezes ludibriando a população das cidades. Apenas os mais afetados, como povos tradicionais, produtores, indígenas, caboclos, ribeirinhos, de fato conhecem e muitas vezes pagam com sua própria vida ou com a sua forma de subsistência a manutenção de uma cadeia de exploração globalizada.

2.5 A soja no Pará

A relativa disponibilidade de terra do Estado para a expansão agropecuária, fez com surgissem conflitos de ordens diversas, isto fica bem explícito até o início da década de 1990, nas regiões da Transamazônica, Nordeste e no Sul/Sudeste do estado. Mas no início do novo século, o agronegócio sojicultor, promove uma nova dinâmica regional e intensifica os conflitos pela terra, impactos ambientais e novas dinâmicas sociais em outras áreas do Estado. A EMBRAPA, em meados de 1990 exerceu sua função para inserção da soja, pois desenvolveu pesquisas visando adaptações de cultivares às condições locais, incentivada pelo governo estadual (LEÃO, 2017)

A área cultivada no Pará correspondia em 2016 há menos de 1% do total produzido no Brasil, porém para Leão (2017), apesar de ser uma pequena quantidade de produção este argumento não pode servir para encobrir os efeitos e transformações nas regiões. No caso do Pará trouxe, houve um aumento progressivo da produção, Leão (2017) argumenta que no início dos anos 1990, não haviam registros de áreas plantadas no Estado, porém no ano de 1997 a produção saltou de 1.353 toneladas de soja para 901.188 toneladas em 2015.

Gráfico 4 - Produção e área plantada de soja no Estado do Pará.



Fonte: Elaborado por Valentim (2020), a partir de CONAB (2020).

Como resultado da expansão das plantações ao Pará, o gráfico 4 mostra que no período de 2010 a 2019 a produção mais que quintuplicou saindo de 314,4 para 1.861,1 mil toneladas, e o mesmo aconteceu também na área plantada, que saiu de 104,8 para 607,4 mil hectares, e em produtividade que cresceu de 3.000 para 3.064 no mesmo período. A partir desses números chega-se a percepção então de que o agronegócio da soja contribuiu bastante para reconfigurar a região Oeste do Pará, a partir dos investimentos em infraestrutura logística e na produção de grãos para exportação.

Mudanças puderam ser percebidas, especialmente em Santarém e entorno com a propagação do plantio de soja e outros grãos, e principalmente com o estabelecimento de um porto graneleiro. Assim, a região configurou-se tanto em um espaço especializado em logística de escoamento e exportação para mercados internacionais, possibilitado por um sistema multimodal que combina rodovia, hidrovia e ferrovia, quanto num espaço de expansão de plantio de soja. Com projetos mais recentes sendo operados em Itaituba, e na região de Santarém se incorpora ao movimento do agronegócio exportador como eixo logístico de escoamento pelo Norte do país (LEÃO 2017).

Os investimentos dos últimos 20 anos nas regiões de Santarém e Itaituba se deram, principalmente, em estruturas portuárias privadas, em manutenção de rodovias como a BR-163 e hidrovias que conectadas compõem o corredor de

exportação e de escoamento do Mato Grosso para região Norte. Há o incremento de um elemento importante, as hidrovias, que diminuem os custos do transporte de carga de grãos, no caso de Itaituba implementou-se um complexo portuário, no qual as principais empresas do agronegócio brasileiro, internacional e empresas logísticas redefiniram suas estratégias de investimento para o transporte de cargas utilizando esse sistema multimodal combinado (LEÃO 2017).

Tabela 1 - Movimentação de grãos pelos portos paraenses, de 2010 a 2016, em toneladas.

Ano	Porto Santarém/Cargill	Terminal Ponto da Montanha	Bunge Itaituba	Terminal Portuário Graneleiro de Barcarena	Terminal de Vila do Conde	Porto da Hidrovias do Brasil	Porto de Vila do Conde
2010	820.853	-	-	-	-	-	-
2011	2.064.745	-	-	-	-	-	-
2012	3.210.575	-	-	-	-	-	-
2013	4.203.700	-	-	-	-	-	-
2014	2.626.119	-	767.976	1.555.396	-	-	-
2015	4.768.192	798.886	1.548.292	3.434.557	-	-	-
2016	4.549.618	1.247.545	1.586.420	3.383.835	916.208	82.325	93.077

Fonte: Elaborado por RODRIGUES (2018) a partir de ANTAQ (2018).

A tabela 1 mostra como as empresas se organizaram no Pará, explorando as vias marítimas e portos, muitos iniciando sua atividade mais recentemente entre 2014 e 2016, pode-se observar que os portos com maiores destaques são o de Santarém, seguido do de Barcarena e Itaituba, essas cidades foram aquelas que mais receberam intervenções e reordenamentos a partir de investimentos, claramente que para construção desse sistema multimodal, muitas estruturas sociais e ambientais foram destruídas.

No período mais crítico de expansão das atividades agrícolas da soja na região de Santarém e outras áreas do Oeste Pará, foram relatados conflitos territoriais, voltados a luta pela manutenção de áreas ocupadas por posseiros, e essas lutas também refletiam disputas políticas entre as organizações de trabalhadores rurais da região e um conjunto de atores, interessados em permitir e facilitar o comércio de terras rurais, como imobiliárias instaladas para promover esse mercado, e os possíveis compradores e produtores de soja (LEÃO, p 52, 2017).

Se instalou um desequilíbrio social, um exemplo dessas os moradores locais sofriam pressões para sair de áreas estratégicas e dar espaço a produção agrícola, e em alguns casos, os posseiros eram retirados à força de suas terras, de

acordo com LEÃO (2017). Graças ao sistema multimodal, a população do Pará e da Amazônia Legal como um todo começou a receber externalidades vindas de novas rotas, estradas, rios, onde posseiros, ribeirinhos, populações tradicionais tiveram suas territorialidades alteradas.

Percebe-se então, neste percurso que a soja fez pelo país até chegar nas regiões estados e comunidades que a preocupação mais latente do Estado era em manter os indicadores econômicos, a competitividade internacional, o atendimento das demandas do capital externo, o mercado voltou-se para o agro, repetiu-se por décadas o início de um novo ciclo na Amazônia, seu auge e sua decadência. Os problemas socioambientais gerados pela produção da soja, não são de exclusividade desse grão, isso vem se repetindo através dos ciclos econômico, mas mesmo assim, a estratégia de dominação das riquezas pelo capital tem se mantido, assim como a subjugação da natureza e das pessoas ao poder do dinheiro.

3 PROCESSOS DE OCUPAÇÃO E DINÂMICAS TERRITORIAIS EM SANTARÉM E NO PLANALTO SANTARENO

Este capítulo demonstra como se deu a chegada da Soja na cidade de Santarém, o que possibilitou a sua inserção, e como ela se expandiu nas áreas do planalto santareno, como resultado dessa reorientação logística pensada para o Norte. O planalto atua como corredor de escoamento, pois dá acesso ao porto de Santarém, mas também iniciou o processo de plantação da oleaginosa, veremos também como isto mudou a realidade dessa região. Apresenta-se o mapeamento que revela a expansão acelerada do uso do solo para agricultura, bem como os mapas de desmatamento como forma de visualizar as transformações na paisagem.

3.1 A soja em Santarém e no Planalto santareno

Desde 1997 a Prefeitura de Santarém passa a incentivar o aproveitamento das áreas degradadas ou usada em culturas de baixo retorno, como a do cacau, que estava em baixa na época. Portanto, o objetivo era tornar “o município autossuficiente com relação aos produtos derivados da soja e transformá-lo, gradativamente, em um novo polo exportador” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM, 1997).

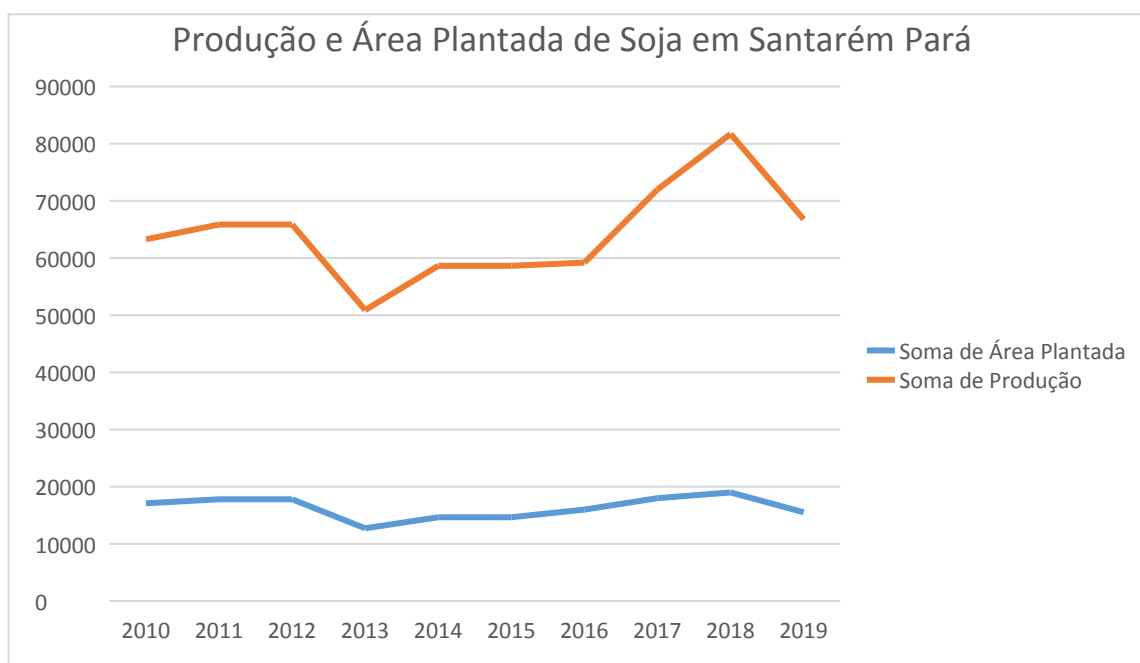
Os atrativos propagandeados para incentivar a produção da soja no Planalto, foram os seguintes: oferecimento de terras antropizadas, que de acordo com Araújo *et al.* (2008), são propícias as lavouras de soja, pois já trazem menos trabalho para preparar a terra, bem como a incidência de terras planas favoráveis para a mecanização, assim como a ocorrência de jazidas de calcário, que é um minério básico para a correção do solo, a malha rodoviária que dispunha da rodovias Cuiabá-Santarém (BR-163) e Santarém-Curuá-Una (PA-370), a localização estratégica frete aos mercados e a abundância de terras baratas (ARAÚJO *et al.*, 2008).

Um fato crucial no ordenamento territorial dessa região, foi a celebração de um contrato de concessão em 1999, junto à Companhia Docas do Pará (CDP), para a instalação de um porto de granéis sólidos da multinacional Cargill S.A., com localização em frente à cidade de Santarém, que começou a operar em 2003, sem qualquer consideração às leis ambientais do país, trabalhando com o preço da soja estabelecido através das cotações do mercado de futuros, o que atraiu dezenas de

produtores para a região. Portanto, os municípios de Santarém e de Belterra passaram a se estabelecer no cenário estadual de produção desta *commodity* (PAIXÃO JUNÍOR, 2012).

Isto gerou uma intensa procura por terras do Planalto Santareno, que no final da década de 1990 foram compradas a preços baixíssimos, entre cinquenta, setenta e cem reais o hectare, mais tarde saltando para a mil e mil e quinhentos reais, as áreas mais próximas à cidade de Santarém chegavam a três mil reais o hectare, enquanto que no Centro-Sul os preços cobrados eram cerca de vinte mil reais o hectare. Houve então, ações ilegais de imobiliárias privadas com a participação de órgãos oficiais para mediar a compra dessas terras públicas para o agronegócio da soja com os fins da acumulação capitalista (BICKEL 2004).

Gráfico 5 – Produção e Área Plantada de Soja em Santarém Pará.



Fonte: Elaborado por Valentim (2020) a partir de IBGE (SIDRA, 2020).

Com os preços das terras mais baratos, os produtores mato-grossenses viram como alternativa a localização nessas áreas, isto inseriu Santarém em um cenário mundial de produção de Soja, fazendo com que a produção e área plantada aumentassem como mostra o gráfico 5, a produção em 2010 saiu de 46.170 toneladas de soja atingindo seu apogeu em 2017 com 54.000 toneladas, mas reduzindo em 2019 sua produção para 51.249 toneladas, esta queda pode estar relacionada a desvalorização do valor de venda do grão no mercado internacional.

No período de 2010 a 2019 não houve grande variação nas áreas plantadas, mas atingir a margem de 19.000 hectares de soja plantados demonstra o quanto essa atividade ganhou importância na região desde o seu princípio

Inicialmente, os primeiros produtores que chegaram a região para plantar soja contaram apenas com recursos próprios para a produção. A partir do estabelecimento da Cargill em Santarém passaram a ter acesso ao financiamento do sistema “soja verde”, onde a empresa antecipa a compra da soja como forma do produtor adquirir os insumos necessários para produzir o grão, neste tipo de financiamento, a terra não é a garantia exigida e sim a produção, até porque 95% desses produtores não possuem os títulos definitivos de suas propriedades (EMBRAPA, 2007).

Toda essa migração e produção na área do planalto repercutiram fortemente em 2006 no aumento do desmatamento. Assim, houve a iniciativa da moratória da soja, como alternativa para frear o intenso desmatamento denunciado pelo Greenpeace. Tendo sido assinada pelas principais associações da indústria de óleos e cereais brasileiras, com o objetivo de impedir que a Cargill ou outras empresas do ramo comprassem soja dos produtores que não realizassem desmatamentos a partir do ano de 2016 (PAIXÃO JUNÍOR 2012).

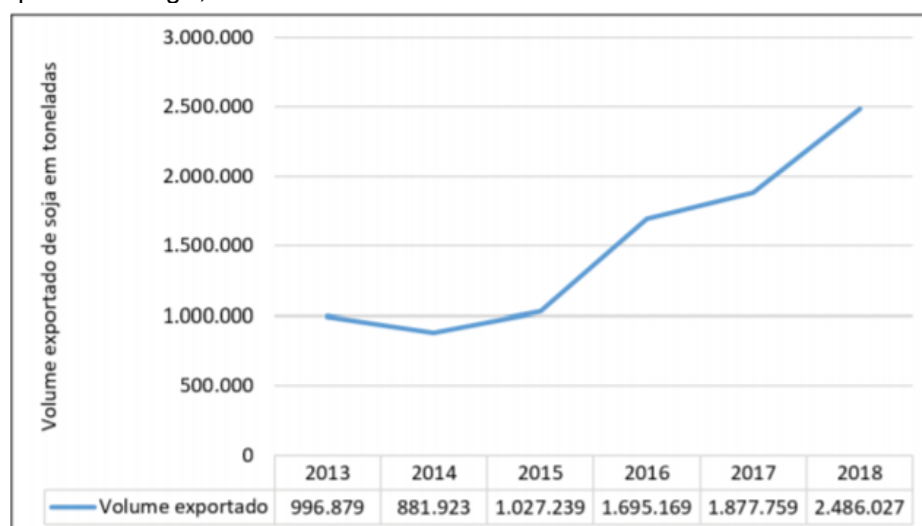
A Cargill, a partir de pressões sociais e institucionais locais e internacionais, necessitou executar o monitoramento entre as áreas de produção de soja do Planalto Santareno, a fim de identificar prováveis desmatamentos em reservas legais atuando na recuperação das áreas quando necessário, visando o estabelecimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto ao Ministério Público Federal e, assim, obter o selo ambiental para certificar o produtor que preenche as exigências Castro (2008).

Percebe-se então, que houve um grande impulso à produção regional a partir dessas políticas provenientes tanto de investimentos do âmbito público através das políticas regionais empenhadas, e principalmente a partir de investimentos do âmbito privado. De acordo com o IBGE (2010), os municípios de Santarém e Belterra tornaram-se, em 2004, respectivamente, o primeiro e o terceiro maiores produtores de soja do estado do Pará e ambos estão localizados na área de influência do Planalto.

Apesar de a Companhia Cargill ter realmente incentivado à produção local, ela alega que a sua instalação na cidade de Santarém não tinha este como

objetivo principal, mas sim expandir sua logística para escoar por este ponto aos mercados internacionais a soja comprada no Mato Grosso, conforme ressalta Paixão Júnior (2012). Porém a presença deste porto e principalmente os incentivos governamentais acabaram por incentivar a produção da oleaginosa por todo o território do planalto santareno.

Gráfico 6 - Trajetória do volume exportado de soja entre 2013 e 2018 pelo porto da Cargill, em Santarém.



Fonte: Elaborado por Barros et al (2020) a partir de (MAPA, 2019).

O gráfico 6, mostra o quanto o canal logístico de Santarém tem sido demandado e aumentado sua capacidade de sua exportação ao longo dos anos, assumindo um importante papel na logística brasileira. A soja exportada por este terminal tem como principais destinos as plantas agroindustriais da empresa no México, Holanda e Japão com um fluxo anual, segundo CARGILL (2010).

Assim, Paixão Junior (2012), clarifica que é correto falar que porções do Planalto Santareno e o porto graneleiro da Cargill em Santarém se caracterizam como espaços alienados, submetendo-se às decisões exógenas; logo, relacionando-se com poucos vínculos com o lugar, pois a interdependência entre as ações e os atores se constitui como “até certo ponto mecânica, produto de normas presididas por interesses de modo geral mercantis, mutáveis em função de fatores do mercado” (SANTOS; SILVEIRA, 2010).

Segundo Elias (2003), este ordenamento exercido pelas grandes corporações nacionais e internacionais do agronegócio, se processa nos espaços urbanos, dentro e, principalmente, fora do país. Portanto, o território do Planalto

Santareno, passou a pertencer ao circuito internacional de produção, exercendo atividades relacionadas aos objetivos econômicos desse empreendimento da Cargill, deixando de dedicar-se a sua atividade tradicional local, gerando uma nova forma de territorialidade.

Em virtude da implantação, em 2003, do terminal fluvial de granéis da transnacional Cargill Agrícola S.A, que se localizou em frente à cidade de Santarém, os municípios de Santarém e de Belterra vieram a fazer parte do cenário estadual de produção da soja o que atraiu dezenas de produtores para a região.

A implantação desses produtores no Planalto santareno teve grande apoio do Estado, principalmente no âmbito estadual e municipal, através da EMBRAPA, que segundo Paixão Júnior (2012), elaborou várias medidas na década de 1990 para estimular a produção da *commodity* na região, disponibilizando crédito para pesquisas e implementação de programas de provimento de suporte técnico e logístico aos produtores. Além disso, o Estado trabalhou a propaganda do território destacando a atratividade e a disponibilidade de terra do Planalto Santareno, aos produtores do Centro-Sul do país (ALMEIDA, 2005).

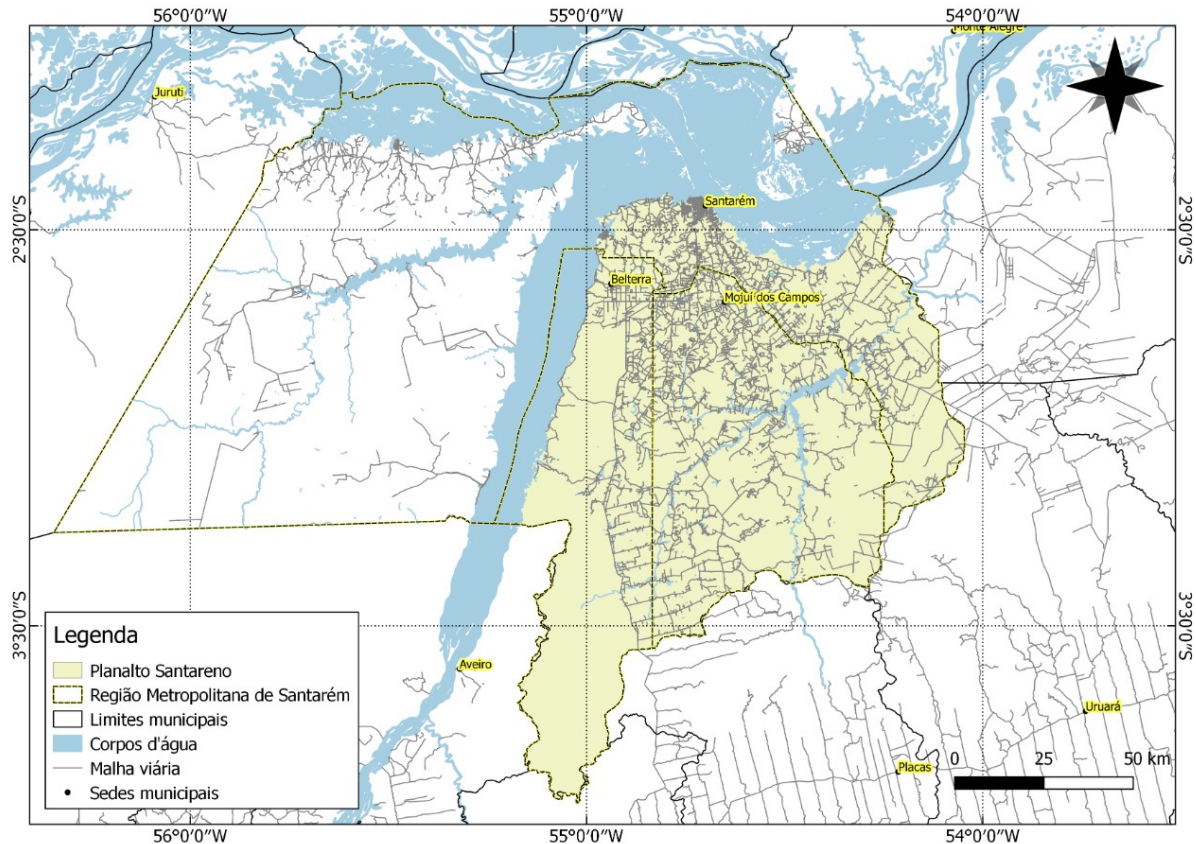
Em consequência, houve uma forte aquisição das terras do Planalto por esses agentes, visto que estas terras já eram antropizadas, o que facilita a reprodução da atividade. Por outro lado, houve um esvaziamento da população tradicional, impulsionado dificuldades de infraestrutura das localidades, venderam, assim, seus lotes a migrantes a preços super inferiores aos praticados em suas regiões, resultando em nove comunidades campesinas extintas em 2011 (PAIXÃO JÚNIOR, 2012).

Devido a essas transformações territoriais, muitas famílias estavam passando por estados de penúria e desemprego. Segundo informações do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTRS, 2003) em conjunto com as cidades de Santarém e Belterra buscou-se conscientizar os pequenos produtores rurais por campanhas para que não deixassem suas terras, o sindicato informa que houveram resultados positivos. Hoje o planalto constitui-se como um território composto grandemente por agricultores de grande porte.

O Planalto Santareno, representado no Mapa 1, passa por um processo de mudança de paisagem que se inicia nas duas últimas décadas em virtude da inserção de extensas plantações de soja, de milho e arroz, assim como amplos armazéns de estocagem e secagem de grãos, indústrias de beneficiamento agrícola,

intensificação do fluxo de caminhões e máquinas agrícolas cruzando estradas e rodovias, como resultado de uma série de políticas nacionais e regionais que acabaram por ordenar o território em questão.

Mapa 1 - Localização do Planalto santareno.



Fonte: Elaborado por Almeida (2018), a partir de TerraClass.

Especificamente, no Planalto Santareno, mutações no território passaram a ser observadas a partir de 1994, com a introdução da monocultura da soja incentivada pelo Plano Operacional de Política Agrícola o “Pará Rural” que verificou juntamente com a Embrapa a capacidade de produção de soja por hectare, de acordo com Gayoso Costa (2011). Também houve iniciativa local, segundo Paixão Júnior (2012), o Grupo Quincó, em sua propriedade na Serra do Diamantino, próximo à cidade de Santarém, que trabalhou na realização de testes sob a supervisão da Embrapa.

Inicialmente, não se obteve o sucesso esperado, os testes apresentavam encurtamento de ciclo. Desta forma, o Governo do Estado do Pará decidiu em 1996 contratar uma a firma especializada, a paranaense Agrária Engenharia e Consultoria S.A que juntamente com o Grupo Quincó realizou experimentos com cultivares de

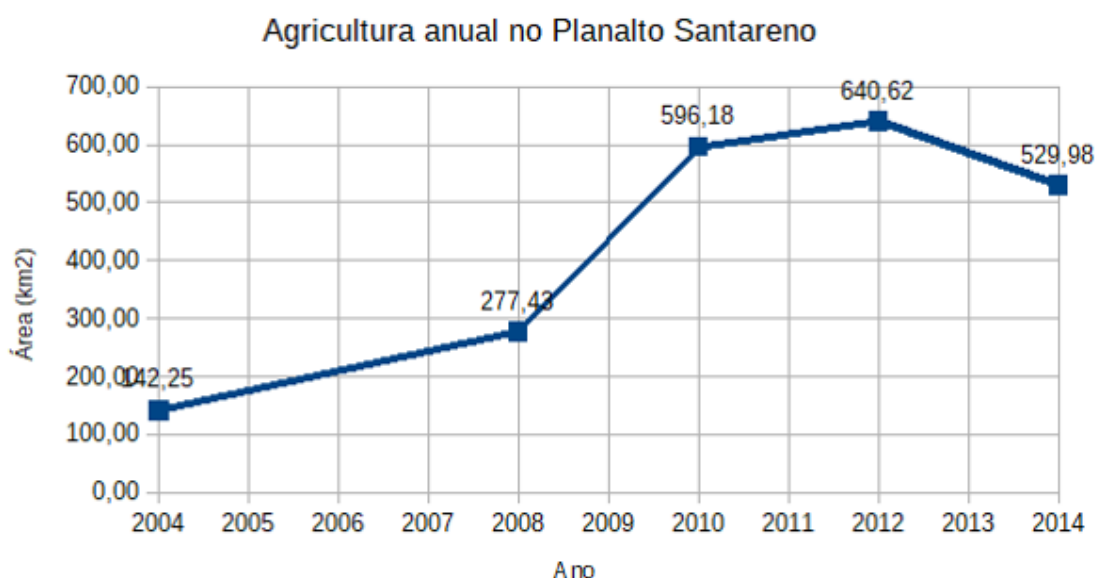
ciclos mais longos, em padrões de produção comerciais usando tecnologia avançada e mecanização em todas suas fases (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM, 1997).

A partir da utilização dessas técnicas, segundo Almeida (2005), brotou, portanto, a primeira colheita exportada de soja (165 toneladas) do Planalto santareno em 1997, enviada a Roterdã na Holanda. Assim, comprovada a viabilidade técnica e econômica da plantação de soja no Planalto Santareno, agentes do governo, políticos e até mesmo o prefeito da época se dirigiram ao Mato Grosso para fazer propagandas do potencial de produção nestas terras, girando em torno de 50 sacas por hectare, portanto, a partir deste ano chegaram a esta área os primeiros sojicultores do Sul e Centro-Oeste do país de acordo com Paixão Júnior (2012).

3.2 Expansão Da Agricultura No Planalto Santareno

A seguir será apresentado dados da classe agricultura anual do Planalto santareno, foram levantados dados para os anos 2004, 2008, 2010, 2012 e 2014 (série histórica disponíveis em Inpe 2019). A partir da análise da cobertura é feita a quantificação e a exposição das áreas que se destinam a agricultura. Onde as áreas desmatadas analisadas no capítulo anterior são convertidas em agricultura baseada na produção de grãos.

Gráfico 7 – Agricultura Anual do Planalto Santareno.

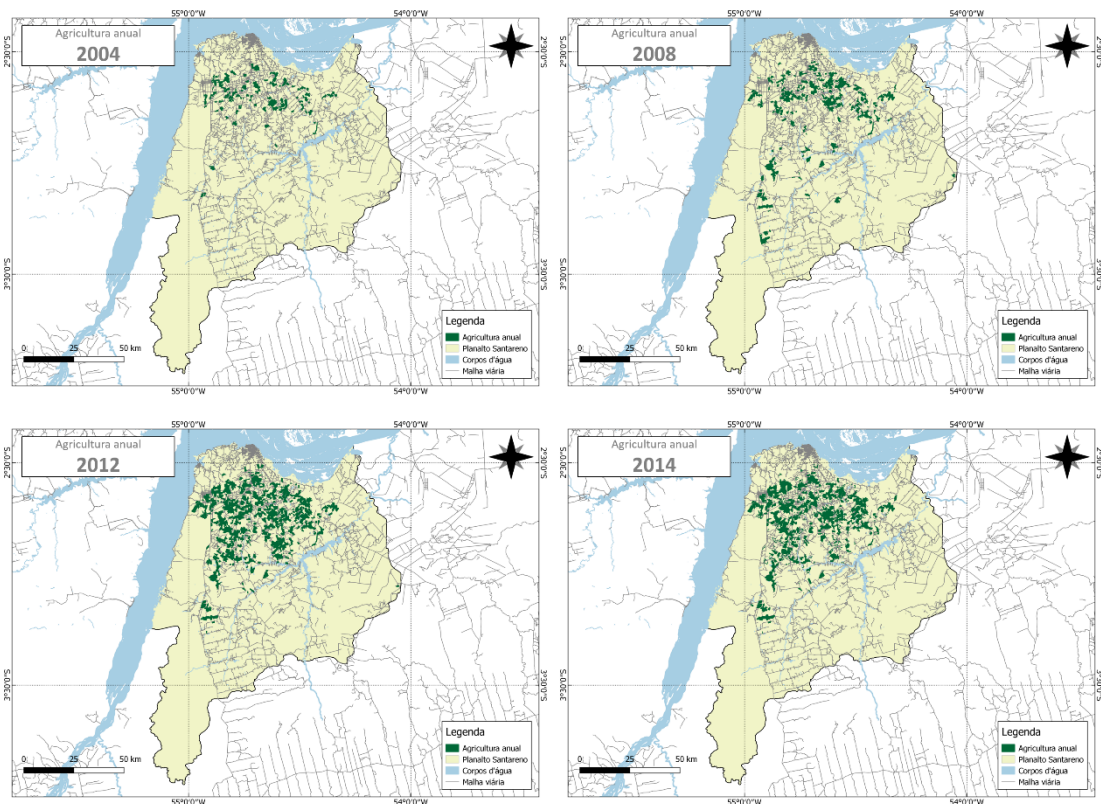


Fonte: Elaborado por Almeida (2018), a partir de PRODES/INPE (2018).

A partir da tabela, foi possível perceber que em 2012 a agricultura anual ocupou a maior área, 640,2 km², o que equivale a 5,48% da área do Planalto santareno. A menor área registrada foi no início da série histórica, em 2004 correspondendo a 142,25 km², que é apenas 1,22% da região em análise. A tendência foi sempre crescente até o ano de 2012, e a partir de então começou a decair até chegar em 529,98 km² em 2014, no mesmo período decaiu as taxas de desmatamentos, relacionados a fatores climáticos que afetaram a produção naquele ano.

A seguir, no Mapa 2, fica ilustrada essa evolução mencionada na tabela acima, percebe-se um efeito de expansão por todo Planalto:

Mapa 2- Evolução da área de agricultura anual no Planalto santareno em 2004.



Fonte: Elaborado por Almeida (2018), a partir de TerraClass (2018).

Ao observar o mapa 2 podemos afirmar que houve uma ampliação das áreas utilizadas para o exercício da agricultura que cresceu grandemente. Esta agricultura se difere das praticadas originalmente pelos camponeses que migraram e geralmente se dedicavam ao cultivo da mandioca, sua produção se dá em pequena

escala e a produção ilustrada neste mapa é característica de uma cadeia produtiva em escala, como no caso do agronegócio de grãos, pois consegue se expandir em uma grande área em um curto espaço de tempo.

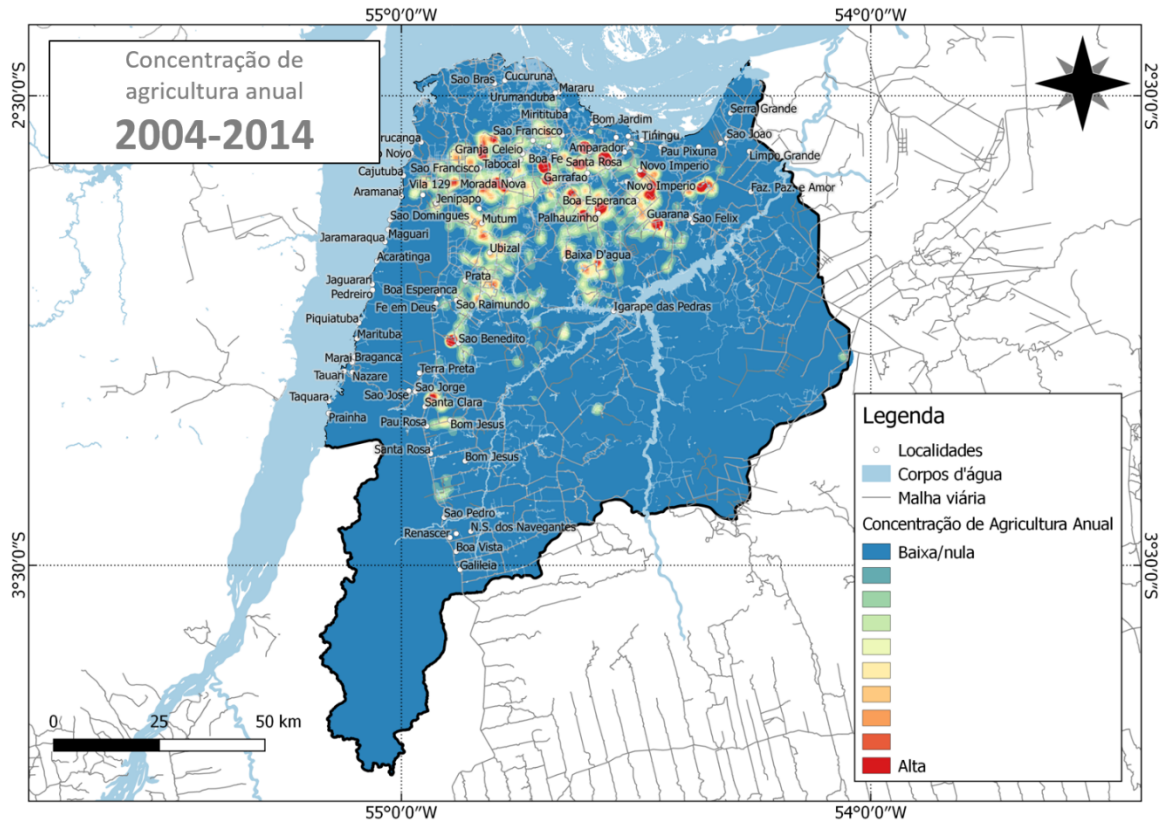
É importante analisar a expansão da soja na Amazônia em nível nacional e internacional, de acordo com Becker (2003), pois ela explica que as dinâmicas que acontecem no patamar regional ou local são parte de um movimento muito mais amplo e complexo, no qual as decisões são pensadas distantes das regiões onde estão localizadas, promovendo mudanças como as vistas no planalto, uma expansão generalizada em um território que tinha um cultivo menos agressivo porém, hoje são usadas de acordo com o interesse pensado internacionalmente.

os interesses vinculados ao agronegócio exportador são definidos como “agroestratégias”. O objetivo central destas estratégias dos setores do agronegócio exportador (de *commodities* minerais e agrícolas) é expandir seus domínios territoriais no país, para aumentar o controle econômico de amplas extensões de terra. Essas estratégias passam por reformas constitucionais buscando enfraquecer “os direitos territoriais e étnicos” dos grupos sociais formados por “povos indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinais, ribeirinhos, seringueiros, pescadores, castanheiros, piaçabeiros, peconheiros” e outros povos e comunidades tradicionais no Brasil (ALMEIDA, 2010, p. 101).

Quando se observa uma produção agrícola em expansão assim como nas áreas do Planalto santareno se deduz que, há uma série de medidas sendo tomadas pelas empresas do agronegócio. Pois segundo Leão (2017) tais empresas buscam incorporar novas terras a seus empreendimentos econômicos e diminuir as reservas de terras para preservação ambiental ou as áreas destinadas às populações tradicionais. Ademais, Almeida (2010) agrega que as “agroestratégias”, promovem a desterritorialização desses povos.

O mapa 3, apresenta, as principais áreas onde a agricultura está estabelecida no Planalto santareno.

Mapa 3 - Concentração de agricultura anual no Planalto santareno em 2004 – 2014.



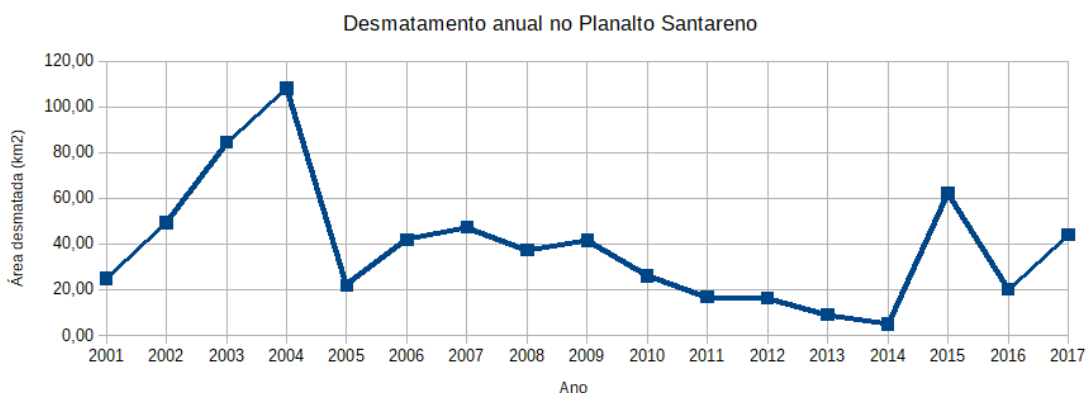
Fonte: Elaborado por Almeida (2018), a partir de TerraClass (2018).

O mapa 3 ilustra as principais áreas de concentração de agricultura anual entre 2004 a 2014, onde as áreas em vermelho apresentam alta concentração, estas são nas áreas de confluências principalmente dos municípios de Belterra e Mojuí dos Campos, bem como há aglomerações em torno das rodovias da área de estudo.

3.3 Efeitos do desmatamento no planalto santareno

É perceptível que o uso das terras do planalto se intensificaram grandemente a partir da inserção da soja, muitas comunidades ainda guardavam suas configurações territoriais, baseada em uma pequena exploração da terra para sustento próprio e comercialização do seu excedente. No entanto, essas terras passaram a receber novos usos para atendimento da demanda internacional de grãos. No gráfico 8, pode-se perceber a evolução do desmatamento no Planalto santareno

Gráfico 8 - Desmatamento acumulado no Planalto Santareno 2001 – 2017.



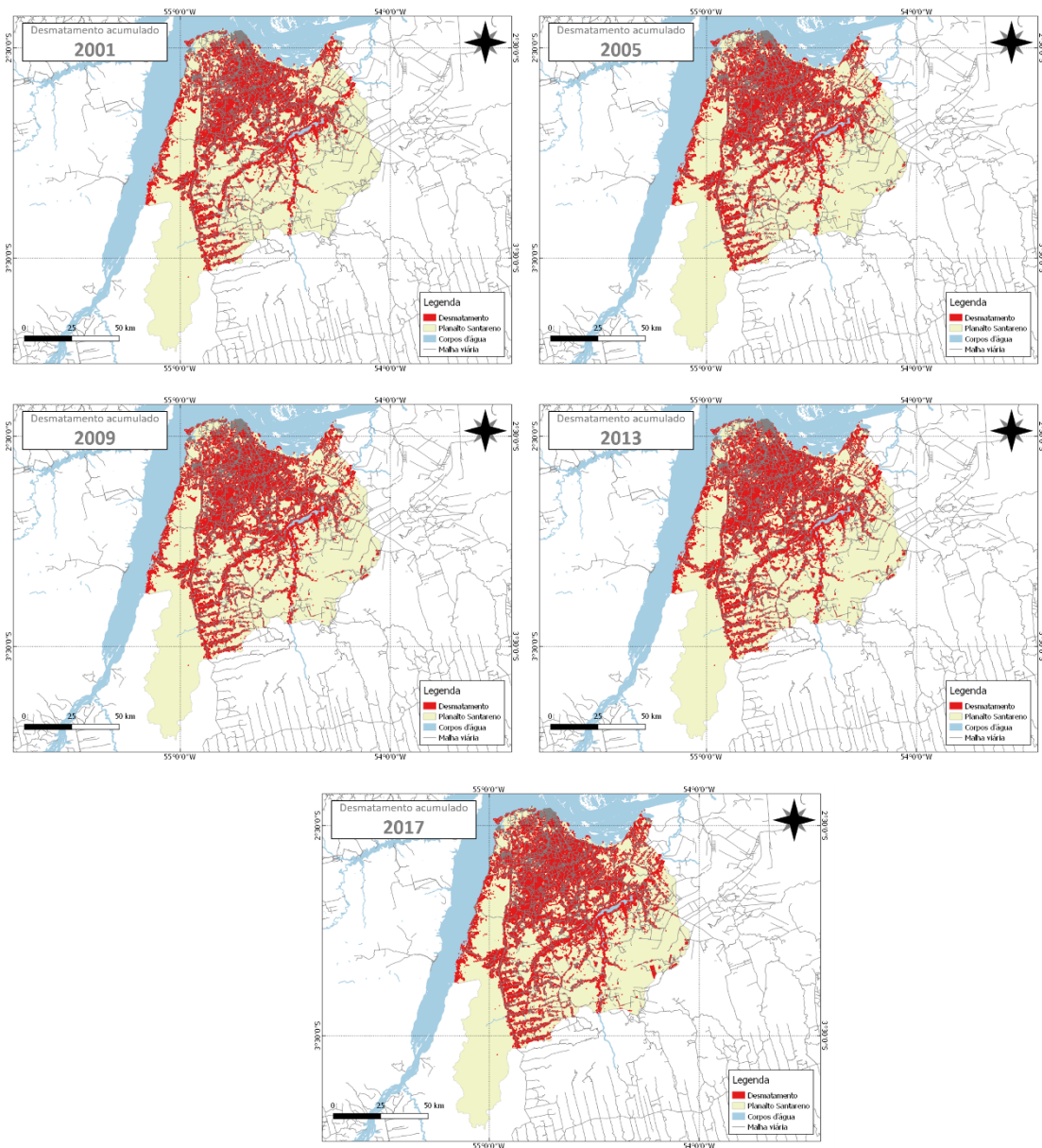
Fonte: Elaborado por Almeida (2018), a partir de PRODES/INPE (2018).

O gráfico 8 nos mostra que o desmatamento teve um grande crescimento a partir de 2001, registrando seu maior nível em 2004, vale ressaltar que nesse mesmo contexto, a Cargill acabara de instalar seu porto, tendo começado suas atividades no ano de 2003. Outro fator que surge a partir da chegada de imigrantes é a concentração fundiária que acaba se estendendo na região, já que são necessárias grandes áreas para produção da oleaginosa.

No ano de 2004 houve o apogeu do desmatamento, com as intensas expansões da atividade pela região, já haviam grandes produtores e a disputa pela terra era intensa. Nos anos seguintes até 2006, se registrou uma baixa influenciada pela problematização das altas taxas de desmatamento o que possibilitou a aprovação da moratória da soja, que consistiu na limitação da produção agrícola a áreas já desmatadas, estando proibida a abertura de novas áreas para o plantio desta lavoura. A Cargill se comprometeu a comprar soja somente de produtores que cumpriam esta medida (CARGILL, 2014).

Em 2014 houve a menor queda registrada na série histórica, reavendo seu crescimento em 2015, porém com sucessivas quedas. A sequência a seguir demonstra a evolução do processo de desmatamento acumulado da cobertura natural, da área em questão no período de 2001 à 2017.

Mapa 4 - Evolução do desmatamento acumulado no Planalto santareno 2001- 2017.

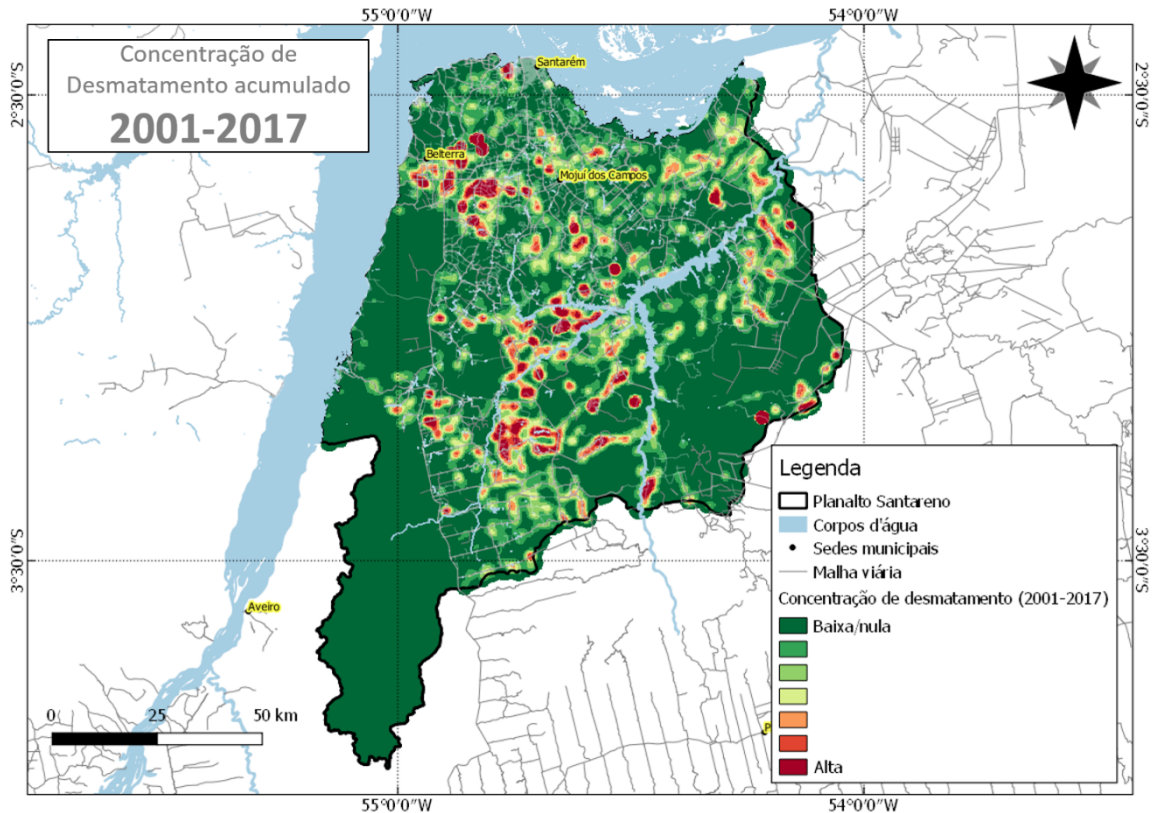


Fonte: Elaborado por Almeida (2018), a partir de TerraClass (2018).

A partir do mapa 4 é possível verificar a evolução do desmatamento, que apesar de haver iniciativas de contenção de abertura de novas áreas, percebe-se que ainda assim seguiu em um ritmo desenfreado. O que se caracteriza como uma grande problemática, já que se refere ao espaço amazônico, onde torna-se cada vez mais palco da produção globalizada da soja em detrimento das produções locais e das relações entre homem e território.

O Mapa 5, trata da especificação das áreas onde há maior acúmulo do efeito de desflorestamento no Planalto santareno:

Mapa 5 - Concentração de desmatamento acumulado no Planalto santareno em 2001 – 2017.



Fonte: Elaborado por Almeida (2018), a partir de TerraClass (2018).

As áreas que concentram maiores níveis de desmatamento estão na extensão da BR 163, com destaque para os municípios de Belterra, em seguida Mojuí dos Campos e Santarém. Porém se faz presente em toda a abrangência do Planalto com concentrações nas aproximações de estradas e de rios. O cultivo de grãos (soja, milho e arroz) se propaga pela cobertura vegetal e coopera para a ascensão dos desflorestamentos, das queimadas e da pressão exercida sob os territórios das populações tradicionais, modificando as conexões simbólicas desses indivíduos com seu território (CONCEIÇÃO, 2017).

Mesmo com a pequena representatividade da região em relação à agricultura nacional, na qual menos de 1% da área total cultivada está localizada no Pará, é importante analisar o comportamento da soja na região amazônica, pois a velocidade com que o plantio avança é surpreendente, só se compara apenas com outra fronteira agrícola nos estados o Maranhão Piauí e Tocantins que têm níveis de desenvolvimento agrícola comparáveis aos da região LEÃO (2017).

Os motivos do desmatamento na Amazônia são diversos, dado a complexidade dos atores sociais e os interesses que fazem da fronteira um lugar de encontro, oportunidade e capitalização, que o torna um lugar de tensão e diferenças sociais. Na fase de grande migração, as políticas de desenvolvimento visam atrair grandes investimentos, a construção de eixos de penetração e transporte, que diferente da economia local não combinam com a ideia de redução do desmatamento. Em áreas em expansão, a principal tendência ainda é o desmatamento e conversão de florestas em pastagens. Mas recentemente, a entrada da soja, onde as áreas do sistema agroflorestal foram substituídas por grãos de monocultura, tem tido maior degradação e repercussão (CASTRO, 2005).

4 A COMUNIDADE BOA ESPERANÇA

Nesta seção se aborda sobre o desenvolvimento da comunidade Boa Esperança, da chegada dos primeiros moradores, a construção da comunidade às margens da rodovia PA 370, impulsionada pela construção da hidroelétrica de Curua-uma, dos seus processos produtivos e em seguida descreve-se a chegada da soja e os reflexos decorrentes desta no modo de vida da comunidade.

4.1 Formação histórica

Imagem 1 - Entrada da Comunidade Boa Esperança na PA 370.



Fonte: Valentim, trabalho de campo (2019).

O início da formação da comunidade Boa Esperança se deu, de acordo com Santos (2010), na década de 1920, quando começou o ciclo de exploração do pau-rosa na região do planalto santareno. No final de 1940 foi criada uma usina de beneficiamento do pau-rosa pelo senhor Elias Hage, onde apenas as folhas não eram utilizadas, em contrapartida os troncos, galhos e raízes eram triturados e se extraía o incenso ou o óleo do pau-rosa para ser vendido no país e fora dele, o ramal que dava acesso a usina se chamava Paxiúba, atualmente toda essa área corresponde a comunidade Curupira (SANTOS, 2012).

Outro atalho que teve grande importância, aberto em 1953 pela Prefeitura Municipal de Santarém, foi localizado cerca de 15 km do ponto terminal da antiga estrada de Paxiúba até a Cachoeira do Palhão. Isto possibilitou, em 1960, a instalação de trabalhadores rurais às margens da estrada de Paxiúba. Inicialmente poucos se estabeleceram naquele lugar, já que a área era de difícil acesso (SANTOS, 2010).

O autor Raimundo Alberto dos Santos é mencionado em Santos (2010), em função de seu livro: “Boa Esperança como tudo começou”, que traz um resgate sobre a história do lugar. Raimundo Santos chegou às margens da estrada de Paxiúba em agosto de 1967, e é considerado o historiador da comunidade, ele registrou a história da comunidade em livros, já que havia um grande fluxo de migrantes chegando à comunidade e para que, de acordo com os recém-chegados, tivessem conhecimento da história da comunidade, ele narra que a localidade era pouco habitada, seu vizinho mais próximo morava a cerca de 10 km de distância (COMUNITÁRIO 3, 79 anos, dezembro de 2019).

No ano de 1948, Santos (2012) aponta que o pau-rosa daquela região se exauriu e a usina de beneficiamento se deslocou para o Rio Moju, o ramal ficou abandonado e os colonos começaram a tirar terrenos para trabalhar na agricultura, mais tarde essa área veio se chamar comunidade Boa Esperança, quando o senhor Raimundo Palheta, fez seu roçado e construiu sua casa para morar com sua esposa, ele deu o nome à comunidade que atualmente é o Distrito de Boa Esperança.

Ai depois quando acabou a extração do pau-rosa, ai eles ficaram com a situação da agricultura familiar, ai nesse meio, eu acho que lá por 1980 e pouco 81 ou 1982 por ai, veio as primeiras famílias gaúchas, gaúcho mesmo, esse pessoal... viviam voltado mesmo só pra mandioca, eles faziam só a farinha da mandioca, plantavam né, tinham todo o trabalho e faziam a tapioca, todos eles trabalhavam com tapioca, tanto que foram eles que trouxeram aqueles giricos, poc poc (COMUNITÁRIA 1, 40 anos, dezembro 2019).

Percebe-se que estes colonos, com a exaustão do pau-rosa foram buscar novamente, no arsenal da floresta, seu meio de vida e de produção. Os colonos passaram então a exercer uma atividade de produção específica, se dedicaram a produção da Tapioca e na mandioca encontraram seu meio de subsistência.

Imagem 2 - Agricultor em sua roça de Mandioca.



Fonte: Santos, André (2020).

Os primeiros moradores da comunidade sofreram bastante com a falta de água na região, deslocavam-se por longas distâncias aos igarapés do Curupira ou Pilão para suprir suas necessidades, até que em uma de suas caças, o senhor Raimundo Martins encontrou água que jorrava no meio das pedras, em seguida abriram caminho até a grota de água e lá colocaram uma bica na altura de uma pessoa e deram o nome de Igarapé da Bica (SANTOS, 2012).

Tal igarapé é a nascente do Igarapé Açú que deságua no Rio Maicá, até 1969 a área era chamada de Cabeceira de Cima do Igarapé Açú. Tendo encontrado esta fonte de água, a vida dos moradores foi melhorando, os colonos da época se utilizavam da água da nascente, para suas atividades, consumo, higiene e lazer, mais tarde serviu para o abastecimento de água na comunidade (SANTOS, 2010).

Um marco importante para o crescimento do lugar foi a construção da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una, em agosto de 1977, de acordo com Saré (2004). Pois demandou melhores formas de acesso, o percurso que se fazia da comunidade até a cidade de Santarém demorava três dias, dadas as péssimas condições da estrada. Isto se ilustra na seguinte fala “quando eu cheguei aqui, isso tudo era mato, só tinha a estrada aqui de piçarra, não era nem asfaltada, depois que vieram asfaltar pra hidrelétrica” (COMUNITÁRIO 3, 79 anos, dezembro de 2019).

A estrada de Paxiúba foi o canal de acesso à área da construção da usina, mesmo tendo calamitosas condições de tráfego. Os topógrafos da época encontraram muitas dificuldades para a execução do trabalho, por isso aproveitaram a estrada de Paxiúba para a construção da rodovia PA 370, e assim foi construída a rodovia que interliga Santarém até a hidrelétrica de Curuá-Una. Este empreendimento possibilitou a formação de algumas comunidades no planalto santareno, inclusive a comunidade de Boa Esperança, conforme (SANTOS, 2010).

Com os trabalhos de abertura da nova estrada, teve início um movimento migratório para região, de pessoas que buscavam morar e se estabelecer em terrenos nesta comunidade e ao longo da estrada. De acordo com um comunitário: “eu lembro até hoje, na década de sessenta, o governo federal mandava a carga e nordestino pro norte e pro sul, pro sul atrás de emprego, naquele tempo tinha muito emprego no sul, e pro norte era pra arrumar terra pra trabalhar na agricultura né” (COMUNITÁRIO 3, 79 anos, dezembro de 2019).

Inicialmente, os moradores eram provenientes da própria região de Santarém, como das comunidades de Planalto São José e Poço Branco. Apenas em 1977 e 1979, chegaram os primeiros moradores vindos do nordeste e sul do país, respectivamente. Neste período, a Secretaria de Agricultura do Estado do Pará dividiu os terrenos da comunidade, medindo 50x70 metros, posteriormente, a comunidade passou a dividir os lotes em 10x30 para pessoas que quisessem morar na comunidade de Boa Esperança (SANTOS, 2010).

A principal atividade desenvolvida na comunidade era a agricultura familiar, era produzido principalmente arroz, milho e feijão, parte da produção era destinada ao consumo familiar e o excedente era comercializado na cidade. Poucos estavam ligados à área de comércio, se comercializava principalmente produtos alimentícios, munição para as armas dos caçadores e pilhas. Era comum a caça na região, as terras eram bastante produtivas e a comunidade prosperou aliada ao fato de os moradores possuírem o instinto empreendedor, como destaca Santos (2010).

Um novo período produtivo marca a história da comunidade, o início do plantio de soja por volta do ano de 2000, com os produtores provenientes do Centro-Oeste do Brasil. A inserção da soja nas comunidades camponesas como: Boa Esperança, Paxiúba e Volta Grande que estão situadas às margens da rodovia estadual PA 370, conceberam uma série de mudanças de ordem econômica, social,

ambiental e territorial, em função da lógica camponesa diferir-se das atividades do agronegócio (BARROS, 2018b).

Na imagem 3, é possível ver o contraste da pequena produção, de um lado a plantação de urucum para fazer o cominho, e do outro lado está a grande produção de soja para exportação e, ao meio se vê uma máquina colheitadeira trafegando entre as duas plantações.

Imagem 3 - Plantação de cominho em contraste com a plantação de soja na comunidade Boa Esperança 2019.



Fonte: Valentim, trabalho de campo (2019).

Com a soja criando raízes na comunidade, começaram a surgir conflitos, se estabeleceu uma grande disputa pela terra entre agricultura familiar e a agricultura mecanizada do agronegócio da soja. Esta disputa se deu em função da grande quantidade de terra que era necessária para o plantio da soja, isto levou a compra de lotes dos comunitários e um aumento da concentração fundiária no município (BARROS, 2017).

A disputa entre os produtores da agricultura familiar e o agronegócio é bem explicitada por Barros (2017), onde ele menciona que há uma relação dialética entre o velho e o novo, o interno e o externo:

O velho é representado pelas populações existentes na região (camponeses, agricultores etc.) e seus modos de lidar com a terra, o que reflete uma herança marcada por uma relação existencial com a terra e uma produção quase sempre destinada para a subsistência familiar, que apresentam um olhar interno a região, pois conhecem os lugares em que vivem. O novo é representado pelos sojicultores que se apresentam como portadores do progresso para a região e com um olhar externo a região, que em seus discursos defendem que a região precisa ser integrada ao mundo, ao progresso e ao desenvolvimento (BARROS, 2017, p. 9 – 10).

O lado tradicional da comunidade é, portanto, a atividade formada pela pequena produção agrícola ou familiar que se baseia no cultivo da mandioca, produzindo a farinha amarela, a farinha de tapioca e o tucupi. A comunidade trabalha com a pluriatividade do agricultor, havendo o cultivo de vários produtos em conjunto com a produção da farinha, que é a atividade econômica que se destaca na comunidade.

Por outro lado, a grande produção agrícola, considerada mais recente na comunidade, tem a soja como principal cultura e se utiliza da produção mecanizada, o que não gerou empregos para a população. No agronegócio há uma produção especializada no monocultivo de apenas uma lavoura, estabelecendo assim, exploração especializada da terra. Estas são as principais características do pequeno e o grande agricultor, onde o pequeno agricultor é o componente mais frágil nesta disputa e o que mais tem sido afligido (BARROS, 2017).

A imagem 4 retrata uma paisagem que se tornou comum ao redor da comunidade, plantações de soja tão extensas que seu limite se perde de vista, além disso, demonstra a quase inexistência de cobertura vegetal natural.

Imagem 4 - Área de plantação de soja na Comunidade Boa Esperança.



Fonte: Valentim, trabalho de campo (2019).

Houve uma grande pressão exercida pelos sojicultores para venda das terras, há inclusive denúncias de casos de agricultores que foram ameaçados pela posse de terras na região. Estes sojicultores vieram atraídos também pelos preços da terra, quando chegaram os primeiros sojicultores em Santarém, por volta de 1996, o valor das terras era baixo se comparado com os valores na atualidade, desta forma muitos agricultores acabaram vendendo suas terras (BARROS, 2017).

Em relação ao aumento da população, o INPE (2014), declarou que houve um acréscimo nos últimos 10 anos, de no máximo de 50% em comunidade Boa Esperança e em outras comunidades vizinhas.

tiveram muitas mudanças, olha, além da chegada dos nordestinos teve a chegada dos gaúchos, mato grosso, pessoal do Paraná, dessa região toda aí, e eles trouxeram muitas coisas, né? melhoria, como novas técnicas de produção de farinha, muitas coisas foram eles que ajudaram, mas assim, a gente ver que poderia muita coisa estar bem melhor (COMUNITÁRIA 2, 42 anos, dezembro 2019).

Em relação às migrações mais recentes, entre 2018 a 2019 para a comunidade, a Comunitária 2, faz a seguinte análise “de vez em quando ainda chega gente, mas é bem menos, a uns 20 anos atrás era bem maior, e conseqüente também muita gente tá saindo né. Tem gente que vem, mas ai vê que o ambiente não está mais propício pro emprego, aí voltam”. Ela, como Diretora da Escola

Municipal da comunidade declara que, antes por um ano você tinha certeza que aquela família iria permanecer ali, mas que agora há famílias que chegam e no meio do ano vão embora, porque não tiveram o objetivo alcançado, ela ressalta que “em relação ao ano passado, acho que isso subiu uns 5% por cento de família saindo” (COMUNITÁRIA 2, 42 anos, dezembro 2019).

Em relação a estes imigrantes, o INPE (2014) relata que são frequentemente chamados por “gaúchos”, estes chegaram à região com capital financeiro para investir em grandes propriedades, se utilizando de maquinários e insumos agrícolas no seu processo produtivo, e isso fez com que os pequenos produtores se sentissem intimidados, tolhendo a sua concorrência e fazendo com que estes se sentissem induzidos à venda de suas terras.

A imagem 5 mostra a mecanização na produção da soja na etapa de colheita da safra de 2019.

Imagem 5 - Colheita mecanizada da soja na comunidade Boa Esperança 2019.



Fonte: Valentim, trabalho de campo (2019).

Um dos resultados dessa concorrência pela terra na comunidade de Boa Esperança é o efeito cercamento, onde o avanço do plantio de soja tem feito com que as pequenas propriedades que ainda resistem sejam cercadas, até que em algum momento acabam vendendo suas propriedades para os sojicultores (BARROS, 2017).

A plantação de soja em larga escala tem se estendido cada vez mais ao longo das comunidades de Boa Esperança, Paxiúba e Volta Grande em Santarém, Oeste do Pará. Desta forma, Barros (2018b) afirma que a inserção do agronegócio da soja nessas comunidades gerou uma intensa alteração do uso da terra, desmatamento da floresta, deslocamento de famílias que venderam suas terras para sojicultores e ampliação do uso de agrotóxicos para o combate de pragas nas plantações (BARROS, 2018b).

Percebe-se, portanto, que a inserção de uma lógica de produção externa, ligada ao grande capital tem gerado drásticas transformações na estrutura produtiva da localidade e para além do aspecto econômico, tem alterado modos de vida, formas de se relacionar com a terra e com o meio ambiente, tem ocasionando mudanças no território e também mudanças na paisagem.

4.2 Mudanças territoriais sob a visão dos comunitários

Nesta seção, veremos como os comunitários de Boa Esperança visualizaram esse processo de dominação exercido pelo grande capital em seu território, abrangendo o conjunto de significações que postula Santos (1999), onde território é entendido como “o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. Portanto, o sentido de território vai além do seu caráter físico ou relacionado à sua capacidade produtiva.

Não se objetiva suprimir o substrato físico em que são desenvolvidas as ações humanas de construção de seus territórios. Contudo, a discussão do território anseia ir além, visto que o território não é apenas uma superposição de sistemas naturais e sistemas de coisas. É o território usado que precisa ser entendido, uma vez que o mesmo é chão mais a identidade, o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence, o território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e imateriais e do exercício da vida (SANTOS, 2006).

Apresentam-se nesta seção, as mudanças percebidas no âmbito econômico e produtivo da comunidade, já que este se constitui como sua forma de subsistência, mas se expõe também as relações de poder exercidas nesta sociedade, a cultura, o meio ambiente, relações com a terra, pertencimento e

identidade, além de realizar uma caracterização da paisagem como era antes e como se tornou hoje, tais transformações são captadas a partir do método de histórias orais, onde a subjetividade e as experiências vividas enriquecem o relato.

4.2.1 Produção e economia

É importante entender as motivações que levaram a essas transformações, e a encontramos na forma de operar no sistema capitalista, que conforme Zaoual (2003) tem a capacidade de avançar fronteiras e transformar tudo em negócio, em mercadoria para gerar lucro, todos os recursos naturais como terra, água, florestas e povos fazem parte deste pacote que são vistos como meras mercadorias econômicas.

No momento em que o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho, por outro lado, quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em uma terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio, se tornam espaços de mercantilização que expulsam os trabalhadores rurais de suas posses e são colocadas a serviço da monocultura e do agronegócio. Organizam-se em grandes latifúndios a serviço do sistema capitalista, com suas estratégias dominantes de geração de lucros para as grandes multinacionais (MARTINS, 1991).

Percebe-se, portanto que uma das grandes forças que interagem no território é o dinheiro, que tudo busca desmanchar, e por outro lado há o território que mostra que existem coisas que não se podem ser desmanchadas. O dinheiro se estabelece como um equivalente geral de todas as coisas que existem e são, ou serão, ou poderão ser, objeto de comércio, portanto, o dinheiro pretende ser a medida do valor que é atribuído ao trabalho e aos seus resultados (SANTOS, 1999).

Exercendo seu poder de troca o dinheiro contribui para os deslocamentos dos colonos da comunidade para outras áreas, isto fica claro a seguir:

A terra que meu marido produz é longe daqui, e também não adianta mais plantar aqui na comunidade, porque assim o sojeiro planta né, ai eles envenenam, ai as praga que sai da soja deles vai pra agricultura dos 00pequenos, ai os pequenos não tem condições de usar as mesmas coisas que eles usam, entendeu? Ai não adianta, a maioria do pessoal daqui que vivia de agricultura familiar venderam seus lotes e foram para mais longe, onde a terra é boa e que não tem praga, porque aqui não tem mais condição. Eles têm dinheiro né, eles plantam tudo como é certinho lá usando os venenos as coisas, quando eles passam nas deles as pragas se deslocam (COMUNITÁRIA 1, 40 anos, dezembro 2019).

O capital que vinha migrando para a região, foi dominando porções de espaço cada vez maiores. Na época começou a chegar migrantes do Mato Grosso, comprando terra e plantando soja, então as pessoas começaram a vender seus lotes “no pensamento das pessoas eles iam dar emprego, [...] aonde foi totalmente diferente né, eles no mínimo eles empregam três pessoas, quando empregam, quando não, os maquinários são tudo já de primeiro mundo né” (Comunitária 1, 40 anos, dezembro de 2019). Isto fez com que os comunitários ficassem sem terras e, conseqüentemente sem emprego, já que tiravam dali seu sustento.

Eu conheci muitas pessoas que tinha assim terreno na beira da estrada e venderam e foram pra cidade ficar numa pior, porque viver na cidade precisa ter um dinheiro pra se movimentar, com venda, levando as coisas... mas não é todo mundo que tem, não é todo mundo que sabe trabalhar com esse tipo de coisa. Acabou que ficou sem terreno e foi trabalhar na cidade. Isso aconteceu com muitas pessoas. Eles acabaram vendendo o terreno por um preço que parecia alto na época, mas que hoje valem muito mais e quem se arrependeu hoje não consegue mais comprar nenhuma terra (COMUNITÁRIO 5, 81 anos, dezembro de 2019).

Os preços das terras que eram oferecidos pelos compradores, era baixo em relação aos praticados na atualidade. Muitos desses migrantes vieram atraídos, justamente por esses baixíssimos preços, chegavam no máximo a mil e mil e quinhentos reais, enquanto que no Centro-Sul os preços cobrados pelo hectare era de cerca de vinte mil reais. Houveram também, práticas ilegais de imobiliárias privadas que juntamente com órgãos oficiais mediarão a compra dessas terras por todo o planalto santareno, para fins da acumulação capitalista (BICKEL 2004).

Terras que antes eram destinadas a produção familiar, para a alimentação e manutenção de colonos, bem como para o abastecimento do comércio local e regional com produtos provenientes da mandioca, hortaliças, leguminosas e frutos, foram destinadas para o suprimento das necessidades e demandas internacionais de produção, que por meio do capital privado se estabeleceu na comunidade, muitas vezes se valendo de métodos e estratégias desleais. A narrativa a seguir mostra como isso foi visto pela comunitária 9.

Inda plantemo café... a terra aqui era tão boa que eu prantei café, macaxeira, ainda plantemo pimenta do reino, tudo nesse pedaço aqui. Aí foi o tempo que foi acabando as capoeira e acabando as mata, aí foi o tempo que os olho grande chegaram e invadiram as terra nossa aqui, que nossas terra aqui, os paraense nunca acabaram terra aqui não, quem acabou foi

eles. Os paraense eles cultivavam aquele pedaço pra se manter (COMUNITÁRIA 9, 70 anos, dezembro 2019).

A vegetação natural e as plantações da agricultura familiar foram sendo substituídas, dando lugar principalmente a soja, e isso trouxe para além de efeitos socioeconômicos. Os comunitários começaram a perceber problemas ambientais aparecendo, como mudança no clima e pragas nas produções que restavam, em razão do uso dos fertilizantes. “A lógica do dinheiro se impõem ao resto da vida social. Assim o dinheiro cria sua lei e a impõe aos outros, forçando mimetismos, adaptações, rendições, a partir de duas outras lógicas complementares: a das empresas e a dos governos mundiais” (SANTOS, 1999, p. 18).

Incidados pela concorrência, os capitalistas individuais sempre estão em busca de obter vantagens competitivas dentro da estrutura espacial, e por isso são atraídos ou até mesmo buscam se estabelecer nas localidades onde tenham menores custos e, portanto, uma margem de lucro maior, de acordo com Harvey (2005). Em virtude disso, o cenário da comunidade começou a mudar e a soja passou a ser a principal cultura produzida, só que pelos grandes produtores que encontraram na comunidade ótimas condições de produção. Na imagem 6, pode-se vislumbrar uma plantação de soja na comunidade, seguido do seu grão:

Imagem 6 - Plantação de Soja.



Fonte: Valentim, trabalho de campo (2019).

Com o aumento da plantação da soja grandes áreas, como a da figura 6, tornaram-se realidade na comunidade Boa Esperança, a (Comunitária 2, 42 anos, dezembro de 2019) relata que a cerca de sete ou oito anos atrás, sua família ainda plantava mandioca como uma forma de resistir e permanecer a cultura, mas que o

solo foi ficando cada vez pior, ela associa este fato à questão do desmatamento, uma vez que as pragas começaram a migrar das plantações de soja em razão do uso de agrotóxicos, deixando as terras menos produtivas.

Era muito investimento pra pouco retorno, porque de primeiro a gente tirava 4, 5 ou 6 fubicadas de Tapioca, pro final a gente tava tirando 2 por tarefa, né? Então a produção não tava correspondendo, então a gente tava tirando dinheiro do bolso pra plantar e não estava retornando. E aí a batata em si, tava apodrecendo, nem crescia, dava gafanhoto. Porque nós nunca fizemos plantação assim muito grande, no máximo era 10 tarefas a 7, aí a gente foi reduzindo e decidimos parar porque não dava mesmo, gastava muito mais do que lucrava, por isso que hoje a gente ver muito mais a questão do polvilho por aqui, acho que só o pessoal da cooperativa que ainda tem algum plantio assim, é mais é polvilho que a gente ver por aí (COMUNITÁRIA 2, 42 anos, dezembro 2019).

Tendo seu modo de produção e sua relação com a terra afetados, quando questionados se o grupo de sojicultores recentes trazia alguma melhoria para a comunidade, o (Comunitário 5, 81 anos, dezembro de 2019) comenta: “Olha, eu acho que não... é só pra eles mesmo, trabalham muito, né? Produzem muito, mas pra dizer que faz alguma coisa, assim pro bem da comunidade, não sei não... acho que eles não fazem não”.

Isto ocasionou desordens sociais em virtude do domínio que a agricultura capitalista estabeleceu sob o território, ocorreram conflitos no plano ideológico, e alguns atos de violência, Santos (2020) menciona a destruição da roça de mandioca de um pequeno produtor, que havia plantado sua roça nas terras de um conhecido, que mais tarde vendeu a um grande produtor, o qual sem aviso ou diálogo passou seu maquinário destruindo o seu trabalho e o seu meio de subsistência dos meses seguintes.

Mais tarde, este mesmo grande produtor se envolveu em uma polêmica de negociação com um dos primeiros moradores da comunidade. Apesar de uma aparente tranquilidade, pois conflitos não chegam as vias de fato, há um clima não harmônico entre os dois modelos agrícolas, dados seus métodos e lógicas produtivas antagônicas. Além disso, muitos dos pequenos agricultores sofrem diariamente com as consequências dos prejuízos em suas roças e com a invasão de pragas e venenos conduzidos pelo vento. A relação sempre parece injusta aos pequenos produtores, como mostra o relato a seguir:

o que é que ele faz, faz com o pequeno agricultor, ele chega, você tem 25 hectáres de terra, te dou 200 mil reais nisso aqui, aí o pequeno agricultor diz “poxa, mas 200 mil reais eu não vou ser pobre mais nunca” tá entendendo? Aí ele vende, chega em Santarém ele vai comprar uma casa é 80 mil reais, pra começo né, depois ele vem plantar raiz no mesmo terreno que era dele pro gaúcho, paranaense, mato-grossense quem quer que seja, no terreno que era dele, os 200 mil reais já foi, e ele tá com a casinha lá na cidade com a família toda lá, aí ele quer uma laranja, ele tem que comprar quer um abacate tem que comprar e aí sucessivamente, então simplesmente foi um tiro no pé, ele ficou sem condições, a partir daí ele vai comer quando ele ganhar. Então eles fazem esses sistemas, mas eles não estão errados, você tem uma coisa você acha que dá, infelizmente né, isso já foi vários e vários e vários (COMUNITÁRIO 4, 52 anos, dezembro de 2019).

A situação se agrava, pois o dinheiro, de acordo com Santos (1999), ao se estabelecer em algum lugar possui uma existência autônoma, ou seja, não há necessidade alguma de consultar a ninguém para se instalar, ele funciona a despeito dos outros atores. Pode-se perceber isto na compra desenfreada de terras, sem nenhum regulamento, planejamento de infraestrutura ou de conservação ambiental, o dinheiro sob controle dos sojicultores acabou por ordenar onde estariam localizadas as plantações na comunidade, sem nenhuma precaução.

Olha, esse campo de soja que tem bem aqui a assim (aponta pra campo de soja – Imagem 7), quando ele está pulverizando veneno vem todinho pra cá, esse vento que você tá sentindo aqui, você sente aquela coisa puro veneno, vem nos teus olhos. Aqui ao redor da casa, aqui na beira da casa. Então você tá vendo a realidade como é aqui, como é que ela é, quer dizer eles não respeita, porque tinha que ter uma área de delimitação, isso aqui é uma vila, então várias pessoa já tem morrido já, até por asfixia, se sentiu mal com veneno né, dá ressecamento a pessoa vai e não volta mais não. Aí aquilo começa te dá um ressecamento, assim por dentro, aí começa a te dar, teu estomago começa assim arder, entende? aí começa a sentir fortes dores de cabeça, mas fortes dores de cabeça mesmo, se não correr imediatamente pro hospital... Olha já aconteceu vários casos, com esses sintomas, não vou te dizer assim que é frequente, toda semana. Tem o período deles pulverizar, então nesse período de pulverização deles é geralmente é quando mais ocorre, passou pronto aí, dá uma acalmada novamente, é triste, triste, triste (COMUNITÁRIO 4, 52 anos, dezembro de 2019).

Fica claro, portanto, que não há uma organização em que as plantações sejam divididas da vila, está tudo em um mesmo espaço, os moradores têm como vizinhos enormes plantações de soja, estão cercados por soja e veneno. Isto pode ser percebido na Imagem 7, os comunitários que resistem a esta nova realidade são obrigados a conviver com os impactos, que vão para além de socioeconômicos, e que colocam em risco o equilíbrio da sua saúde.

Imagem 7 - Plantação de Soja localizada ao lado de residências

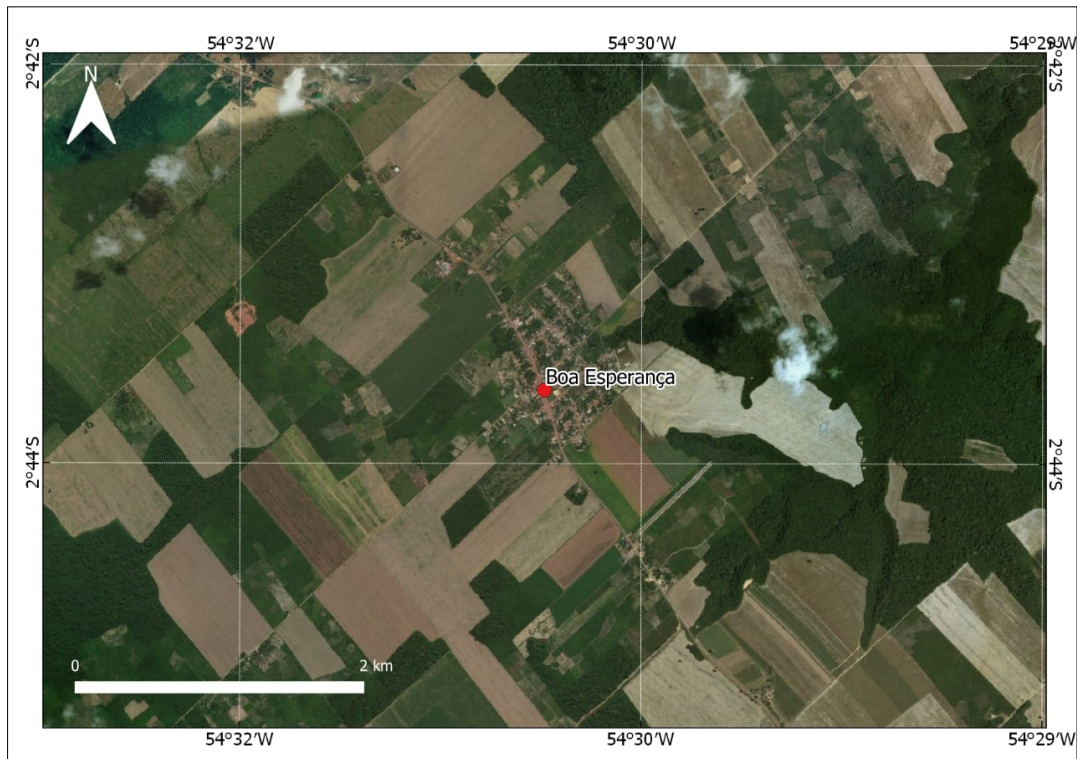


Fonte: Valentim, trabalho de campo (2019).

Isto se soma ao fato de não haver mais espaço para o pequeno agricultor produzir na vila e terem que deslocar a sua pequena produção para localidades mais afastadas. O comunitário 4 relata que para colherem um pouco de mandioca, de jerimum, de melancia, eles precisam trabalhar na terra cheia de madeira, onde máquina não trabalha. “Cada vez tem que ir pra mais longe, é tipo assim os animais, vão fugindo, aqui não tem mais nada pro pequeno produtor, aqui só tem por médio e pro grande” (COMUNITÁRIO 4, 52 anos, dezembro de 2019).

No mapa 6 é possível perceber a concentração de grandes plantações no entorno de onde a comunidade se encontra, esta de fato está cercada pelos plantios da oleaginosa, observa-se que seu tamanho é pequeno se comparado ao tamanho das plantações que a cercam, no entanto, a comunidade parece resistir as influências da produção ao redor.

Mapa 6 - Comunidade de Boa Esperança e seu entorno 2018.



Fonte: Elaborado por Valentim (2020), a partir de PRODES/INPE (2018).

No mapa 6, percebe-se que tanto o pequeno agricultor quanto o grande, buscam no mesmo território garantir seus modos de reprodução, porém, fica bem visível a capacidade de dominação que o dinheiro possui, se vê o quanto este consegue se espalhar e deixar a comunidade como se tivesse espremida, exercendo inúmeras pressões sobre ela. “É possível privatizar uma empresa e criar outra, mas não se cria outro território” elucidada Becker (2004), portanto as plantações de soja a partir do capital privado, podem se adaptar e se recriar em qualquer ambiente. No entanto, o território, suas significações, cultura, identidade e saberes são mais difíceis de serem recriados.

O agronegócio se estabelece no campo em função do avanço do capitalismo, que acabou por implantar um padrão de uso do território muito prejudicial para a sócio-biodiversidade, porque envenena o solo, o ar, as águas e os seres vivos. Além disso, promoveu uma inversão na lógica de produção diversificada, para uma lógica de produção em sistema de monocultura. Isso ocorre em todo o território amazônico, sua perversidade atinge diretamente povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e extrativistas, que dependem da produção diversificada (VASCONCELOS E HAGE, 2017).

Quanto maior a diversificação dos sistemas, menores os riscos a que os produtores se expõem, de acordo com Buainaim e Romeiro (2000) ainda há plantações do pequeno produtor na comunidade Boa Esperança, mas com uma pequena variedade. O Comunitário 5 relata: “eu sempre plantava mandioca e eu plantava arroz também, e meu roçado era de 30 hectares pra cima, que eu nunca me conformei com roçadinho, eu não. É, mandioca, milho, feijão, arroz eu plantei também bastante”, ele acrescenta: “era nos braços, ninguém tinha nem motosserra” (COMUNITÁRIO 5, 81 anos, dezembro de 2019).

Eu planto mandioca, macaxeira, milho pra galinha comer, antigamente eu plantava arroz, mas agora não planto não, quando nos chegamo aqui plantava muito, mas hoje não planta não, porque agora a grande produção ta aí, substituiu, no tempo que a gente leva pra fazer na mão, manual pra fazer um saco de arroz era melhor comprar que sai mais barato. Aqui eu ainda planto a mandioca, milho, milho só pras galinha, macaxeira, eu planto laranja, lá dentro eu tenho um sítio grande de laranja, tangerina, limão, cumarú, ipê, andiroba, tudo tem nesse terreno, a laranjeira assim, as árvore, reflorestamento viu (COMUNITÁRIO 3, 79 anos, dezembro 2019).

São poucos os produtores que ainda possuem terrenos em volta da comunidade, por isso as plantações diversificadas que ainda existem estão longe, muitas vezes até em outras comunidades. A economia da Comunidade se baseia, tradicionalmente, na produção de farinha de tapioca, apesar de na atualidade ser em menor escala em comparação a época que a o pequeno agricultor não competia com o grande produtor por espaço no mercado. A Comunitária 1 fala de quanto a economia era dinâmica e com maior rentabilidade:

Na época que aqui na Boa Esperança tinham mesmo a agricultura familiar a nossa economia aqui era muito bom, tinha muito, aqui o pessoal todo mundo tinha dinheiro, todo mundo trabalhava na semana, eu me lembro que se você era em três, todos três tinham trabalho, porque era pra arrancar, era pra descascar, era pra lavar, era pra embolar (COMUNITÁRIA 1, 40 anos, dezembro de 2019).

O Agricultor familiar é definido como aquele (a) agricultor (a) que tem a agricultura como a sua base de renda, tendo como característica os membros da família fazendo parte da sua força de trabalho, sendo que devem preferencialmente ser constituídos por 80% de integrantes da mesma família. Existe o emprego de terceiros, porém este é temporário, quando a atividade agrícola assim necessitar, Bittencourt e Bianchini (1996). Isto torna a agricultura familiar dinâmica, pois utiliza

recursos próprios disponíveis e acaba integrando outros comunitários ao processo de produção, isso se reflete na narrativa a seguir:

[...] aqui nós tinha uma casa de farinha que tinha era dois forno, tinha produção aqui, nos pagava gente pa embolar, pa tirar a goma na... na peneira, tinha torração, depois meu marido fez um batedor de mandioca, que já batia, tirava a casca e a lama todinha, já cevava com casca e tudo, aqui nós trabalhemo muito em fomalha [...] meu marido trabalhou muitos ano na feira, ele foi aposentado como agricultor [...] (COMUNITÁRIA 9, 70 anos, dezembro de 2019).

Grande parte da população da comunidade estava ocupada na produção de farinha à base de mandioca, a Comunitária 7 se orgulha em recordar “quando eu não tava trabalhando no roçado nosso, eu tava na casa de farinha dos outros embolando goma, lavando massa, que aqui era assim”. Ela relembra também que a primeira produtora de tapioca da comunidade foi dona Domingas, uma paraense “[...] essa senhora fazia farinha de tapioca, fazia malfeita, inclusive ela nem embolava [...] do jeito que peneirava ela colocava no forno pra torrar, não era uma “farinhazinha” bonita, ela levava à feira e vendia” (COMUNITÁRIA 7, 79 anos, dezembro de 2019).

O Comunitário 6, relembra que “essa tapioca, era uma tapiquinha malfeita, caroço grande, caroço pequeno [...] aí alguém teve a ideia de embolar pra formar uns carocinhos mais igual. Deu certo, aí passaram a secar bem sequinho pra poder ficar crocante” (Comunitário 6, 81 anos, dezembro de 2019). No início, a farinha era feita sem instrumentos ou maquinários complexos, todo trabalho era manual e passou por aprimoramentos e adoção de técnicas ao longo do tempo, desde o plantio da mandioca ao embolar da goma.

O homem se relaciona com a natureza e com seu meio através de técnicas, sendo estas um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo cria espaço (SANTOS, 2004). No plantio, se utilizavam técnicas tradicionais, sendo o principal instrumento a inchada, “agora na produção mesmo da farinha que depois a gente começou a usar o motor elétrico a lavadora, a emboladeira, mas o plantio mesmo em si era manual, as vezes a gente pagava, uma vez ou outra pra fazer o serviço da terra né, mas já foi já agora pro final” (COMUNITÁRIA 2, 42 anos, dezembro de 2019).

A EMATER também vem fazer o acompanhamento técnico, porque se a gente fosse trabalhar ainda com as técnicas e conhecimento dos nossos pais... eles já ensinaram a gente a fazer defensivo, a EMATER com o

pessoal da UFOPA, eles fizeram um defensivo, através do tucupi, que é uma coisa que tem em abundância aqui e foi muito bom pra questão da pesquisa aqui nas questões dos legumes, você coloca um pouco de vinagre numa quantidade de tucupi e espalha nas plantas, você colhe um fruto maravilhoso. A UFOPA tem sido uma parceiraça pra nós aqui, por isso eu não me recuso de receber um aluno, uns dão o retorno que a gente espera, outros nem voltam nem pra agradecer (COMUNITÁRIO 4, 52 anos, dezembro de 2019).

As técnicas são aprendidas de geração em geração, e elas se transformam com o passar do tempo e das inovações tecnológicas. Parcerias como a da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) e a ação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater PA), são essenciais para que o pequeno agricultor otimize seu trabalho e sua relação com a natureza, deste modo, as técnicas usadas para exploração dos recursos, determinam a sustentabilidade da agricultura. O uso da compostagem, da adubação verde, do manejo ecológico dos solos, do recurso à luta biológica integrada contra pragas e doenças, o abandono de produtos e práticas consideradas nocivas para as pessoas e para o ambiente estimula a conservação ambiental e a preservação dos meios de vida (ASSAD & ALMEIDA 2004).

Cada comunitário adota práticas de cuidado com a natureza, trabalha-se principalmente com o método de rotação de culturas e de produção de adubos orgânicos. No roçado do Comunitário 6, o tucupi é jogado em um buraco preparado com cascas de arroz criando, assim, um filtro natural “o tucupi cai na casca do arroz, chega em baixo da terra, já sai água, com o tempo quando já tá apodrecendo, tira, joga nas planta e coloca outro. Essa casca aqui a gente amontoa quando ela se decompõe, ensaca ela, leva pra roça e serve de adubo lá”, que se usa para plantação de mandioca (COMUNITÁRIO 6, 81 anos, dezembro de 2019).

Para colher a mandioca, respeita-se o tempo de no máximo dois anos, é feito o processo de aradar e em seguida se usa o adubo: “mistura ele com a terra, deixa lá ele se decompor, pra depois vim o plantio [...] na verdade é um sistema rotativo, né? Planta aqui, tem uma terra esperando se recompor, tem outra que tá trabalhando, preparando pro outro ano e assim vai” enquanto uma terra está se recompondo, a outra já recomposta recebe as novas mudas da mandioca, nunca se para de produzir e se garante terra boa pra plantar sem desmatar o total da área em questão (COMUNITÁRIO 6, 81 anos, dezembro de 2019).

Todo esse sistema se estabelece como forma de relação com o território de onde se tira, por meio de técnicas, seu modo de subsistência, se relaciona socialmente e realiza sua vida. De acordo com Noda e Martins (2006), para a manutenção e permanência dessas unidades produtivas rurais familiares é necessário a existência de um sistema de preservação dos recursos naturais.

O pequeno produtor se adapta a um meio ecológico de grande complexidade, graças aos saberes acumulados sobre o território e às diversas maneiras pelas quais seu trabalho é executado. Deste modo, há uma complexidade nas atividades realizadas, pois são constituídas múltiplas formas de relacionamento com os recursos e é exatamente essa variedade de práticas que garante a reprodução do grupo, permitindo também uma construção da cultura integrada à natureza e formas apropriadas de conservação (CASTRO, 1998).

Do roçado tira-se a mandioca, matéria prima para fazer a farinha de tapioca, faz-se uso da mão de obra artesanal ainda, pois poucas as casas são semi industriais. O comunitário 4 explica que a dez anos atrás tinham 130 casas de farinha, cada morador de Boa Esperança tinham uma casa de farinha, e que hoje restaram apenas 14, ele completa dizendo: “gerava muito emprego, gerava renda, agora com o plantio da soja o trator vai lá faz o trabalho a colheitadeira vai lá faz o trabalho, a soja pega o caminhão vai embora” (COMUNITÁRIO 4, 52 anos, dezembro 2019).

Imagem 8 - Casa de farinha tradicional em Boa Esperança



Fonte: Valentim, trabalho de campo (2019).

Dentre as poucas casas de farinha que restaram, a imagem 9 representa uma versão tradicional das que a comunidade possuía, “tecnologia mudou também, tem poucas casas de farinhas hoje em dia, tem máquina pra lavar mandioca, pra peneirar, até pra embolar já tem, né? Tudo isso foi tirado, né? Porque era o povo antes que fazia, e aquele pessoal ficou desempregado” (COMUNITÁRIO 5, 81 anos, dezembro de 2019).

Mosaico 1 – Principais etapas da produção tradicional de farinha de tapioca.



Fonte: Valentim, trabalho de campo (2019).

Legenda: a) descarregamento da mandioca na casa de farinha, b) processo de descascamento da mandioca, c) introdução da mandioca na água, d) descanso da tapioca ralada nas gamelas, para separação do tucupi e da goma, e) despejo do tucupi e enxugamento da goma, f) embolamento da goma, g) torragem da tapioca, h) peneiração dos flocos irregulares, i) estocagem na cooperativa e/ou comercialização.

O mosaico 1 ilustra as principais etapas para se produzir tapioca, depois de um ano e meio da plantação a mandioca está no ponto certo de ser arrancada, é feita a colheita das raízes e são transportadas pelas fubicas ou poc poc da roça até

a casa de farinha. Em seguida podem ser descascadas a mão, lavadas e passadas pelo cevador onde se torna uma massa pastosa, logo é peneirada com panos muito finos e é depositada em uma gamela com água, algumas horas depois a goma senta no fundo da gamela e se separa do tucupí, que é derramado, em seguida se enxuga a goma até no ponto de peneirar, embolar e torrar (SANTOS, 2012).

Boa Esperança sempre foi considerada como a maior produtora de farinha de tapioca da região e se destacava pela qualidade dos seus produtos. Porém, em relação a continuidade da produção da farinha na comunidade, o Comunitário 4 afirma que não há mais como crescer, a tendência é até ela se extinguir de uma vez, porque na realidade de hoje, não dá para produzir com as pragas que vem da cultura da soja para as lavouras, como a praga de gafanhoto e outras que destroem toda a lavoura, isso gera um “um desânimo do pequeno agricultor ele pega vende o pedacinho de terra dele que tem, pro rapaz que tá plantando a soja e ai vai mais pra dentro” (COMUNITÁRIO 4, 52 anos, dezembro 2019).

A mandioca plantada na comunidade estava chegando a 70% de podridão de raízes, somado ao fato de que as áreas já não eram tão extensas, havia uma perda muito grande. As áreas que se plantavam em Boa Esperança, de acordo com o (COMUNITÁRIO 4, 52 anos, dezembro 2019) já vinham sendo contaminadas pelo veneno, que era levado pelos ventos e apodreciam as raízes, as folhas ressecavam completamente, era possível quebrá-las com as mãos. Além das percas em produtividade, relata-se os prejuízos a saúde e a sociedade:

O que é que fica aqui pra nossa população? Só o veneno que eles lançam na soja, que a gente inala ele, essa é a vantagem, eu tô sendo sincero, doa aonde doer mas eu tô falando a verdade. Então é triste pra nós hoje, e nos estamos assim cercados, cercados de tal maneira... pra quem achou que a soja ela ia trazer benefícios, recursos pra dentro da comunidade, negativo! A soja ela não traz recurso nenhum pra dentro da comunidade, nem benefícios nenhum, ela simplesmente ela só beneficia o proprietário do plantio, só isso. Ele usa um funcionário pra trabalhar no trator no tempo da colheita, depois ele usa esse mesmo funcionário pra colher (COMUNITÁRIO 4, 52 anos, dezembro 2019).

Os grandes produtores se utilizam de técnicas como a fertilização artificial, praguicidas e maquinários robustos e tecnológicos que contrastam com o ambiente simples e natural da comunidade. Esta lógica difere-se do pequeno agricultor, pois “Quanto mais ‘tecnicamente’ contemporâneos são os objetos, mais

eles se subordinam às lógicas globais. Agora, torna-se mais nítida a associação entre objetos modernos e atores hegemônicos” (SANTOS, 2005).

Há uma velada disputa pelo território entre aquele que o utiliza indiscriminadamente para fins de acumulação capitalista e o que se relaciona com o território para sua subsistência. Assim, “pode-se depreender que os conflitos pela apropriação do território estão em relação direta com as necessidades de reprodução” (CASTRO, 1998, p.11). Ambos buscam a reprodução do seu sistema, porém, para o cultivo de soja qualquer lugar com as condições de produção serve, já a produção familiar está relacionada ao território de maneira mais íntima, lá construiu sua vida e tem sua identidade e pertencimento relacionados ao lugar e a atmosfera de significações e cultura daquele ambiente, como ocorre em Boa Esperança.

A estrutura da agricultura familiar está comprometida na comunidade por causa do avanço da soja sobre as áreas, o (Comunitário 4, 52 anos, dezembro de 2019) comenta que isto promove uma migração dos jovens para a cidade, pois o filho do agricultor vê o pai e a mãe numa situação assim tão desesperadora, que procuram o caminho da cidade para trabalhar, não interessa a posição, enquanto que os que ficam procuram se adaptar as novas condições de produção.

Então ele deixa o pai e mãe aqui e vai pra lá, qual é o prosseguimento que vai ter da agricultura familiar? Eu sempre digo... que Santarém pode futuramente ser uma cidade da fome, ou ela come soja ou ela morre de fome, porque não vai ter mais a produção, porque eles passam com as maquinas assim derrubam um bananal, derrubam um mangueiral na maior alegria, quantos mil reais eu não vou ganhar nessa área aqui. Abelha aqui, você não vê abelha nem com nojo, a dez anos atrás se você tivesse uma mangueira dessa aqui, tinha abelha aqui (COMUNITÁRIO 4, 52 anos, dezembro 2019)

O dinheiro, mais uma vez se apresenta mudando as condições de vida e produção das pessoas. Isto porque antes o território continha o dinheiro, que era em parte regulado pelo dinheiro, pelo território usado. Hoje, acontece o contrário, sob a influência do dinheiro todo o conteúdo do território escapa a regulação interna, acarretando aos agentes um sentimento de instabilidade e de medo que é um dos efeitos da globalização perversa que vivemos, esse medo que paralisa, esse medo que nos convoca a apoiar aquilo em que não cremos apenas pelo receio de perder mais ainda (SANTOS, 1999).

Os produtores temem pela existência da cooperativa dos produtores da agricultura familiar de Boa Esperança (Coopboa), como relata o Comunitário 4 “não podemos mais nos confiar pra cooperativa existir, simplesmente na cultura da mandioca que é um dos carros forte aqui da nossa vila”, isso fez com que se encontrassem novas formas de resistir em suas atividades, com cooperados provenientes de outras comunidades como o chapadão a 50 km da Boa Esperança, que fazem o plantio de roça (COMUNITÁRIO 4, 52 anos, dezembro 2019).

Mosaico 2 - Cooperativa dos produtores da agricultura familiar de Boa Esperança.



Fonte: Valentim, trabalho de campo (2019).

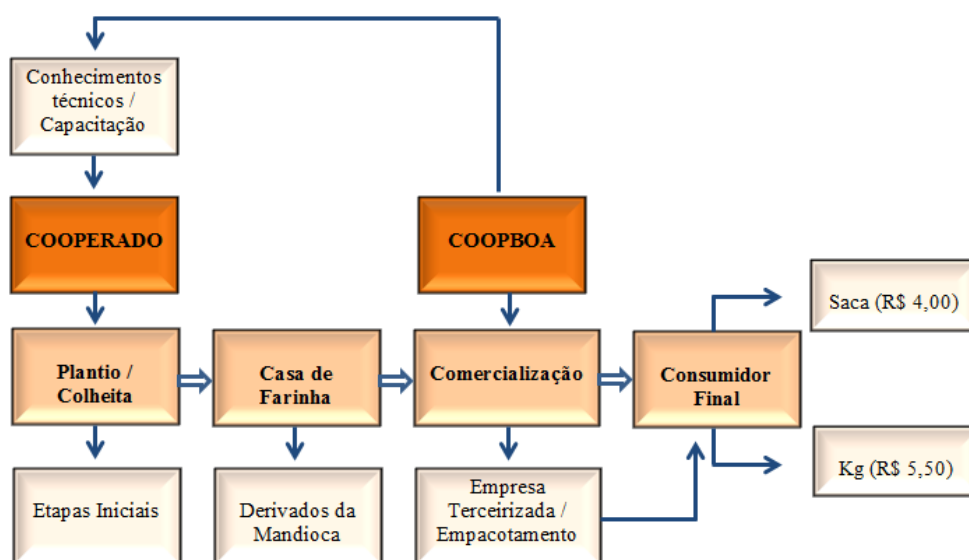
Legenda: a) Espaço Físico da Cooperativa, b) estoque de farinha de tapioca para ser ensacado, c) estoque de farinha de tapioca ensacado, d) pacote de farinha ensacado com as devidas identificações da comunidade.

A função das cooperativas segundo Scopinho e Martins (2003) é auxiliar os seus cooperados, contribuindo para o alcance das mesmas metas, buscando na maior parte do tempo a melhoria das condições econômico-sociais de seus sócios. Isto é uma das missões da COOPBOA, além de buscar melhoria na qualidade de vida e aumento da renda dos cooperados beneficiando a comunidade, busca

também produzir e comercializar de forma sustentável produtos de origem vegetal de boa qualidade.

A COOPBOA realiza suas atividades desde 2011, o principal objetivo é mediar à venda de farinha entre o pequeno produtor e o comprador e inibir a atuação dos atravessadores. Além disso, fomenta economicamente as atividades de: produção de frutas, produção de mandioca e seus derivados, horticultura, piscicultura, aquicultura, aves, extrativismo sustentável e apicultura. Por isso a cooperativa exerce um grande papel para a continuidade, na produção de farinha e para sociedade de Boa Esperança, que apesar das dificuldades ainda busca manter a cultura da mandioca viva na comunidade (COMUNITÁRIO 4, 52 anos, dezembro 2019).

Figura 3 - Fluxograma cadeia produtiva da mandioca da COOPBOA.



Fonte: Oliveira (2019).

Atualmente, a COOPBOA possui 63 cooperados que fazem o plantio e a colheita, essa produção vem de outras comunidades e isso causa um aumento no custo com transporte, que influencia no preço final. As comunidades são: Lírio do Vale, Santana do Ituqui, Chapadão, Paxiúba, Tiningú e comunidades ribeirinhas, “se hoje a cooperativa fosse sobreviver com esse pessoal daqui da Boa Esperança, a cooperativa já tinha fechado as portas”. Das comunidades ribeirinhas vem a melancia, o jerimum, já a mandioca é proveniente dessas comunidades vizinhas e

chega aqui só pra ser processada, empacotada e comercializada (COMUNITÁRIO 4, 52 anos, dezembro 2019).

Outro fator de grande impacto para a agricultura familiar e para as relações dos produtores com seu território e sua cultura é a introdução da chamada fécula ou polvilho, que chegou a comunidade no ano de 2005, segundo Santos (2012). Em relação a isto, a comunitária esclarece que “eles não tão trabalhando com a mandioca como a gente trabalhava aqui, tirando da roça e preparando, eles já recebem uma tal de um pó já preparado que vem de fora” (COMUNITÁRIA 9, 70 anos, dezembro de 2019).

Mais uma vez o dinheiro e a acumulação capitalista se prevalecem sobre as relações dos comunitários com o território, inicialmente se deu com o capital atrelado a soja que promoveu significativas rupturas dos agricultores com a terra, reduzindo seus espaços produtivos, trazendo prejuízos ao ambiente e a sua saúde. Agora, com o advento da fécula se dá uma apropriação da cultura produtiva da mandioca novamente pelo grande capital, o qual traz a fécula do Paraná para produzir tapioca, gerando uma concorrência com o produto da agricultura familiar.

A inserção da fécula se caracteriza como mais uma ameaça ao pequeno produtor, porque o grande traz vários pacotes de fécula e produz 300 kg em uma semana, então eles têm condições de vender a farinha de tapioca por um preço inferior, até mesmo pelo grande volume de produção que eles possuem (Comunitário 4, 52 anos, dezembro 2019). Enquanto que o pequeno agricultor, precisa se deslocar a outras comunidades para trazer uma fubicada de mandioca para produzir:

Nós éramos acostumados a fazer todo o processo, lavar a massa, tirar goma, relavar a goma novamente, enxugar ela, embolar, torrar. Eles não, já pegam aquele pozinho branco pra embolar e torrar. O preço da farinha tem uma defasagem é por causa disso ai, enquanto nós fazemos três sacos de farinha eles fazem 15 a 20, ai eles abastecem o mercado e a gente não vende. O custo de produção deles tá girando em torno de 0,50 centavos pra chegar lá um quilo, enquanto que pra nós tá saindo a 2,80 um quilo, e ai você já pensou? 2,80 para 0,50 centavos. Nós vamos pagar pra arrancar, nós vamos pagar o transporte pra trazer, vamos pagar a manipulação da mão de obra até ela se transformar farinha. Até o pessoal da UFOPA, já fez essa pesquisa pra nós, ele fez essa análise pra nós, porque nós não tinham nem noção de qual seria o custo real nosso pra entrar na roça, colher a mandioca fazer todo processo. Então, ai a gente vende a 4,00 reais, fica 1,20 centavos (COMUNITÁRIO 4, 52 anos, dezembro de 2019).

Estabeleceu-se, portanto, uma concorrência no mercado, onde o pequeno produtor acumula inúmeras desvantagens como, terrenos reduzidos, plantações sendo afetadas pelo fertilizante da soja e custos mais altos para buscar mandioca em outras localidades. Então estes novos migrantes se apropriam da cultura mandioca que já era realizada há anos pela comunidade e começam a disputar pelo mesmo mercado consumidor, porém com um custo mais baixo.

Todo aquele trabalho de fazer roça, esperar um ano, arrancar, descascar fora realizado nas indústrias do Paraná, chegando na Boa Esperança apenas a fécula para embolar e torrar, isto cortou várias fases da produção, fases estas que eram realizadas por mulheres e componentes da agricultura familiar, isto contribuiu para redução de renda na comunidade bem como para diminuição no número de casas de farinha. Este novo sistema de produção, ainda usa as casas de farinha, porém apenas para embolar e torrar.

A fécula já vem lá do Paraná pronta, só pro camarada ter o trabalho de colocar na água, secar e torrar. Não é uma farinha boa, eu, particularmente, se eu comer essa farinha, essa fécula, me dá uma dor horrível no estômago, não posso comer! E ai esse pessoal, acharam assim mais prático mexer com a fécula né. E ai, chegou muito pra cá essa fécula, empresários mesmo, conseguiu muito, muito, muito dessa fécula e dava pro pessoal torrar, e ai essa fécula foi tomando espaço. E ai assim, o pessoal achava mais fácil e ai assim, a farinha de tapioca em si, a natural, a verdadeira produzida pela agricultura familiar foi desvalorizando, e ai o pessoal foi se desgostando (COMUNITÁRIA 1, 40 anos, dezembro 2019).

A produção da fécula torna-se mais fácil, porque já vem processada pelas indústrias de mandioca do Paraná, segundo o (Comunitário 4, 52 anos, dezembro 2019) “o grande ele traz uma carreta ai e traz 50 toneladas de fécula, e ele vende todinho no mercado como fosse farinha de mandioca, e todo mundo pensa que elas são daqui”. Em relação periodicidade das carretas: “tem vez que eles passam deixando toda semana, eles já têm as casas de farinha tudo certa” conforme relata a (Comunitária 9, 70 anos, dezembro de 2019). No mosaico 3 as fases da produção a partir da fécula podem ser observadas:

Mosaico 3 – Produção de farinha de tapioca por meio da fécula de mandioca



Fonte: Valentim, trabalho de campo (2019).

Legenda: a) descarregamento dos pacotes de fécula proveniente do Paraná nas casas de farinha, b) casa de farinha adaptada a produção de farinha por meio da fécula e c) sacas de farinhas prontas para serem recolhidas pelo paranaense para ser comercializada.

Uma nova forma de produzir se instaura na comunidade, agora com a inserção tecnológica proveniente das grandes indústrias paranaenses, que a trouxe a Boa Esperança através do grande capital materializado em fécula, as tecnologias não migraram de lá, mas seus produtos que chegaram até a vila, são resultado de um processo tecnológico que acaba por abarcar grande parcela do mercado da farinha de tapioca na região:

Isso aqui é de outros, o homem compra e paga pra gente produzir, é dele a fécula, ele paga só o processo de produção, a despesa de produção é por conta dele. Um pacote desse custa 73,00 reais, lá no sul né, mas tem a questão de transporte a logística, tem toda essa questão, ele paga essas pessoas pra fazer esse trabalho, tudo tem um custo. O rapaz leva no baú né? Quem vai lá pra vender é eles não é nós, eles vendem pra qualquer canto, Macapá, Manaus, Belém. É dele lá né, ai a gente só faz torrar aqui pra ele. Tem as pessoas que só compra aqui e vai vender pra lá, pras feiras (COMUNITÁRIA 8, 47 anos, dezembro de 2019).

Quando há a introdução de um novo objeto tecnológico em um território, ocorre inevitavelmente uma mudança no sistema local, promovendo dúvidas quanto a intensidade e as consequências sobre a sociedade como um todo, colocando em risco os resultados intencionais e não intencionais dos que possuem controles parciais sobre a situação como Estados e firmas (TARTARUGA, 2011).

Existe, portanto, um problema da propagação desigual das técnicas no espaço, no qual as novas técnicas têm que conviver com as técnicas antigas, fazendo com que se produzam mudanças nos sistemas locais. “A forma como se

combinam sistemas técnicos de diferentes idades vai ter uma consequência sobre as formas de vida possíveis naquela área” (SANTOS, 1999, p. 35).

Por outro lado, para a técnica dominante a visão é outra: “é a de verificar como os resíduos do passado são um obstáculo à difusão do novo ou juntos encontram a maneira de permitir ações simultâneas” (SANTOS, 1999, p. 35). Pois para Santos (2008) as famosas ondas de difusão das inovações não existem, devido sua não propagação igualitária ao longo do espaço, em termos globais, continentais, dos países e muito menos nos âmbitos regionais ou locais.

As novas técnicas de produzir e as já existentes no território atuam simultaneamente, porém com grande desvantagem para o sistema que atua com técnicas mais manuais, aquelas que foram aprendidas de geração em geração, e especificamente na Boa Esperança, estes viram seu modo de vida sendo apropriados por migrantes que traziam um produto de técnicas indústrias que tomaram o espaço das suas produções no mercado.

Eu vejo assim, é um egoísmo muito grande, quantas famílias hoje vive aqui apenas com o aposento de um idoso, é triste. Claro que nós achamos que tem solução, aqui tem um pessoal persistente aqui, família de agricultores, que aprendemos com os nossos antepassados... a gente acredita que de uma forma organizado, assim como eles são, a gente também vai conseguir atingir o mercado. Porque nos agora, estamos colocando a nossa marca nos produtos que são daqui, tá indo já tudo identificado, pra quando chegar no mercado (COMUNITÁRIO 4, 52 anos, dezembro 2019).

Os modos de produção não devem ser vistos apenas como a produção da existência física dos indivíduos, mas sim como uma forma determinada de sua atividade, uma forma de terminada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles, o que eles são coincide com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, dependentes das condições materiais e sua produção (MARX; ENGELS, 2012).

Dentre inúmeras externalidades causadas tanto pela produção de soja e mais tarde pela fécula, percebe-se que enquanto os grandes acumulam mais e mais capital, os pequenos acumulam cada vez mais desvantagens dentro desse sistema. Ao passo que migrantes chegam com novas culturas e novas técnicas eles experimentam e precisam se adequar a uma nova forma de resistir com o seu modo de produção, pois para eles a farinha de tapioca não é apenas mais um produto a

ser comercializado, para eles a tapioca é cultura, é a forma de subsistência, é o alimento, é a história, a identidade e toda sua cadeia de produção configura o que eles historicamente fazem e são.

O progresso da sociedade se baseia na elevação da qualidade de vida de seus membros segundo Marx (1988), e não por meio da intensificação da opressão e da barbárie causada em escala planetária pelo sistema capitalista de produção de bens e serviços.

4.2.2 Relações de poder

Em uma abordagem relacional do território, este é visto como indissociável do poder. Portanto, toda relação de poder desempenhada por um sujeito no espaço produz um território, assim, a intensidade e a forma da ação de poder nas diferentes dimensões do espaço originam diferentes tipos de territórios. A relação é composta pelos atores, a política dos atores, bem como, o conjunto de suas intenções e suas finalidades e, por fim, a estratégia deles para chegar a seus objetivos, os mediatos da relação, os diversos códigos utilizados e os componentes espaciais e temporais da relação (RAFFESTIN, 1993).

Grande parte das lideranças entre associações de trabalhadores da região do planalto Curuá-Una sempre foi proveniente da comunidade de Boa Esperança, isto mostra a organização e liderança da população. Com o passar dos anos, a comunidade formou vários grupos como igrejas, clube de futebol e associações de trabalhadores. Com um espírito comunitário, trabalharam juntos em várias empreitadas, como na construção da escola José de Alencar, na limpeza do igarapé da Bica, possibilitando o crescimento comunitário e regional (SANTOS, ANDRÉ, 2010).

Os primeiros moradores da comunidade estabeleceram as primeiras relações de poder sob o território de Boa Esperança, desempenharam ações em benefício do bem comum e acabaram firmando lideranças para representar e buscar por melhorias no modo de vida. Essas relações de poder, de acordo com Santos (1996) se estabelece por alianças, define práticas diferenciadas entre atores sociais, que participam na mesma escala de poder, ou melhor dizendo, que possuem interesses comuns.

nós temos a associação de moradores, e nós temos uma agente distrital, que trabalha pelo governo, pelo município que é pra tá dando suporte nas comunidades né, só que é muito difícil essa questão de governo. O governo deixou sempre a desejar aqui na vila..., olha aqui na comunidade, nos temos 470 famílias e 1.558 pessoas aqui na vila, nós vivemos praticamente abandonados, porque assim, o político vem na época da eleição faz promessa, promessa, promessa, promessa e ai some né. O micro sistema de água ele fazem e entregam pra gente, não dá nenhum suporte, a gente tem que se virar. Tudo que acontece quando esculhamba alguma coisa, queima alguma bomba a gente que tem que se virar, eles não dão nenhum suporte (COMUNITÁRIA 1, 40 anos, dezembro 2019).

Na comunidade hoje, existe a associação de moradores que luta principalmente pelas questões de infraestrutura, saneamento, saúde e educação. A cooperativa dos agricultores familiares também exerce atividades no sentido de preservar a produção de farinha de tapioca e promover maior qualidade de vida aos seus cooperados. Estes recebem as demandas provenientes do território e atuam sob elas. O Comunitário 5, que já esteve no cargo de presidente da associação diz que a administração da comunidade: “é que nem uma família, tem mãe, o esposo... produz três, quatro, cinco, oito ou dez filhos... aí vai batalhar pra seguir tudo nos eixos. Mesmo assim é o movimento da comunidade, as mesmas dificuldades que tem” (COMUNITÁRIO 5, 81 anos, dezembro 2019).

O território está ligado às relações de poder que se estabelecem entre os grupos sociais e a natureza, de acordo com Rafestin (1993), pela apropriação/dominação de uma área por um determinado grupo social. Isto pode ser visto, pelo grupo que se dedica ao plantio da soja, que mesmo com territorialidades já existentes na comunidade, chegam promovendo uma dominação da área para a exploração dos recursos, no qual o grande capital compra e transforma tudo em mercadoria, capacidade exercida no território com base no dinheiro, gerando novos territórios.

O território pode carregar também conflitos internos que permitem verificar fragmentos de interesses, afetando mais tarde a relação de poder. As articulações entre as escalas de poder permitem verificar também, dentre outras coisas, a materialização de interesses exógenos e endógenos no território (SANTOS, 1996). Há um conflito velado na comunidade, no qual o interesse do grande produtor é hegemônico e se materializa nas grandes plantações de soja, enquanto o pequeno agricultor persegue seu interesse com base na resistência e por necessidade de sobrevivência, não é possível mais se ver plantações de mandioca na comunidade, apenas a longas distâncias, em outras comunidades.

De maneira geral, percebe-se que nenhum dos grandes produtores, tanto de soja como de fécula ocupam cargos de liderança na comunidade ou estão na linha de frente buscando melhorias para comunidade, estes apenas estão em defesa dos seus objetivos próprios de acumulação. Mas que apesar disso, tem grande poder de transformação da comunidade, do meio ambiente, dos modos de vida, de produção, produzindo inúmeras desvantagens aos pequenos agricultores.

As relações de poder na sociedade têm como um dos atores “o Estado, na medida em que é o verdadeiro e legítimo representante de uma população que, por definição, quer viver e sobreviver num território, só pode escolher otimizar os recursos” (RAFFESTIN, 1993, p. 236). Deste modo, como representante da população e alocador dos recursos, o Estado deve prover as necessidades básicas da população, e também promover a alocação dos recursos disponibilizados pela terra de maneira ótima entre os seguimentos e seus interesses. Na comunidade, segundo o (Comunitário 5, 81 anos, dezembro de 2019) pouco se pode notar a ação do Estado por meio da prefeitura.

Boa esperança foi aclamada como distrito, porém boa parte das benfeitorias foram feitas por meio da união dos comunitários, pois há pouquíssima presença da prefeitura, por isso muito se observa a ação em conjunto dos comunitários para resolver demandas da localidade, como “a questão do policiamento já por muito esforço da comunidade, da presidente na época, o pessoal da polícia também ajudaram muito na questão da parte burocrática, mas assim o espaço físico, cama foi a comunidade que doou, com muito empenho mesmo” (COMUNITÁRIA 2, 42 anos, dezembro 2019).

A comunidade em si, cresceu muito né, a questão de comércio né de famílias mesmo que vieram pra cá, porque aqui Boa Esperança é um lugar muito bom de se morar né, mas assim aqui, o que acaba aqui é não ter trabalho, entendeu? Não ter assim nenhuma melhoria mesmo, que nem olha, a gente mora a 43 km de Santarém, é longe... a gente tem um centro de saúde que 52 comunidades é assistida por ele, mas ninguém tem estrutura, não tem material. Porque assim, Boa Esperança em 1981, se não me falha a memória, ela foi aclamada como distrito, então é como se, na cabeça das pessoas Boa Esperança aqui é um polo, entendeu? Só que foi outorgado como distrito, e nunca foi assistida como um distrito (COMUNITÁRIA 1, 40 anos, dezembro 2019).

A comunidade atua como polo para outras comunidades, tanto para saúde, quanto para educação e comércio. Apesar das dificuldades, há um grande poder comunitário que trabalha em conjunto para promover benfeitorias, enquanto

há uma verdadeira situação de abandono por parte da administração pública. Isto pode ser evidenciado na construção de um pavilhão inteiro com 4 salas de aulas que foi edificado pela comunidade, no mosaico 4, figura c, se encontra a construção realizada com a ajuda dos pais, da diretora, de rifa e bingo (COMUNITÁRIA 1, 40 anos, dezembro 2019).

Mosaico 4 – Infraestrutura da escola municipal de Boa Esperança



Fonte: Valentim, trabalho de campo (2019).

Legenda: a) Fachada da Escola e b) área aberta da escola e c) prédio construído por pais e professores.

A escola teve seu prédio construído no mandato do então prefeito Lira Maia, no entanto, o espaço não suporta mais a quantidade de alunos que vem de outras comunidades também para estudar em Boa Esperança, a escola em si está pequena. Então contam com a ação comunitária para resolver tal demanda, bem como, na obra da unidade de policiamento.

Aquela construção ali foi a comunidade juntamente com os professores aí do ensino médio que criaram, né, construíram... também ali a unidade de policiamento foi construída pela comunidade, temos três salas de aula aqui que a comunidade que a comunidade foi lá junto com as famílias e construiu. Então muita das coisas que a gente tá conquistando aqui é empenho da comunidade. Olha, nós temos uma sala ali que está terminando o processo de construção dela, mas foi pais, alunos, professores, nós não tivemos o apoio que a gente precisaria ter (COMUNITÁRIA 2, 42 anos, dezembro 2019).

O fenômeno religioso também compõe as relações de poder, diferindo o sagrado do profano, criando padrões de mundo que se tornam referência na vida do homem religioso, e tem a função de assegurar as mediações em um sistema semântico (RAFFESTIN, 1993). Na comunidade, existem várias denominações religiosas e uma de suas principais ações na sociedade é o apoio aos mais vulneráveis “gostam de fazer cesta básica pra doar pro pessoal carente, essas duas

igrejas... a gente presta atenção... adoece um eles fazem reunião pra colher dinheiro pra ajudar aquela pessoa” (COMUNITÁRIO 5, 81 anos, dezembro de 2019).

As relações de poder são realizadas pelos sujeitos que produzem o espaço, que objetivam criar territórios, ao fazerem isso, os sujeitos geram o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, suas relações se dão por meio de “um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças de que dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: o campo do poder” (RAFFESTIN 1993, p. 53).

Dois grandes atores se destacam nessa relação de poder, sendo eles o grande produtor, o qual usa estratégias para alcançar seus fins, gerando novos territórios, e o pequeno produtor, que tem seu território afetado por estas estratégias. De maneira mais ampla é o poder do sistema capitalista extinguindo territórios locais de configurações únicas, sob o pretexto egoísta da acumulação, para atender demandas de mercado externas ao país, em detrimento da satisfação das necessidades internas dos territórios.

4.2.3 Meio ambiente

Os agravos ao meio ambiente não deixam de ser agravos ao meio de vida do homem, ou seja, ao meio em toda a sua integralidade. Desta maneira, não se trata apenas de destruir parte da vegetação ou contaminar espaços naturais, se trata da ruína da sua própria forma de subsistência, das suas relações com o meio, dos seus significados, usos e pertencimento. O anseio pela mais-valia a nível global faz com que o impulso produtivo e destrutivo seja apátrida, extraterritorial, indiferente às realidades locais e principalmente às realidades ambientais. Se vive uma crise ambiental, pois as forças desencadeadas ultrapassam a capacidade de controlá-las, nas condições atuais de mundialidade e de suas repercussões nacionais e locais (SANTOS, 2005).

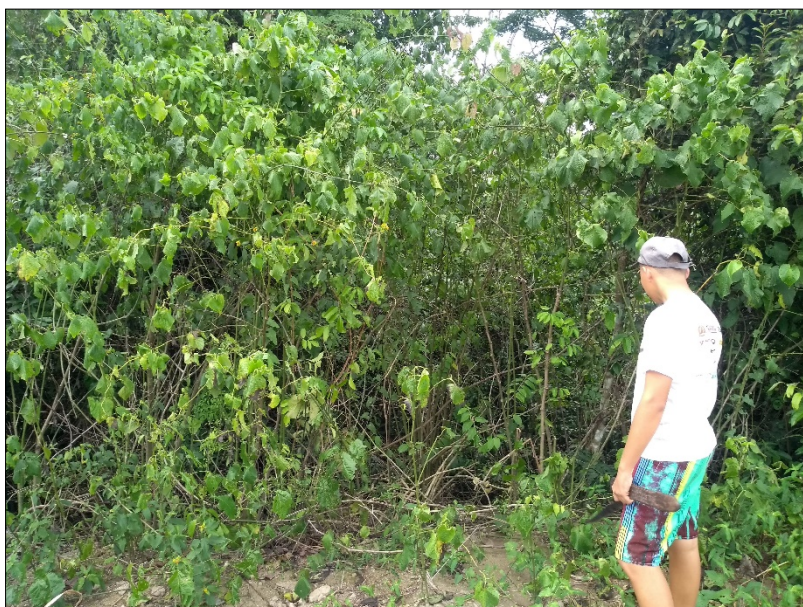
O meio ambiente aos olhos do grande produtor é visto como mero provedor de recursos, a terra é vista como sinônimo de lucro, e se conhecem as injúrias que promovem ao ambiente, a desprezam e seguem por longos anos reproduzindo-as, mas não abrem mão do lucro do seu negócio. Quando o capital se apodera de um território este perde suas funções naturais e se dedica agora a

trabalhar em prol do lucro do acumulador capitalista. E todos os outros sistemas relacionados aquele território se perdem, como meio de vida, a cultura e as relações. Deste território. Este comportamento se repetiu na Boa Esperança, no igarapé da Bica:

Tinha uma bica ali [...] aquilo ali era muito bem cuidado, menina, as água jorrava da pedra, a gente descia pra pegar água, que aqui não tinha água encanada, descia pra lavar roupa [...], era tipo assim uma piscina, ali todo mundo lavava roupa, todo mundo tomava banho [...] pra tudo, porque a água era corrente, ela caía das pedra e descia e ia embora pra outro garapé [...] aquela água bem branquinha minada das pedra, todo mundo que vinha aqui ia visitar lá né, agora não pode mais nem entrar, porque acabaram com as mata aí... as mata... o mato é que faz aparecer essas água né (COMUNITÁRIA 9, 70 anos, dezembro de 2019).

Assim acontece em Boa Esperança, na imagem 9 se visualiza o antigo Igarapé da Bica, onde se desenvolviam atividades desde o início da comunidade, consumiam a água, lavavam roupas e usavam para lazer, possuindo grande valor social a comunidade e enorme importância ao meio ambiente, com os desflorestamentos para as plantações de soja, ocorreu o processo de assoreamento do igarapé, como se não bastasse, os comunitários foram restritos de acessar ou cuidar do local, já que este agora faz parte da propriedade privada de um sojicultor e destina aquele bem natural e seu entorno apenas para obtenção de lucros, privando também a comunidade do seu uso.

Imagem 9 - Entrada que dava acesso ao Igarapé da Bica.



Fonte: Valentim, trabalho de campo (2019).

A Comunitária 1 relata que “os igarapés que foram tudo mortos depois que os sojeiros começaram a plantar, entupiram tudo, entupiram mesmo [...] derrubando a mata né, e aí os sedimentos eles vão correndo pro igarapé, aí não tem mais nenhum igarapé aqui, nenhum, nenhum”. Ela recorda que o igarapé era muito organizado pelos os comunitários, tinha dois banheiros, construídos por eles mesmos e uma estrutura de assoalho de madeira, como uma piscina natural para tomar banho. Além disso, os proprietários alegam que a terra é deles, então eles podem fazer o que eles quiserem (COMUNITÁRIA 1, 40 anos, dezembro de 2019).

Na fase atual, momento em que a economia se tornou mundializada, adotando um único modelo técnico, a natureza se viu unificada. Suas diversas frações são postas ao alcance dos mais diversos capitais, que as individualizam, hierarquizando-as segundo lógicas com escalas diversas. A uma escala mundial corresponde uma lógica mundial que, nesse nível, guia os investimentos, a circulação de riquezas, a distribuição de mercadorias. Porém, cada lugar é o ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas, reveladoras de níveis diversos, às vezes contrastantes, na busca de eficácia e de lucro, no uso das tecnologias e do capital e do trabalho (SANTOS, 1994, p. 19).

A natureza se unifica e está a conveniência dos atores hegemônicos, e a técnica se torna o meio pelo qual o homem se relaciona com seu entorno, prevalecendo no ambiente às atividades produtivas que abastecem as demandas mundiais de consumo. A natureza se transforma, a vegetação original dá lugar a plantações de soja, sua adubação já não funciona mais em seu ciclo natural, mas recebe produtos artificiais que a recuperam forçadamente, são tratadas por enormes maquinários.

Imagem 10 - Plantação de Soja



Fonte: Valentim, trabalho de campo (2019).

Na imagem 10, se vê um campo de plantação de soja, onde as plantas foram secas por processo artificial, para ficarem prontas para colheita do grão. A natureza não segue mais seu fluxo natural, ela agora tem que acompanhar o ritmo acelerado das grandes economias do mundo. Além disso, os grandes desmatamentos contribuem para perda de espécies animais e vegetais.

Os objetos técnicos ou maquinicos agregam a si a razão natural, é “uma lógica instrumental que desafia as lógicas naturais, criando, nos lugares atingidos, mistos ou híbridos conflitivos. Os objetos técnicos, o espaço maquinizado, são lócus de ações "superiores", no sentido de sua superposição triunfante às forças naturais”, portanto, o poder do triunfo atribuído aos homens por meio da técnica se dá pela capacidade de enfrentar a Natureza natural, ou a Natureza já socializada do período anterior, o que poderá resultar em conflitos no ambiente (SANTOS, 2005).

Outro aspecto que os comunitários perceberam em decorrência do desmatamento, foi a temperatura que alterou bastante, como comenta a Comunitária 2: “é que nem meu irmão dizia assim, não foi o sol que esquentou, que o sol sempre é quente [...] foi a cobertura mesmo que foi tirada e deixou de proteger, né?” o ambiente está mais quente e isso afeta a qualidade de vida dos moradores (COMUNITÁRIA 2, 42 anos, dezembro 2019).

Até o clima mudou, por que quando a gente chegou aqui em 1984, no mês de julho era um frio um frio, um frio, que faltava morrer, hoje em dia, tu dorme com um ventilador sem lençol é aquele calor, de manhã, de tarde também é aquele calorão. Antes quando não tinha essa plantação toda a redor da vila, tinha o sol, só que era uma brisa assim direto, mas tu não vivia assim com esse calor (COMUNITÁRIA 1, 42 anos, dezembro 2019).

Como o indivíduo faz parte da natureza, as alterações no meio ambiente o afetam do curto ao longo prazo, isto influencia na sua qualidade, seu modo de produção e de se relacionar com o território. O triunfo das técnicas se materializam em enormes plantações que estão fisicamente ligadas as casas da comunidade, pois estão exatamente coladas as suas casas, isto agrava a situação pois os sujeitos estão muito expostos a essa lógica de produção e destruição, o que era natural ao seu redor agora fica apenas nas lembranças.

A gente via uma casa aqui outra ali e mais matas né, não era essa capoeira, hoje até a capoeira a gente quase não vê mais né [...] Os Gurí (macaco) ali a gente percebia que eles estavam tão pertinho, né [...] e hoje a gente já vê eles gritando um pouco bem mais longe, e é porque lá na bica não tem como tirar né, porque eu acredito que se não fosse aquele espaço lá eu acho que eles estariam bem mais distantes. A questão dos próprios animais mesmo a gente percebe eles bem mais longe, a questão do pessoal que gostava de caçar já vão bem mais longe porque também já não tem mais espaço, e o pessoal caçavam não só pro lazer, mas mesmo por causa de alimentação, é um direito que Deus deu pro homem né. Que ele disse que o que tivesse na natureza era pra ser consumido de forma consciente, claro. E eles já vão bem mais longe agora. A produção tem que ter, porque a população cresce e se precisa de alimento, né [...] então a gente não pode tacar pedra em quem ta produzindo, a questão é fazer de forma consciente (COMUNITÁRIA 2, 42 anos, dezembro 2019).

Isto promove um distanciamento dos comunitários com a natureza, os próprios animais se distanciam, pois não há condições de sobrevivência naquele lugar. A comunidade permanece ali, a base de resistência, dependendo de espaços naturais mais afastados para manter sua subsistência, resistem, pois ali foi construído sua história de vida e muitas vezes a imagem do meio ambiente só pode ser acessado através da memória, do ato de recordar.

4.2.4 Relações de pertencimento, identidade e cultura

Analisa-se aqui, o território usado, que a partir das vivências laborais, sociais e culturais estabelece relações com o espaço. Pois, o território não é composto apenas pelo chão em seu aspecto físico, mas se constitui também pela

identidade, isto é, o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence, pois o território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida (SANTOS, 2003).

Para entender as relações de pertencimento e identidade relacionados ao território da comunidade de Boa Esperança, é necessário considerar que para o pequeno agricultor a farinha de tapioca não significa apenas uma mercadoria, como qualquer outra, que satisfaz a necessidade do consumidor e traz lucros ao produtor. A comercialização e produção da tapioca significa bem mais que uma simples troca por dinheiro, a tapioca é o símbolo da comunidade, é o alimento pelo qual a comunidade é reconhecida, é o que garante o provimento das suas necessidades, é o trabalho que foi repassado de geração em geração, ela é o alimento, é a cultura e a tradição.

A tapioca está tão arraigada a sua cultura que inspirou a canção “Dança da Tapioca” composta por Francisco Barros da Silva, onde o som que a tapioca faz enquanto é embolada dá o ritmo a música, além disso, são narrados os principais passos da produção, desde a preparação do chão para plantar, até a torragem dos flocos e o repasse da tradição aos mais novos.

Figura 4 – Letra da música Dança da Tapioca

Dança da Tapioca

A tapioca pula pula, pula pula e não se cansa.
Quero convidar a todos
Pra virem entrar na dança
Na dança do carimbo
Na vila da Boa Esperança.

É tic tic, tic tic tic tá
É a dança da tapioca
Que eu fiz pra você dançar

Menino corta a maniva
Vem plantar em nosso chão
Vem cuidar da nossa roça
Pra nossa alimentação
Essa é a nossa cultura
Cuide dela com atenção
Daqui sai a ajuda
Da tua educação.

Traz a mandioca da roça
Põe na água pra lavar
Se não quiser descascar
Rala tira a tapioca
Enxuga peneira embola
E vamos carimbolar.

É tic tic, tic tic tic tá
É o som da tapioca
Que eu fiz pra você dançar

A farinha quando é boa
Se conhece no torrão
Gira, gira e vai girando.
Pipocando sem parar
Põe lenha no fogo
Cuidado para não queimar
E ficar bem torrãozinho
Sempre em primeiro lugar.

Mexe mexe e vai mexendo
Mexe pra lá e pra cá
Mexe mexe e vai mexendo
Vai mexendo sem parar
Não podemos esquecer a gostosa do lugar.

É tic tic, tic tic tic tá
É a som da tapioca
Que eu fiz pra você carimbolar
É tic tic, tic tic tic tá
É a dança da tapioca
Que eu fiz pra você dançar.

Compositor: Francisco Barros da Silva

Todo esse processo descrito na Dança da Tapioca era algo comum a quem produzia. No entanto, os dias atuais são marcados pelo período técnico-científico informacional, que se caracteriza pela união entre conhecimento técnico e ciência, o que proporcionou o surgimento das economias-mundo e causou alargamento dos contextos. Neste momento, o território passa a ser adestrado pelos interesses globais, por isso, as grandes empresas acabam por ditar as normas do território e o valor do lugar (SANTOS 2009).

Esse fator tornou os territórios mais vulneráveis e as decisões globalizadas, na Boa Esperança, promoveu a inserção da cultura da soja, que é um grão muito estimado no mercado internacional, gerando mudanças no território e nos fatores de identidade do povo “Porque antes a gente era uma produção maior que tinha, né? da tapioca, mas hoje a gente não pode mais considerar” (COMUNITÁRIA 2, 42 anos, dezembro 2019). A relação dos comunitários com a tapioca é tão íntima, que é objeto de identidade da comunidade, onde a melhor farinha da região pertencia àquela área.

No ano de 2003, na ocasião da 5ª edição do festival da farinha de tapioca, Inelda Ludwig, presidente da Associação de Mães Unidas para Vencer (Amuve), advertiu em uma reportagem sobre o risco de desaparecimento da cultura da mandioca na região, em função do avanço das plantações de soja e arroz ao longo da PA 370. Havia também o medo da comunidade perder a referência regional na produção da farinha de tapioca, já que grandes áreas já haviam sido negociadas, um hectare de terra chegava a ser negociado por até 10 mil reais (SANTOS, 2020).

Muitos dos pequenos produtores, encantados com o discurso capitalista de desenvolvimento das áreas e sem ter o conhecimento do real valor de suas terras, venderam seus lotes a preços ínfimos, pois os pequenos agricultores raramente tiveram contato com altos valores de dinheiro e as propostas pareceriam sedutoras. Mais tarde a produção de farinha de tapioca por meio da fécula, desestabilizou mais ainda a relação de identidade e de pertencimento ao território daqueles que seguiam as tradições.

A história nos mostra que as civilizações e regiões se estabeleceram ao longo do tempo mediante processos orgânicos, expressos pela territorialidade absoluta de um grupo, com suas características de identidade, exclusividade e limites. Esses grupos, por viverem sem outras mediações se consolidaram, cada área se diferenciava de acordo com a sua relação direta com o entorno, assim, a

solidariedade, característica da região, ocorria em função dos arranjos locais. No entanto, as configurações regionais do passado desmoronaram, à medida que ocorriam as transformações mundiais deste século que se aceleraram nos anos pós-guerra (SANTOS, 2009).

A cultura é um dos componentes do território que, em virtude dessas transformações do mundo moderno, vem sendo impactada. De acordo com Santos (2009) a cultura é consequência do processo de viver, das relações sociais, e a territorialidade é gerada a partir do processo de ocupação do espaço e das relações estabelecidas entre o homem e o seu meio, por isso “a cultura e territorialidade são, de certo modo, sinônimos” (SANTOS, 2002, p. 61).

Por sua vez, a desterritorialização “é frequentemente uma outra palavra para significar alienação, estranhamento, que são, também, desculturização” Santos (2002, p. 61). Nesse sentido, a cultura local é configurada pelos movimentos e relações sociais e naturais de um território, que no momento em que sofrem algum tipo de interferência se reconfiguram e recebem a propagação de uma cultura de massa. Esta cultura de massa implanta no território modos de vida diferentes ao espaço e a cultura local.

Novos usos são dados ao território e novos modos de vida são integrados, daí porque ocorrem os processos de desterritorialização e desculturização, principalmente em função de uma hegemonia do interesse capitalista sob os territórios, como Santos (2002, p. 62) enfatiza “muitas das coisas que somos levados a fazer dentro de uma região são suscitadas por demandas externas e governadas por fatores cuja sede é longínqua” assim, a atuação das organizações mundiais reflete na adoção de valores e hábitos que descaracterizam a cultura local.

A parte da Cultura também teve muitas mudanças porque além dos nordestinos que nem eu falei né teve a parte dos gaúchos que vieram, da questão da churrascada, da questão do festival da Tapioca. Nós tínhamos também a associação de mães, só que agora né ultimamente não está mais funcionando, mas tinha, eram elas que encabeçavam muitos movimentos aqui na comunidade. A questão das igrejas também, aumentou bastante, nos éramos mais a igreja católica, agora nós temos várias outras religiões presentes aqui também, então a população cresceu bastante e com isso veio as mudanças né, as melhorias, mas também vem as coisas ruins junto né, que a gente sabe que o progresso não traz só coisas boas, também traz coisas ruins (COMUNITÁRIA 2, 42 anos, dezembro de 2019).

A comunidade Boa Esperança apesar de ter recebido intermediações externas que promoveram desterritorialização ao longo do tempo, manifesta resistência tanto no modo tradicional de produzir farinha de tapioca, quanto no exercício de sua cultura. Uma das formas mais simbólicas da sua cultura é a celebração do Festival da Farinha de Tapioca que é evento que ocorre sempre no mês de agosto, a fim de comemorar a produção anual da tapioca.

Pra nós não deixar totalmente a cultura é que nós formamos essa cooperativa, com o grupo de produtores e estamos trabalhando, assim com unhas e dentes, resistindo ai a pressão do produtor grande. Quando se faz o festival da tapioca aqui, isso me causa uma revolta, você sabe por quê? Porque a tapioca que é comercializada é a fécula que vem de lá, eles abastecem tudo e a gente fica com a nossa farinha de tapioca aqui, sem achar quem queira comprar nem um quilo (COMUNITÁRIO 4, 52 anos, dezembro 2019).

O evento tem repercussão regional, e principalmente nas cidades de Santarém, Mojuí e Belterra e de comunidades dos arredores, atraindo visitantes e consumidores para os produtos locais, são comercializadas várias iguarias típicas provenientes da mandioca, muitas delas produzidas a partir da fécula que vem processada do Paraná, incidindo em uma concorrência, na qual de um lado figura o modo capitalista de produção e do outro o modo de produção de subsistência.

Imagem 11 - Cartaz convite para o festival da tapioca 2019.



Fonte: André Santos (2008).

A imagem 11 mostra a programação do evento, onde é escolhida a Rainha da Tapioca, é realizado a corrida de carros poc poc, que é um dos carros tradicionalmente utilizados para o transporte da mandioca entre a roça e a casa de farinha, além de apresentações artísticas e dos tradicionais torneios de futebol. Além disso, é realizado também a tradicional churrascada gaúcha que foi um costume adotado e acolhido pela comunidade e que se tornou parte também do festival, já que é celebrado nesta ocasião a festa da tradição gaúcha, de acordo com Barros (2018a) “gaúchos” é o nome dado pelos moradores locais para os sojicultores residentes em Boa Esperança.

Mosaico 5 - Fotografias do Festival da Tapioca.



Fonte: Valentim, trabalho de campo (2019).

Legenda: a) e b) produtores de farinha desfilando em suas fubicas na carreata do festival, c) e d) produtores de soja e outros grãos desfilando em seus maquinários na carreata do festival, e) churrasco gaúcho sendo assado f) representação da tapioca, g) visitantes desfrutando o festival, h)

carreada passando ao lado da plantação de girassóis, i) plantação de girassóis que atraiu muitos visitantes a comunidade.

A chegada de novos migrantes na comunidade trouxe junto com eles uma carga cultural para aquele território, costumes, tradições e valores que aos poucos foram se propagando e criando raízes na comunidade, como comenta a Comunitária 2 (42 anos, dezembro de 2019) “eles estão sempre ali, a questão do chimarrão né, que já tem um ou outro que também já toma”. Há, portanto, uma nova territorialidade sendo criada, novos hábitos sendo adotados, alguns sendo perdidos, dando origem a um novo modo de viver, e isso nem sempre acontece rapidamente, é o processo onde os comunitários conseguem perceber as mudanças de valores.

Olha [...] tá misturado, mas mudou, mudou porque quem tem o ritmo de gaúcho é gaúcho, quem tem o ritmo de paraense é paraense, e eles não querem se comparar com os paraense, eles querem ser sempre mais do que os paraense, mais inteligente, mais trabalhador, eles querem ser tudo mais e eles não trazem nenhum benefício aqui pa Boa Esperança, aqui era pra ter muita coisa, mas não tem, porque não tem quem se interesse, nem mesmo os governo lá de Santarém (COMUNITÁRIA 9, 70 anos, dezembro de 2019).

Houve também a iniciativa dos produtores de soja em celebrar sua produção anual, no mês de março de 2005 aconteceu a primeira e única edição do Festival da Soja. Santos (2020 p. 173) relata que “embora não tenha ocorrido outras edições do evento na comunidade, percebe-se a compra do discurso do agronegócio por uma parte dos comunitários de Boa Esperança”. Nos anos seguintes o festival não se realizou e isto pode ter sido motivado pela queda do preço da soja no cenário internacional, fazendo com que em 2006 muitos dos produtores de grãos desistissem da atividade e percebessem também que são necessários grandes volumes de capital para suportar as oscilações de mercado (SANTOS, 2020).

4.3 Mudanças paisagísticas

A categoria de análise paisagem se apresenta como um conjunto de formas, que em um determinado momento expressam as heranças e onde se representam as contínuas relações entre homem e natureza. Assim, o espaço são as formas mais a vida que as anima. Para explicar o caráter transtemporal da paisagem, Santos (2002) traz um exemplo de um projeto abortado por Kennedy

durante a Guerra Fria, onde a utilização de uma bomba teria a capacidade de destruir toda a vida humana em determinada área, mas manteria as construções (SANTOS, 2002).

No caso, se a bomba fosse usada, teríamos antes o espaço e após a explosão somente a paisagem. Assim, a paisagem é transtemporal, pois junta objetos passados e presentes em uma construção transversal. Por outro lado, o espaço é sempre o presente, uma construção horizontal, uma situação única (SANTOS, 2002). A paisagem em seu caráter de palimpsesto mostra os traços de um passado já morto, possibilitando ver as etapas do passado numa perspectiva de conjunto, ou seja, o que é possível ver no presente é resultado de construções passadas, “a paisagem é história congelada, mas participa da história viva. São suas formas que realizam, no espaço, as funções sociais” (SANTOS, 2002, p. 107).

A paisagem tem uma multiplicidade de interpretações, podendo ser apreciada e interpretada pelos olhos de quem vê. Então se admite que tanto pela grande diversidade de arranjos e cenários, como pelas diferentes formas de olhar e conferir significados, seria mais apropriado fazer referência a paisagens que emanam de uma mesma paisagem, de acordo com Cabral (2002). Assim, por meio das formas de ver dos comunitários se busca memórias de traços de passado que se apresentam na construção da paisagem atual da comunidade.

Olha, eu vou te ser sincero, quando eu cheguei aqui, a gente chegou aqui, era como se fosse um paraíso, to sendo sincero. A gente andava dentro dessas matas ai e via água escorrendo nas brotas assim, agua cristalina assim, você se olhava assim, você podia até pentear o cabelo dão clara que era, os peixinhos também lá era muito, e o ar que você respirava você sentia aquele ar puro, aquele ar fresco, já hoje não, você respira um ar quente que parece que queima a tua garganta, sem contar o ressecamento da pele [...] quando a agente chegou aqui era pouca gente aqui, era nove famílias aqui morando, a gente gostava era de observar porque a gente veio de uma região que a gente não sabia o que era mata, a região do nordeste era mais pedra essas poeiras, então a gente achava isso um encanto a Amazônia pra nós era coisa assim esplêndida entendeu? A gente via os porcos do mato andando assim as patas, os tatu os viado, como se fosse animal que a gente cria (COMUNITÁRIO 4, 52 anos, dezembro 2019).

Os comunitários mais antigos são capazes de enxergar a comunidade para além do aspecto físico no presente, ou como um fator de produção, eles geralmente trazem memórias de vida, significados, e versões passadas que retratam as territorialidades vividas. Ao olhar para o hoje, suas visões trazem um conjunto de ações solidificadas ao longo do tempo “quando eu cheguei aqui, isso tudo era mato,

só tinha a estrada aqui de piçarra, não era nem asfaltada, depois que vieram asfaltar pra hidrelétrica” (COMUNITÁRIO 3, 79 anos, dezembro de 2019).

Mosaico 6 – Situação da PA 370 antes e depois do asfaltamento.



Fonte: Imagem a) Santos, André (2020); Imagem b) Arquivo pessoal VALENTIM, Emanuela (2019).
Legenda: a) Veículo trafegando na Rodovia PA 370 em 1995; b) Rodovia PA 370 no ano de 2019.

Além do relato dos comunitários, as fotografias ilustram a paisagem que é composta pela história morta e a história viva. Santos (1998) elucida que por trás da fotografia de uma situação, há o movimento, no caso do mosaico 6 se percebe a evolução do processo de urbanização e infraestrutura, e a abertura de uma estrada, que é muito importante para o tráfego dos comunitários, para dar acesso às feiras da cidade, onde vendem seus produtos, mas também interliga a área a uma cadeia maior de produção e logística, como no caso do agronegócio da soja.

Imagem 12 - Vista aérea da vila de Boa Esperança em 2017.



Fonte: Marcos HUBNER/Arquivo pessoal.

A fotografia traz consigo a paralização da paisagem e das expressões e manifestações dos seres humanos e das sociedades. “Ela materializa o instante e, portanto, as dimensões espaço-tempo, de profundas significações para a Geografia, estão registradas na foto. Não podemos perder de vista que a fotografia de uma cidade, por exemplo, é o registro real de uma sociedade” (ANJOS. 2011, p 53). Hoje a comunidade já recebeu muitos migrantes, mas a (COMUNITÁRIA 7, 79 anos, dezembro de 2019) lembra: “era quatro casinhas, a gente contava as casas que tavam aqui, tudo longe uma da outra [...] sei que era só mato, tudo era mato”.

Outro aspecto importante destacado pelos comunitários é a alteração da paisagem nos últimos anos em virtude do desmatamento, antes a visão abarcava muito mato, floresta densa, e agora o limite se perde de vista com os quilométricos campos de plantação de grãos, “é uma mudança que eu não sei nem dizer a comparação daquele tempo pra hoje, derrubaram muita mata, e tão derrubando, quando entra trator de esteira minha fia, não sobra nada, nos últimos anos foi meio que um relâmpago” (COMUNITÁRIO 5, 81 anos, dezembro de 2019).

Mosaico 7 - Paisagens habituais das plantações de soja na comunidade Boa Esperança em 2019.



Fonte: Emanuela Valentim, Arquivo da autora (2019).

Legenda: a) capoeira/ terra sendo preparada para sementeira dos grãos b) fase inicial das plantas/ aplicação de fertilizantes e herbicidas c) fase adulta das plantas d) campos quilométricos de plantações de soja e) aplicação de veneno para secagem dos grãos f) trabalho de colheitas dos grãos.

As imagens do mosaico 7 compõem a paisagem mais habitual em torno da Rodovia PA 370 e da Comunidade Boa Esperança, o território enquanto seu aspecto físico perde sua vegetação natural e densa, se desapossam espécies vegetais e animais de suas áreas e o território, por fim, reduz-se agora a uma paisagem padrão de monocultura, incrementados pela presença de máquinas gigantescas, que estão ali para exercer com mais rapidez a acumulação capitalista, para que os grãos cheguem mais rapidamente aos mercados externos.

Quando nós chegamos aqui, em Santarém até chegar aqui você não via desmatamento, agora tá tudo descampado, você chega ali perto daquela estrada que vai pro Mojuí, você olha assim, você não vê o fim, olha pro outro lado, você não vê o fim e tudo isso era mata quando nos chegamos aqui em oitenta e quatro, a gente caminhava era quilômetros e quilômetros só de mata [...] aí só vai piorando né, só vai piorando a saúde, a situação do povo né [...] o clima muda [...] (COMUNITÁRIA 9, 70 anos, dezembro de 2019).

A paisagem passada é lembrada com saudades pela Comunitária 8 (47 anos, dezembro de 2019) “de primeiro quando a gente ia pro roçado, cedo né porque o papai sempre ia cedo pro roçado, aquela coisinha que ficava em cima das

plantas, a relva, molhava tudinho a gente, nós colhia bananeira a gente via, hoje a gente não vê mais isso”, a deflorestação contribui para baixa humidade e altas temperaturas no ambiente: “aqui quando nos chegemo [...], era calmo, era frio, ninguém passava esse sufoco dessa quenturona, as mata tinha bastante, muita mata ainda” (COMUNITÁRIA 9, 70 anos, dezembro de 2019).

Como a atividade do agronegócio da soja foi tomando de conta das áreas da comunidade, o espaço para plantação de mandioca foi sendo perdido, o que deu margem para entrada da fécula vinda do Paraná, a Comunitária 8 (47 anos, dezembro de 2019) aponta que isso teve um fator positivo já que muita gente não tinha terra para plantar e, com a fécula, foi possível fazer parte da fase final de produção da tapioca, ela ressalta também que “o pessoal que tem terra arrenda pra esses gaúcho, ai a maioria é só isso mesmo, vão arrendando as terras e o povo vão fazendo as plantações dele”.

Isto contribui para um efeito chamado por Barros (2017) de “cercamento”, onde a população está cercada e espremida em uma parcela do território onde a comunidade fica, no centro, recebendo as influências das plantações ao redor, como pragas e venenos, porém de uma forma bastante resistente. “A gente tá com medo de ficar alí parados, porque nós estamos rodeados pelas plantações, e ai eles não vão lotear né? Então, conseqüentemente, o crescimento dalí não vai ter mais, estagnou por enquanto” (COMUNITÁRIA 2, 42 anos, dezembro 2019).

O presidente da cooperativa COOPBOA, e vice-presidente da comunidade Sr. Francisco Tarcísio, relata que já fiz vários documentos solicitando que as plantações se situassem a uma distância de pelo menos mil metros da comunidade, “se eu te disser que tem mais ou menos umas cinquenta solicitações a tudo quanto é órgão, e não há nenhuma resposta deles” (COMUNITÁRIO 4, 52 anos, dezembro de 2019).

Hoje sinceramente eu tenho muita saudade, eu acho assim que é só uma lembrança que a gente já tem, a gente vê que jamais esse lugar vai poder voltar o que era antes. Eu sempre digo assim, o preço do progresso, as vezes ele custa caro, e quem paga não é o grande, é o pequeno que paga. No caso, nós estamos pagando uma conta que nós sabemos que não é nossa (COMUNITÁRIO 4, 52 anos, dezembro de 2019).

As culturas se mesclaram e convivem juntas, geraram uma nova territorialidade, a paisagem se modificou e gerou uma nova, o que fica claro é que

há uma pressão e disputa velada pelas terras e uma luta desleal, na qual os pequenos produtores ainda se mantêm resistindo nos métodos tradicionais de produção, ao passo que os grandes agricultores conquistam mais áreas da comunidade, visto que fica cada vez mais difícil para o pequeno resistir as externalidades, por isso acabam vendendo ou arrendando suas terras, contribuindo assim com a degradação das paisagens naturais que ainda restam.

5 RESULTADOS PRELIMINARES

Com a redução de casas de farinha na comunidade, houveram complicações para todos os envolvidos na agricultura familiar e também para aqueles que eram contratados de forma temporária para a produção de farinha de tapioca. Isto é resultado de um modo de produção que gera cada vez mais vantagens competitivas para os grandes produtores e acumulação de desvantagens aos pequenos. Entre as histórias orais foi muito frequente a assertiva de que mulheres da comunidade foram diretamente afetadas com essas desvantagens, pois para elas reduziu bastante o serviço, como se relata a seguir:

E pior, foi o pessoal que vieram de fora, que inventaram de fazer tudo na energia, aí as pobre das mulher que vivia desse serviço ficaram sem serviço [...] As mulher ganhava pa rapá, ganhava pra tirar goma, ganhava pra embolar, tudo isso eles acabaram, até penerador elétrico eles inventaram, tiradera de goma elétrica, tiraram o serviço das mulher tudim, isso aqui já foi bom de mulher ganhar dinheiro, todo fim de semana toda mulher tinha seu dinheirinho, hoje em dia tem mulher que passa a semana todinha que não ganha meia diária [...]aí como é que vai... como é que a pessoa vai comprar as coisa, ter condições de se manter, se não tem o serviço? Porque a base da vida daqui desse mundo é o trabalho (COMUNITÁRIA 9, 70 anos, dezembro de 2019).

Além do ingresso de renda a sensação de autonomia financeira e protagonismo surgem com a sua presença no mercado de trabalho. “O trabalho para as mulheres é um fator de reconhecimento delas por parte da comunidade, é uma espécie de “troféu” que elas recebem, embora algumas ainda sejam vistas como coadjuvante do marido”. Deste modo, para além do aspecto financeiro, o trabalho das mulheres rurais na Amazônia sustenta-se num pilar social de ética de partilha, solidariedade e relações com a natureza que supera os preceitos socialmente estabelecidos em relação a lucro, renda da terra, salário ou de outros tipos de troca econômica (TORRES, 2012, p. 199-200).

O empreendedorismo feminino se dá também pela a necessidade de sobrevivência, como postula OECD (2000) muitas das mulheres empreendedoras que não possuem outra profissão, sendo a abertura de um pequeno negócio sua única opção. Muitas mulheres na comunidade já desenvolvem trabalhos manuais e de artesanato, que com o fato de terem sua principal atividade produtiva expropriada, tiveram que optar por novos meios, e a costura é um deles, para que mantenham a sua subsistência.

O Projeto Costurando Oportunidades na Comunidade Boa Esperança, nasce a partir da percepção de que a produção da agricultura familiar foi afetada com o advento da soja e da fécula de mandioca na comunidade, e por isso muitas mulheres ficaram ociosas, tendo em vista a perda da empregabilidade que as casas de farinha geravam. Portanto, buscou-se proporcionar uma forma alternativa de produção de renda para as mulheres da comunidade, bem como, retornar a comunidade frutos positivos da pesquisa.

Imagem 13 - Imagem de divulgação do projeto costurando oportunidades



Fonte: Emanuela Valentim, elaboração da autora.

O objetivo foi desenvolver com 10 comunitárias de Boa Esperança oficina de corte e costura para estimular capacidades de produção e empreendedorismo, através de técnicas de costura, oferecendo a possibilidade de incremento na renda familiar, cada aula teve a duração de 3 horas de teorias e prática, durante seis dias. Foram produzidos tapetes, cuecas, calcinhas, blusas e saias, foram repassadas técnicas de corte em tecido, operacionalização das máquinas, produção de moldes, reparo de roupas e customização, além do incentivo ao empreendedorismo feminino.

O projeto não teve fins lucrativos e contou com materiais para produção de peças provenientes de doações, financiamento próprio da pesquisadora e com a disponibilidade da escola de corte e costura. O pré-requisito para realizar a oficina era possuir máquina de costura, e deu-se preferência para mulheres que foram entrevistadas durante a pesquisa, as dez primeiras que se interessaram pelo curso dentro desse parâmetro, foram inscritas. Este projeto é uma parceria formada com a Escola de Corte e Costura Corte de Ouro, a qual a pesquisadora faz parte,

Associação dos Comunitários de Boa Esperança e da Cooperativa de produtores da comunidade.

Mosaico 8 – Oficina de Corte e Costura



Fonte: Emanuela Valentim, Arquivo da autora (2019)

Legenda: a) aula de produção de calcinha e cueca; b) comunitárias durante a aula de tapete; c), d) e e) peças produzidas pelas comunitárias durante a oficina

Estimulou-se o empreendedorismo por que de acordo com Shane (2003) é uma atividade que envolve a descoberta, avaliação e exploração de oportunidades para introduzir novos produtos e serviços, maneiras de organizar mercados, processos e matérias-primas, através de uma organização de esforços que previamente não existia. Além disso estimular o empreendedorismo para essas mulheres que tiveram sua atividade principal afetada, significa ter um próprio negócio, trabalhar em casa, com estratégias de trabalho flexível de forma a conciliar as demandas da família e ou de outras atividades produtivas (CARR, 1996).

Esta solução, claramente não supera os problemas apontados nas relações entre o território e a paisagem, porém colabora a curto, médio prazo para geração de recursos financeiros para o orçamento familiar, para a redução de custos com vestuário e para incentivo do empreendedorismo feminino. Visto que o conceito de território postulado por Santos, engloba o conjunto de

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste trabalho consistiu em analisar as mudanças territoriais e da paisagem na comunidade de Boa Esperança, município de Santarém – PA, a partir da inserção do agronegócio da soja sob a visão dos comunitários. Realizou-se a compreensão do contexto histórico da produção do agronegócio no Brasil e entendeu-se como se deu a expansão do cultivo da oleaginosa para região amazônica até chegar ao planalto santareno. Caracterizou-se o planalto por meio de mapas de vegetação e desmatamento, a fim de perceber transformações na paisagem, e por sua vez, apresentou-se e discutiram-se as transformações territoriais e da paisagem relatadas pelos comunitários.

Em relação ao contexto histórico da produção de soja no Brasil, percebeu-se que esta foi adotada como uma medida salvadora da política macroeconômica brasileira, perpassou por vários incentivos e políticas públicas para seu fomento, como a lei Kandir que incentivou exportação de produtos primários. A soja é vista como um vetor de desenvolvimento para as regiões, como citado pelo IPEA, porém, a realidade é que essa atividade acaba por desenhar um modelo de exploração dos territórios, do meio ambiente e formata um novo estilo de vida aos locais. E o que está por trás de todo esse movimento é o poder tirano exercido pelo dinheiro, como postula Milton Santos.

A globalização contribuiu para consolidação do papel agroexportador que o país exerce nos mercados internacionais, incentivado ainda mais pelo processo de primarização da economia que acelerou a desindustrialização do país e especialização em *commodities*, tornando o território em um palco de proliferação do capitalismo, onde as decisões estratégicas de investimentos para o território são elaboradas por agentes de fora da região, pelas empresas e pelo governo.

Como resultado de uma tendência de expansão de produção de soja a Amazônia se inseriu em territórios e mercados de decisões globalizadas, e a serviço da acumulação capitalista de capital. Como resultado, o estado do Mato Grosso na Amazônia Legal, liderou por muitos anos a produção da oleaginosa, em seguida, uma série de medidas, políticas públicas e investimentos privados propagaram a produção pelo Estado do Pará, por Santarém com plantações nas áreas de planalto.

Além da expansão das plantações de soja para a região Norte e mais especificamente para o Estado do Pará, houve a inserção de estratégia logística

nessas áreas, dado a sua excelente localização. Os portos do norte do Pará começaram a protagonizar como um dos mais utilizados para o escoamento de grãos do país, desafogando os principais portos, como o de Santos, SP.

As terras nos interiores da Amazônia, como as do Planalto santareno eram mais baratas que os preços praticados em outras áreas do país, somado ao fato de que os governantes buscaram atrair produtores e investidores para área. Isso fez com que o território deixe de ser local e se torne internacional, principalmente com a chegada das empresas multinacionais, como Cargill no caso de Santarém, gerando um impulso produtivo no Planalto santareno.

A comunidade Boa Esperança se insere nesse contexto, pois recebeu a migração de sojicultores em busca de novas terras para o plantio da soja, o que dá início a disputa e conflitos nos territórios com grandes produtores, que em grande parte vinham do Estado do Mato Grosso. Isto promoveu uma mudança no território e paisagem da comunidade, afetando o cotidiano dos moradores, com destruição e total desprezo dos modos de vida existentes, comandados pela “tirania do dinheiro” como postula Milton Santos.

No aspecto econômico e de produção percebe-se claramente o grande capital engolindo o pequeno agricultor, a inviabilidade da produção da mandioca causada pelas compras das terras, pelos usos dos fertilizantes que acaba por destruir as pequenas produções cria uma situação de vulnerabilidade e dificulta a forma de subsistência das famílias. O dinheiro global que busca a mais valia a qualquer custo, não se importa com as dinâmicas territoriais já existentes e tampouco com a sobrevivência das pessoas, chega a ser desumano submeter à população a exposição indireta de venenos usados em suas plantações.

Pode-se dizer que a simples introdução de uma nova atividade econômica, causa reflexos irreversíveis no cotidiano local, na saúde da população, no meio ambiente, e em todas as formas de existência e manutenção da vida no território, como um efeito em cadeia. É triste ouvir das pessoas os estragos que o dinheiro, que vem de uma estratégia global, vem causando em suas vidas, nas vidas de suas famílias, filhos e gerações futuras. Estão pagando um preço, como disse o Comunitário 4, por uma conta que não é deles.

Muitos desses comunitários tiveram que encontrar uma nova forma de subsistência ou adentrar para comunidades mais isoladas para manter a sua produção, o que dificulta e encarece cada vez mais a vida do pequeno produtor.

Pois a comunidade se encontra com espaço reduzido e com riscos de desaparecer, em função das grandes plantações que avançam cada vez mais adentro e deixam a comunidade como se estivesse em um cerco. Uma das formas mais claras de resistências ao grande capital é a cooperativa COOPBOA, que reúne a produção das 14 casas de farinha que ainda restaram na comunidade.

A situação de desapropriação da produção da tapioca se inicia com a chegada da soja, porém, mais tarde com a chegada do capital paranaense se agrava, pois é introduzido o polvilho da mandioca trazido já processado do Paraná, eliminando várias etapas e custos do processo de produção, o que ocasionou uma competitividade com o pequeno produtor que ainda resistia com sua casa de farinha. Isso reduziu ainda mais o número de casas de farinha, que por sua vez, gerou desemprego a grande parte dos comunitários, uma vez que todos se envolviam no processo de produção. As mulheres tinham grande empregabilidade nesse setor e por isso, foram bastante afetadas.

Isto demonstra que apesar da organização social e relações de poder já existente na comunidade, como associações de moradores, igrejas, cooperativas, o capital se instalou sem grandes dificuldades. Concordando com o posicionamento de Milton Santos que o capital escapa a toda e qualquer regulação interna. E acaba ocorrendo o contrário, o dinheiro determina um novo ordenamento no território.

Ao analisar a questão ambiental, a situação é ainda mais preocupante pois, as destruições causadas ao meio ambiente não deixam de ser destruições ao meio de vida dos indivíduos. Um exemplo disso é a destruição do Igarapé da Bica, que foi totalmente assoreado e hoje encontra-se rodeado por uma plantação de soja, o capital não vê limites e não tem bom senso quando se trata de um hectare a mais de plantação. Quase toda vegetação primitiva foi retirada, o meio ambiente da comunidade atualmente se reduz a vastas plantações de soja ou outros grãos, que recebem e propagam uma grande quantidade de veneno, afastando também os animais das áreas da comunidade.

No que diz respeito às relações e pertencimento, identidade e cultura da comunidade, a tapioca é o grande símbolo, o alimento, o produto, o trabalho, a cultura e a tradição do local. Então, os choques promovidos no sistema produtivo da tapioca acabaram por enfraquecer todas essas relações, até mesmo o título que os comunitários se identificavam como os maiores e melhores produtores de farinha de

tapioca da região tem sido afetado, dado as dificuldades enfrentadas em virtude da inserção da soja e do polvilho.

A música “Dança da Tapioca” originária do local, tem ao ritmo embalado com o som que a tapioca faz ao ser torrada, isto ilustra o quanto a cultura e até mesmo a arte está ligada a tapioca. Por isso, uma das formas de resistências ainda é a celebração do festival da tapioca que acontece todo ano, no mês de agosto. No entanto, nem mesmo nisso o dinheiro deixou de interferir, no festival foram mescladas as culturas dos novos migrantes em uma celebração única.

A partir dos relatos dos comunitários pode-se perceber que há um conflito velado na comunidade entre o grande e o pequeno produtor, que não chega as vias de fato, com agressões, mas que causa danos iguais ou piores. Os pequenos produtores convivem com uma realidade de resistência e luta diária, na tentativa de manter o que ficou daquele território, assim a comunidade e as pessoas vão sobrevivendo mesmo se sentindo estranhos a esse novo território, determinado pelo dinheiro.

Como questão norteadora, essa pesquisa buscou responder até que ponto a inserção da cultura do agronegócio da soja tem alterado o território e a paisagem da comunidade de Boa Esperança no planalto santareno? Com a magnitude dos impactos e dos desencadeamentos gerados na comunidade, torna-se difícil de precisar até onde vão seus efeitos, haja vista que muitos das suas externalidades são perpétuas e ou podem ecoar por muitos anos adiante. O que pode se precisar é que a partir dos relatos, percebeu-se que hoje a Boa Esperança é um novo território.

Aquilo que era lá atrás, antes do advento da soja na região, foi grandemente afetado, e hoje um dos poucos traços que a comunidade ainda mantém, resistindo daquele território, é a plantação e produção da tapioca. No que diz respeito à paisagem, a urbanização chegou como um processo inevitável, mas uma das coisas que mais se modificou segundo os moradores, foi a mata ao redor da comunidade, antes se respirava melhor, era mais fresco, existiam poucas casas, muita mata, muitos bichos presentes pela redondeza, isto tudo se transformou em uma nova paisagem quilométrica verde de se perder de vista, com maquinários tecnológicos que transitam pela comunidade, promovendo um contraste entre o tradicional e o moderno.

BIBLIOGRAFIA

- ABIOVE – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais. **Estatística**. 2014. Disponível em: <<http://www.abiove.org.br/>>. Acesso em: 23 de fev de 2018.
- ABRÃO, Joice Aparecida Antonello. **Concepções de Espaço Geográfico e Território. Sociedade e Território**, Natal, v. 22, nº1, p. 46-64, jan./jun. 2010.
- AGRÁRIA ENGENHARIA E CONSULTORIA S/A. **Soja em Santarém - um início que entusiasma**. Santarém, 1997.
- ALMEIDA, Ruth Helena Cristo. **Zona de conflitos: o agronegócio da soja e a formação da esfera pública em Corta-Corda, Santarém, Pará**. Belém, 2005. 134 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Agroestratégias e desterritorialização - direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios**. IN: Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais. Orgs. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, (et al.). Rio de Janeiro. Lamparina. 2010.
- ALMEIDA, Rodolfo Maduro. I Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia. Santarém – PA: 2018.
- ANDRADE, E.; EL-HUSN, J.C.; SILVEIRA FILHO, A. **O agronegócio de grãos no Pará: uma Alternativa sustentável para recuperação de áreas alteradas**. In ANDRADE, E.B. A geopolítica da soja na Amazônia. Belém: MPEG, 2005.
- ANJOS, R. S. A. Milton Santos, Território e Fotografia - Aproximações. Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território, v.2, n.1 (2011), p. 51:57 ISSN: 2177-4366.
- ANTAQ, Agência Nacional de Transportes Aquaviários. **Estatístico Aquaviário**. 2018. Disponível em: <http://web.antaq.gov.br/anuario/>. Acesso em: ago 2019.
- ARAÚJO, Roberto et al. **Estado e sociedade na BR-163: desmatamento, conflitos e processo de ordenamento territorial**. In: CASTRO, Edna. (Org.). **Sociedade, território e conflitos: BR-163 em questão**. Belém: NAEA, 2008.
- AMBDE, Associação de Moradores e do Distrito de Boa Esperança.
- ARIMA, E.; BARRETO, P.; BRITO, M. **Pecuária na Amazônia: tendências e implicações para a conservação ambiental**. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2005.
- ASSAD, Maria Leonor Lopes; ALMEIDA, Jalcione. Agricultura e sustentabilidade. **Contexto, Desafios e**, 2004.
- BARROS, Márcio Júnior Benassuly. **Expansão do Agronegócio da Soja na Amazônia: O Caso da Comunidade de Boa Esperança, Santarém (Pa)**. In: Fórum

internacional sobre a Amazônia, 2017, Brasília. Anais do Fórum Internacional sobre a Amazônia. Brasília: Editora da UnB, v. 1. p. 1-1832, 2017.

BARROS, Márcio Júnior Benassuly. **Dinâmicas Territoriais do Agronegócio Globalizado da Soja na Amazônia: O Caso de Santarém, Pará.** In: Ricardo Gilson da Costa Silva; Luiz Augusto Pereira Lima; Francilene Sales da Conceição.. (Org.). Amazônia: dinâmicas agrárias e territoriais contemporâneas.. 1ed. Pedro & João Editores, v. 1, p. 49-65, 2018a.

BARROS, M. J. B. **O Avanço do Agronegócio da Soja Sobre Terras Camponesas em Comunidades da Rodovia Pa 370 Em Santarém, Pará.** In: Xix Encontro Nacional De Geógrafos,, João Pessoa. ANAIS DO XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. João Pessoa: ENG, v. 1. p. 1-12 2018b.

BARROS, Márcio Júnior Benassuly et al. **Fronteira agrícola e conflitos territoriais nas Amazônias Brasileiras:** a expansão do agronegócio da soja e seus efeitos no planalto de Santarém, Pará-Amazônia-Brasil. **Ciência Geografica**, 2020. Márcio Júnior Benassuly Barros¹ Otávio do Canto² François Laurent³ Andréa Coelho
Ciência Geográfica - Bauru - XXIV - Vol. XXIV- (2): Janeiro/Dezembro, 2020.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: mudanças estruturais e urbanização.** IN: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (orgs.) Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003. p. 651-65.

BECKER, Bertha K. **A Amazônia e a Política Ambiental Brasileira.** **GEOgrnphia - Ano. 6 - NQ I I, 2004.**

BECKER, Bertha K. **Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas:** New territorialities in the Amazon: a challenge to public policies. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.- abr. 2010.

BERQUE, A. **Paisagem-marca, paisagem-matriz:** elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. p.84-91.

BICKEL, Ulrike. **Brasil: expansão da soja, conflitos sócio-ecológicos e segurança alimentar.** Bonn (Alemanha), 2004. 169 p. Dissertação (Mestrado em Agronomia Tropical). Faculdade de Agronomia, Universidade de Bonn.

BITTENCOURT, G. A.; BIANCHINI, V. **Agricultura familiar na região sul do Brasil.** Consultoria UTF/036-FAO/INCRA, 1996.

BOSI, E. **O Tempo Vivo da Memória- ensaios da psicologia social.** São Paulo: Ed., Ateliê, 2003.

BRASIL, I. P. E. A. 2035: cenários para o desenvolvimento. **Brasília: IPEA, ASSECOR**, 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Complementar n. 87, de 13/09/1996**. Brasília: Diário Oficial da União, de 16 set. 1996.

BRUM, A. L.; HECK, C. R.; LEMES, C. L.; MÜLLER, P. K. **A economia mundial da soja: impactos na cadeia produtiva da oleaginosa no Rio Grande do Sul 1970-2000**. Anais dos Congressos. XLIII Congresso da Sober em Ribeirão Preto. São Paulo, 2005.

BUAINAIM, A. M.; ROMEIRO, A; **A agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de produção**. Projeto: UTF/BRA/051/BRA. Fevereiro de 2019. 62p. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/fao>. Acesso em: 10 ago. 2020.

CABRAL, L. O. **A paisagem como campo de visibilidade e de significação: um estudo de caso**. Espaço e cultura, Rio de Janeiro, n. 13, p.47-62, jan./jun. 2002.

CARGILL, **Estudo de Impacto Ambiental – EIA**. Santarém, 2010.

CARGILL, Relatório Anual. v. 21, 2014. Disponível em: https://www.cargill.com.br/pt_BR/doc/1432101666509/relat%C3%B3rio-anual-2014-pdf_pt-br.pdf. Acesso em 13 fev 2020.

CARR, D. Two Paths to Self-employment? Women's and Men's Self-employment in the United States, 1980. **Work and Occupations**. Vol. 23, No. 1: 26-53, 1996.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTRO, F. de. **A selva. Barcelos**. Portugal: Guimarães, 1976.

CASTRO, Edna. **Território, Biodiversidade E Saberes de Populações Tradicionais**. Issn 15169111 . Papers do Naea N° 092. Belém, 1998.

CASTRO, Edna - **Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia** – Belém, Revista Novos Cadernos NAEA, v. 8, n. 2, p. 5-39 (ISSN 1516-6481), Belém, NAEA/ UFPA, dez. 2005

CASTRO, **Maria da Conceição Araújo. Mobilização do trabalho na Amazônia: o oeste do Pará entre grilos, latifúndios, cobiças e tensões**. São Paulo, 2008. 221 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CASTRO, Edna **Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana**. Caderno CRH, vol. 25, núm. 64, enero-abril, 2012, pp. 45-61 Universidade Federal da Bahia Salvador, Brasil.

CASTRO, Edna Territórios em transformação na Amazônia - saberes, rupturas e resistências / Edna Maria Ramos de Castro - organizadora. – Belém: NAEA, 2017.

CNA, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/cna/panorama-do-agro2020>. Acesso em: 17 set. 2020.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Perspectivas para o Agronegócio**. Volume 2 – Safra 2014 - 2015. 2014. Disponível em: https://www.conab.gov.br/perspectivas-para-a-agropecuaria/item/download/2528_45a28ea93bea39ae2b3183a7c812701d. Acesso em: fev. de 2020.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Perspectivas para o Agronegócio**. Volume 6 – Safra 2018 - 2019. 2018. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/images/arquivos/outros/Perspectivas-para-a-agropecuaria-2018-19.pdf>. Acesso em: fev. de 2020.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Série Histórica de Produção**. 2020. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras?start=30>>. Acesso em: janeiro de 2020.

CONCEIÇÃO, F. S. da. *A territorialização do capital e a expansão do agronegócio sojeiro: lutas e (re)existências dos camponeses/camponesas das comunidades nova esperança e nova aliança no município de Belterra/Pará*. Porto Velho, 2017. 225 f. Dissertação de mestrado. (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação de Mestrado e Doutorado em Geografia, Universidade Federal de Rondônia.

COSGROVE, Denis. **A geografia está em toda parte**: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny (orgs.). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998. 123p. p.92-123

COSTA, Francisco de Assis. **Formação rural extrativista na Amazônia**: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970). Belém: NAEA, 2012. (Coleção Economia Política da Amazônia. Série III - Formação histórica, v. 1).

COUTINHO, L.; FERRAZ, João C. **Estudo da Competitividade Da Indústria Brasileira**. Campinas: Papyrus, 1994.

DALL'GNOL, A. **The impact of soybeans on the brazilian economy**. In: Technical information for agriculture. São Paulo: Máquinas Agrícolas Jacto, 2000.

DANIEL, Pe. João. **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976. 2 v.

DELGADO, G.C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: UFRGS Editora, 2012.

DESER. Departamento de estudos socioeconômicos. Secretaria de Agricultura Familiar. Curitiba, novembro, 2008.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**: a região de Ribeirão Preto – SP. São Paulo: EDUSP, 2003.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Tecnologias de Produção de Soja Região Central do Brasil**. 2004, A soja no Brasil. Embrapa Soja,

Sistema de Produção, N° 1. Disponível em:
www.cnpso.embrapa.br/producaosoja/SojanoBrasil.htm. Acesso em: abr de 2019.

EMBRAPA Amazônia Oriental. **Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de Influência da Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém)**. 2007. Disponível em:
<http://zeebr163.cpatu.EMBRAPA.br/index.php>. Acesso em: 10 de abr de 2019

FERNANDEZ, Antonio Joao Castrillon. **Do Cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso**. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), PGDR, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

FERREIRA, Leandro Valle; VENTICINQUE, Eduardo; ALMEIDA, Samuel. **O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas**. Estudos Avançados, n. 19, p. 53, 2005.

FREDERICO S. **Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil**. Revista Confins, n. 17, s/p, mar. 2013. Disponível em:
<http://confins.revues.org/8153> . Acesso em: 27 abr 2019.

GAYOSO COSTA , Solange Maria. **Agronegócio e terras na Amazônia: conflitos sociais e desterritorialização após a chegada da soja na região do Baixo Amazonas no Pará**. Abaré editora, 2011.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GOMES, Carlos Valério Aguiar. **Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum. Belém, v. 13, n. 1, p. 129-146, jan.-abr. 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2ª edição, 2005 (tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves).

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades**. Brasília-DF: Embrapa, 1993.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Modernization and technological dualism in the extractive economy in Amazonia**. In: PÉREZ, M. R.; ARNOLD, J. E. M. (Ed.) Current issues in non-timber forest products research. Bogor, Indonesia: Cifor/ODA, 1996. p.59-81.

HOMMA, A. K. O.. Amazônia: os limites da opção extrativa. *Ciência Hoje* 27 (159):70—73, 2000.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Evolução Histórica dos Macrossistemas de Produção na Amazônia**. BPSP. Belém/PA. 2001.

HOMMA, A. K. O. **Extratativismo, Biodiversidade e Biopirataria na Amazônia**. Brasília – DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

IANNI, Octávio. **A reinvenção do futuro: trabalho, educação, política na globalização do capitalismo**. 1999.

IBGE. Produção Agrícola Municipal. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612>. Acesso em: 18 de out 2020.

INPE. Relatório Técnico de Atividade de Campo: **As Comunidades De Terra Firme Do Sudoeste Do Pará: População, Infraestrutura, Serviços, Uso Da Terra E Conectividades**. 2014. Disponível em: <http://urlib.net/xx/yy>. Acesso em: out de 2019.

IPEA; ASSECOR. **Brasil 2035: cenários para o desenvolvimento**. Brasília: IPEA/ASSECOR, 2017.

KONDER, L. **O que é dialética**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. 85 p.

LEÃO, Sandro Augusto Viégas. **Agronegócio da Soja e Dinâmicas Regionais no Oeste do Pará**. 2017.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, Unicamp, São Paulo: 2003.

LIMA, Letícia. SILVA, Leonardo Xavier da. FORNO Marlise A. R. Dal. **A Evolução Histórica dos Conceitos de Território/Territorialidade no Contexto do Desenvolvimento Rural**. Caderno de Estudos Interdisciplinares v.1, n.1 2014.

MADALENO, Isabel M. **Desenvolver a Amazônia? História da ocupação humana da Amazônia brasileira**. In Espaço & Geografia. Oeiras, Portugal. V. 14, nº 1, p. 331- 360. ISSN: 1516-9375. 2011.

MARTINS, J. S. **Camponeses e a política no Brasil**. Expropriação & violência – A questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, Karl. **O Capital: A economia política: o processo global da produção capitalista**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã – 1º Capítulo: seguido das teses sobre Feuerbach, Karl Marx e Friedrich Engels**. São Paulo: Centauro, 2002.

MEKSENAS, Paulo. **Considerações a Respeito do Método**. In Pesquisa Social e Ação Pedagógica: conceitos, métodos e práticas. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2011, p. 73-106.

MONTENEGRO, **Antonio Torres**. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 3a. ed. São Paulo: contexto, 1994. 153 p.

NODA, S. do N; NODA, H; MARTINS, A. L. U. **Agricultura Familiar na Várzea Amazônica: espaço de conservação da diversidade cultural e ambiental**. In: SCHERER, E; OLIVEIRA, J. A. de (orgs.). *Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

OECD. **Les femmes entrepreneurs à la tête de PME: pour une participation dynamique à la mondialisation et à l'économie fondée sur le savoir**. Paris: 2000.
OLIVEIRA, Elisa Araujo de. **A cadeia produtiva da mandioca: uma análise na Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar de Boa Esperança (COOPBOA) em Santarém/PA**. Santarém, 2019.

PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro da. **Uso do território e gênero de vida na Amazônia: reprodução camponesa e agronegócio no planalto santareno**. 2012. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2012. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

PINTO, Ernesto Renan Melo de Freitas. **Cronologia da cultura da juta e|ou malva no Amazonas**. In: WITKOSKI, Antônio Carlos, et al. (Org.) *A cultura da juta e malva na Amazônia: sementes de uma nova racionalidade ambiental*, São Paulo. Annablume, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM. **Plano municipal de agropecuária: período – 1997/2000**. Santarém, 1997.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Amazônia e o mundo atual**. Rio de Janeiro: Sudam, 1967.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O Seringal e o seringueiro**. 2ª ed. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/EDUA, 1997.

RODRIGUES, Jondison Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o Oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações**. Rev. NERA Presidente Prudente ano 21, n. 42, pp. 202-228 Dossiê, 2018.

SALAMA, Pierre. **Reprimarização sem industrialização, uma crise estrutural no Brasil**. DO 10.18315/argumentum.v8i2.13937. 2016.

SANTOS, André das Chagas. **A construção da usina hidrelétrica de Curuá- Una e a formação da comunidade de Boa Esperança**. Espaço Científico v.11, n.1/2, 2010.

SANTOS, André Das Chagas. **Uso Do Território e Dinâmicas Territoriais** na Região da Rodovia Santarém-Curuá-Una (Pa 370): O Exemplo da Realidade da Comunidade Boa Esperança. Santarém Pará, 2020.

SANTOS, Carlos. **Território e Territorialidade**. *Revista Zona de Impacto*, Ano. 11 v.13,set\dez, 2009.Disponível em:
http://www.albertolinscaldas.unir.br/TERRIT%C3%93RIO%20E%20TERRITORIALIDADE_volume13.html. Acesso em Julho de 2019.

SANTOS, Kylanne Nazaré dos. **Investimento direto estrangeiro no Brasil e seus efeitos sobre o crescimento econômico no período de 1990–2013: uma abordagem de crescimento restrito pelo balanço de pagamento**. 2014.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, M. **O Dinheiro e o Território**. *GEOgraphia* – Ano. 1, No 1, 1999.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção**. São Paulo: Edusp**+SANTOS, Milton. **Por outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2003, 174p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, M. O retorno do território. In: OSAL: **Observatorio Social de América Latina**. Ano 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005, ISSN 1515-3282
Disponível em: em:
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em 03 mai. de 2020.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M L. **O Brasil: o território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SANTOS, Raimundo Alberto dos. **Boa Esperança: como tudo começou**. Santarém, 42 p., obra não publicada.

SANTOS. Raimundo Alberto dos. **O planalto em destaque: história da comunidade de Boa Esperança**. 2ª edição. Santarém, 2012.

SARÉ, A. R. et al. **Estudos geotécnicos na barragem de terra de Curuá-Una**. In: Simpósio Brasileiro de Jovens Geotécnicos Geo-Jovem, 1, 2004, Anais... 2004. p.1-6.

SCHNEIDER, Sergio; PEYRÉ TARTARUGA, Iván. Territorio y enfoque territorial: de las referencias cognitivas a los aportes aplicados al análisis de los procesos sociales rurales. **Desarrollo rural. Organizaciones, instituciones y territorio**, p. 71-102, 2006.

SCHNEIDER, Sergio. Território, ruralidade e desenvolvimento. **Org.). Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI**, v. 1, p. 67-108, 2009.

SCOPINHO, R. A.; MARTINS, A. F. G. **Desenvolvimento organizacional e interpessoal em cooperativas de reforma agrária: reflexão sobre o método**. Psicologia e Sociedade. Porto Alegre - RS, v. 15, n. 02, p. 124-143, 2003.

SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS. Ministério dos transportes, portos e aviação civil. Portos do Brasil movimentam 98,6% das exportações em 2015. 2016. Disponível em: Exterior<http://www.portosdobrasil.gov.br/home-1/noticias/portosdo-brasil-movimentam-98-6-das-exportacoes-em-2015>. Acesso em: 23 set. 2020.

SCHLESINGER, Sergio. **Dois casos sérios em Mato Grosso**. A soja em Lucas do Rio Verde e a cana-de-açúcar em Barra do Bugres. /— Mato Grosso : FORMAD, 2013. 44 p.

SHANE, S. **General Theory of Entrepreneurship: the individual-opportunity nexus**. Northampton: Edward Elgar, 2003.

SMITH, Nigel J. H. **The Amazon river forest: a natural history of plants, animals, and people**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

TARTARUGA, Iván G. Peyré. O espaço geográfico das inovações tecnológicas: um olhar a partir das ideias de Milton Santos. **Ensaio FEE**, v. 32, n. 1, 2011.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro – RJ: Paz e Terra, 3ª Edição, 2002.

TORRES, Iraíldes Caldas. **As Novas Amazônidas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRUCKENBRODT, W.; KOTSCHOUBEY, B. **Argila de Belterra: cobertura terciária das bauxitas amazônicas**. Rev. Bras. Geoc. n. 11, p. 203–208, 1981.

VASCONCELOS, Maria Eliane de O e HAGE, Salomão Antônio M. **Memórias do Movimento de Ribeirinhos e Ribeirinhas no Amazonas: contribuições para uma educação ecológica** in: Povos Ribeirinhos na Amazônia: educação e pesquisa em diálogo. Curitiba CRV, 2017.

VERÍSSIMO, Adalberto; BARRETO, Paulo; MATTOS, Marli; TARIFA, Ricardo; UHL, Christopher. In: ALMEIDA, Oriana. (Org). **Impactos da atividade madeireira e perspectivas para o manejo sustentável da floresta numa velha fronteira da Amazônia**: o caso Paragominas. Belém: Imazon, 1996. p. 9-37.

VOLDMAN, Daniéle. **A invenção do depoimento oral**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1996.

WADL, Lúcia Helena de O. e KAINER, Karen A. **Domesticação e Melhoramento de Castanheira**. Viçosa, 2009.

WESZ JUNIOR, V. J. **Dinâmicas e estratégias das agroindústrias de soja no Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

ZAOUAL, H. **Globalização e diversidade cultural**. Tradução de Michel Thiollent. São Paulo: Cortez, 2003. Disponível em: <http://semed.manaus.am.gov.br/professores-da-zona-rural-participam-de-seminario-para-discutir-a-educacao-no-campo/http://semed.manaus.am.gov.br/professores-da-zona-rural-participam-de-seminario-para-discutir-a-educacao-no-campo/271>. Acesso em: 17 set 2020.

GLOSSÁRIO

Aradar: o processo de abrir a terra em sulcos para posteriormente receber a plantação.

Capoeira: é uma vegetação secundária que nasce em áreas que já foram usadas para produção agrícola ou de pastagem, é uma vegetação rasteira, com matos e gramíneas e arbustos que se difere muito da vegetação original.

Embolar: processo feito a mão ou a máquina para formar as bolinhas de tapioca para posteriormente ser torrado e se tornar farinha.

Fécula: é o amido extraído da mandioca.

Fubica: pode ser chamado de poc poc também, é uma espécie de carro improvisado, movido a gás, que se utiliza na comunidade Boa Esperança, ele é usado para transportar a mandioca da área de plantio até a casa de farinha, e a capacidade que cada carro era capaz de suportar é também uma medida da produtividade da colheita.

Goma: farinha em pó de cor branca proveniente da mandioca, usada para preparar a tapiquinha e o tacacá regional.

Gamela: recipiente grande utilizado para deixar o tucupi descansar e separar o líquido do amido que posteriormente pode ser usado para produzir a Goma ou para torrar e produzir a farinha de tapioca.

Poc poc: pode ser chamado de fubica também, é uma espécie de carro improvisado, movido a gás, que se utiliza na comunidade Boa Esperança, ele é usado para transportar a mandioca da área de plantio até a casa de farinha, e a capacidade que cada carro era capaz de suportar é também uma medida da produtividade da colheita.

Tarefa: é uma palavra muito usada na comunidade para se referir a 4 de hectares de plantação de mandioca.

Tucupi: é o sumo que sai da mandioca depois de ralada, tem coloração amarela, e é utilizado em vários pratos típicos da região, como no tacacá.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Roteiro da Entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Você foi convidado a participar da pesquisa intitulada: “**AS MUDANÇAS TERRITORIAIS E DA PAISAGEM NA COMUNIDADE DE BOA ESPERANÇA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM - PA A PARTIR DA INSERÇÃO DA ATIVIDADE ECÔNOMICA DO AGRONEGÓCIO DA SOJA**” de responsabilidade da pesquisadora Emanuela de Sousa Valentim, cujo objetivo principal foi discutir as mudanças territoriais e da paisagem na comunidade de boa esperança no município de Santarém - Pa a partir da inserção da atividade econômica do agronegócio da soja sob a visão dos comunitários.

IDENTIFICAÇÃO MORADOR Nº ()

Sexo: () Masculino () Feminino () Outros

Estado Civil: () Solteiro(a) () União Estável () Casado(a) ()

Divorciado(a) () Viúvo(a)

Idade: _____ Há quanto tempo vive em Boa Esperança: _____

Motivo pelo qual você se estabeleceu na comunidade:

Onde você nasceu?

Se casado, qual o local de origem do seu cônjuge?

Quantas pessoas fazem parte da sua família?

PRODUÇÃO

Qual a sua atividade principal?

Qual a ocupação das pessoas de sua família?

Se fazem parte a agricultura familiar, o que é produzido e onde é comercializado?

Quais instrumentos são empregados na produção?

Quais foram as mudanças no modo de produção empregadas nos últimos anos?

Quais foram ou quais são as principais dificuldades enfrentadas e como isso afetou na sua produção nos últimos anos?

Por outro lado, quais são as facilidades encontradas e os fatores que contribuíram para a sua produção?

Quais os cuidados que você tem com a terra?

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Existem grupos de liderança na Comunidade? Quais são eles?

Quais são seus objetivos?

Quais foram suas principais conquistas desses grupos para a comunidade?

Você percebe a presença da prefeitura municipal de Santarém em melhorias para a comunidade?

Na sua opinião o que tem gerado o crescimento da comunidade?

Como você enxerga a relacionamento entre os comunitários?

TRADIÇÕES

Você percebeu mudança de costumes, valores ou crenças na comunidade nos últimos 20 anos?

Houve alguma mudança no padrão alimentar nesse período?

Quais eram e quais são as manifestações culturais da comunidade?
Quais eram e quais são hoje as opções de lazer?

TERRITÓRIO

Você observa que mudanças na comunidade nos últimos 20 anos em relação ao:

Crescimento Urbano:

População:

Migrações:

Infraestrutura e oferecimento de serviços públicos:

Formas de produzir, explorar e utilizar a terra:

Meio ambiente:

PAISAGEM

Visualmente falando, quais transformações na paisagem você percebeu nos últimos 20 anos na comunidade?

Apêndice 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Pesquisador Responsável: Emanuela de Sousa Valentim Telefone: (93) 99177-23XX

Orientador: Professor Dr. Rodolfo Maduro **Coorientador:** Edneia Carvalho

Instituição a que pertence o Pesquisador: Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA **Telefone:** (93) 2101-7622 - Programa de Pós-graduação em ciências da Sociedade – PPGCS/UFOPA.

Você foi convidado a participar da pesquisa intitulada: **“AS MUDANÇAS TERRITORIAIS E DA PAISAGEM NA COMUNIDADE DE BOA ESPERANÇA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM - PA A PARTIR DA INSERÇÃO DA ATIVIDADE ECÔNOMICA DO AGRONEGÓCIO DA SOJA”** de responsabilidade da pesquisadora Emanuela de Sousa Valentim, cujo objetivo principal foi discutir as mudanças territoriais e da paisagem na comunidade de boa esperança no município de Santarém - Pa a partir da inserção da atividade econômica do agronegócio da soja sob a visão dos comunitários.

Este estudo segue os princípios da história oral com apoio de registros de imagens das paisagens e da vida em comunidade, gravação de áudio e registro em diário de campo, em que você esteve envolvido em contato direto com a pesquisadora em uma relação de respeito efetivo. Você participou de uma entrevista interativa e em profundidade com gravação de áudio, respondendo sobre sua interpretação acerca das mudanças ocorridas no território, paisagem e demais aspectos relevantes para o estudo.

É garantido seu anonimato e a preservação de sua imagem, e dos áudios nossa intenção nesta pesquisa não é fazer juízos de valor, mas sim, promover a pesquisa científica com respeito, responsabilidade e ética. Se ainda assim, você desistir de sua participação neste estudo, todos os seus dados obtidos até o momento serão destruídos, bastando para isso informar os responsáveis desta pesquisa.

Vale lembrar que as informações não serão utilizadas para outro fim, se não para produção da pesquisa científica. Todo o material coletado será arquivado em local

seguro durante cinco anos, após este período, o material será queimado para evitar que outras pessoas tenham acesso ao conteúdo. As informações obtidas através deste estudo serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação, sua identificação não será divulgada. É garantido que depois da defesa da dissertação e produção final do trabalho será apresentada aos participantes como forma de restituir a comunidades/participantes com os resultados do estudo.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora principal, sendo esta: Emanuela de Sousa Valentim, aluna do curso de mestrado em ciências da sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA- Campus Amazônia de Santarém e pode ser encontrada na Rua X, número X, no bairro X, fone (93)99177-23XX. E você pode tirar suas dúvidas sobre a pesquisa de sua participação a qualquer momento.

Este trabalho é realizado apoio da FAPESPA, não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo e também não haverá nenhum pagamento por sua participação, entretanto, caso você tenha algum custo decorrente da sua participação, esse valor será ressarcido pelos responsáveis pela pesquisa.

Boa Esperança, Santarém-Pa, _____de Dezembro de 2019

Eu _____

_, declaro ter compreendido a pesquisa em questão e concordei em participar, como voluntário.



Digital (caso de impossibilidade de assinar)

Apêndice 3 – Termo de autorização para uso de imagem**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E ARQUIVO PESSOAL
(FOTOS)**

Eu, _____
, AUTORIZO a pesquisadora Emanuela de Sousa Valentim responsável pela pesquisa intitulada: **“AS MUDANÇAS TERRITORIAIS E DA PAISAGEM NA COMUNIDADE DE BOA ESPERANÇA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM - PA A PARTIR DA INSERÇÃO DA ATIVIDADE ECÔNOMICA DO AGRONEGÓCIO DA SOJA”** a fixar, armazenar e exibir a minha imagem ou imagens do meu arquivo pessoal (fotos) com o fim específico de inseri-la nas informações que serão geradas na pesquisa, aqui citada, e em outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais.

A presente autorização abrange, exclusivamente, o uso de minha imagem para os fins aqui estabelecidos e deverá sempre preservar o meu anonimato. Qualquer outra forma de utilização e/ou reprodução deverá ser por mim autorizada. A pesquisadora responsável, assegurou-me que os dados serão armazenados em meio digital, sob sua responsabilidade, por 5 anos, e após esse período, serão destruídas. Assegurou-me, também, que serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento durante a pesquisa e/ou solicitar a posse de minhas imagens.

Boa Esperança, Santarém, _____ de Dezembro de 2019.

Assinatura do participante da pesquisa

Apêndice 4 – Cartaz de divulgação do projeto



PROJETO COSTURANDO OPORTUNIDADES

OFICINA DE CORTE E COSTURA PARA INICIANTEs

Pré requisito: levar máquina de costura, pois não serão disponibilizadas no local.

Início: 10/02/20 a 15/02/20;

Horário: 14:00 as 17:00;

Local: Barracão da Cooperativa

INSCRIÇÕES: com a Presidente da Associação - Lucélia
Apenas 10 vagas disponíveis!

Projeto de ação social proveniente da pesquisa de mestrado intitulada "As transformações da paisagem e do território na comunidade Boa Esperança" da UFOPA em parceria com a Escola de Corte e Costura Corte de Ouro, Associação de morades e Cooperativa de produtores de Boa Esperança

Apêndice 5 – Projeto

PROJETO: COSTURANDO OPORTUNIDADES

Parceria

A iniciativa do Projeto Costurando Oportunidades na Comunidade Boa Esperança nasce a partir da pesquisa de mestrado intitulada “As mudanças territoriais e de paisagem na Comunidade Boa Esperança a partir da inserção da atividade econômica da soja” da pesquisadora Emanuela de Sousa Valentim como uma oportunidade de proporcionar uma forma alternativa de produção de renda para a comunidade. É uma parceria formada com a Escola de Corte e Costura Corte de Ouro, Associação dos Comunitários de Boa Esperança e da Cooperativa de produtores da comunidade.

Apresentação

O Ateliê de Corte e Costura “Corte de Ouro” é uma empresa MEI – Micro Empreendedor Individual, estabelecida na cidade de Santarém - Pará, está localizado na Av. Pe Felipe Betendorff, número 1240, no bairro do Diamantino atuamos no mercado há 10 anos trabalhando no ramo de costura, oferecemos cursos profissionalizantes de: Corte e Costura do nível básico ao avançado, sendo eles: Iniciação em Tecido Plano, Roupas Social Feminino e Masculino, Roupas Infantil, Moda Festa e Cama Mesa e Banho, Peças Íntimas, Moda Festa, Fardamento Escolar e Curso de Produção de Redes. As aulas são práticas e desenvolvidas e cada módulo tem duração de um mês

Objetivo

Temos como objetivo desenvolver com as alunas da Comunidade Boa Esperança oficina de corte e costura para estimular capacidades de produção e empreendedorismo através de técnicas de costura que serão desenvolvidas, oportunizando, assim, um incremento na renda familiar. Cada aula tem a duração de 3 horas de teorias e prática, serão desenvolvidas as seguintes peças e técnicas:

1º Conhecer a Máquina de Costura, alguns aviamentos e técnicas para Produção de Tapetes de Retalho

2º Produção de Calcinha e Cueca Infantil

3º Produção de Blusa Feminina

4º Produção de Saia Evasê

5º Técnicas para Produção de Roupa a partir de Molde de Revista e Customização de Roupas

6º Técnicas para Consertos e Reparos de Roupas, Aula de Empreendedorismo e Entrega de certificado de participação

Materiais

A Oficina será desenvolvida no espaço cedido pela comunidade e as máquinas de costura devem ser trazidas pelas alunas, serão disponibilizadas as alunas os materiais correspondentes até a quarta aula, devendo a aluna se comprometer em adquirir o material da quinta a sétima aula, a qual corresponde a produção de roupas.

Os materiais cedidos, provém de doações que a escola recebeu para destinação a projetos sociais, bem como, da coleta de materiais de retalhos para serem reutilizados.

Informações Adicionais

Número de alunas: 10, serão priorizadas alunas que participaram como entrevistadas na pesquisa e as que tiverem máquinas ou trouxeram emprestada.

Início: 10/02/19 a 15/02/19 Horário: 14:00 as 17:00

Local: Barracão da Cooperativa.

ANEXOS

Anexo 1 - Autorização da comunidade para realização de pesquisa de campo

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E DO DISTRITO DE BOA ESPERANÇA –
AMDBE

CNPJ:09.203.673/0001-13 CEP: 68.113-000 Boa Esperança, Santarém - Pará

DECLARAÇÃO

Declaramos em nome do Distrito e da Comunidade de Boa Esperança ter conhecimento do Projeto de Pesquisa intitulado "AS MUDANÇAS TERRITORIAIS E DA PAISAGEM NA COMUNIDADE DE BOA ESPERANÇA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM - PA A PARTIR DA INSERÇÃO DA ATIVIDADE ECÔNOMICA DO AGRONEGÓCIO DA SOJA" de autoria de Emanuela de Sousa Valentim, do curso de mestrado em Ciências da Sociedade vinculado ao Programa de Pós Graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA. Dando-lhe consentimento para realizar o trabalho nesta região e produzir dados durante o período pré-estabelecido pelo cronograma.

Estamos também cientes e concordamos com a publicação dos resultados encontrados, sendo obrigatório citar na publicação, além do nome da UFOPA, o nome da Boa Esperança como locais de realização do trabalho.

Boa Esperança, Santarém – Pará, 18 de dezembro de 2019.

Lucélia de Lima Silva

Presidente da Comunidade de Boa Esperança

Lucélia de Lima Silva
CPF: 248.501.982-04
Presidente da A. M. D. B. E.